## PROPOSTA

Principios e ações em economia solidária. Ana Licar de Souza Cecubro.

thereda Roga de Senza

Economia solidária, incubadoras universitárias, cooperativas e tecnologia.

Annua Salama' Ranale Samera

Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários - UNISINOS

Aleide Arabold , Lucus Hemique da Luc, Vera Regina Schmitz.

Revista Trimestral de Debate da Fase

MAI/JUL - 2007

ANO 31 - Nº 112 - R\$ 12





42 Carlos Sartor

Entrevista



43 Pedro Cláudio Cunca Bocayuva

Tecnologia social e organização do trabalho associado ou cooperativo



### Editorial

roposta número 112 volta ao tema da economia solidária, desta vez sob o enfoque da tecnologia social. Nos dias de hoje, o debate sobre a reorganização do mundo do trabalho faz transbordar o conceito de tecnologia. Se a evolução do maquinário produtivo provoca transformações nos processos de produção e circulação de bens e serviços, também é verdade que a organização mesma dos processos de trabalho é uma intervenção tecnológica. A criação de modelos de produção, circuitos produtivos coletivos, novos formatos de circulação de mercadorias e outras experiências nos dá o material para pensar a tecnologia social como integradora e mobilizadora. Neste sentido, a fundação da Rede de Tecnologia Social (RTS) representa a força que vem ganhando este conceito no panorama produtivo nacional.

A RTS é composta por atores que, ainda que de maneira bem diversa, estão envolvidos na criação e sustentação de tecnologias sociais. Nela, estão presentes grupos produtivos organizados em modelo de cooperativa, mas também financiadores, pesquisadores, instituições de fomento à pesquisa, organizações de assessoria e outros. São ao todo 375 instituições. De 2004 para cá, a RTS ganhou importância fundamental no movimento que tenta propor e construir uma outra economia no Brasil, uma economia baseada na solidariedade para com o outro, o exato oposto da economia baseada na competição com o outro.

As relações entre economia solidária e as tecnologias sociais são exploradas nos artigos desta edição de Proposta. Não pretendemos, é evidente, esgotar um tema cuja amplitude ainda não é sequer percebida e cujas perspectivas ainda não são totalmente conhecidas. É de um modelo em construção que se fala aqui. Um modelo de criação de produtos, técnicas ou metodologias que sejam desenvolvidos em interação com comunidades e que representem, para estas comunidades, uma solução efetiva de transformação social.

Entre os artigos e entrevistas apresentados neste número, alguns apresentam experiências de incubação de empreendimentos solidários a partir do enfoque conceitual adotado pela pela RTS, como os casos da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, da Universidade Federal de Juiz de Fora e da Universidade Federal de São Carlos. No plano das reflexões, os artigos adentram diferentes pontos de debate. Um deles é o da adequação sociotécnica no contexto das fábricas recuperadas por trabalhadores na América Latina. Outro debate é o do desenvolvimento local e suas interfaces com as tecnologias sociais na organização do trabalho associado e cooperativo. Um terceiro ponto de debate é o papel dos atores de ciência e tecnologia na geração de alternativas produtivas solidárias. A FASE acredita na construção das alternativas econômicas solidárias como forma de inclusão socioeconômica e geração de trabalho e renda para vastos contingentes populacionais hoje marginalizados e precarizados. Por isso, continuamos a promover, por meio da revista Proposta, este importante debate.



Marcenocoop.





Cooperativa de Mecânicos de Automóveis Pistão de Ouro, incubada pela IntecoopUFJF

### Princípios e ações em economia solidária: a Intecoop/UfJf e o cooperativismo popular com egressos do sistema penitenciário de Juiz de fora/MG

Ana Lívia de Souza Coimbra\*

Marcela Braga de Souza \*\*

<sup>\*</sup> Assistente Social, Doutora em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da UFRJ. Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Coordenadora Geral do projeto "Cooperativismo popular e inclusão produtiva: incubação de cooperativa de egressos do sistema penitenciário no município de Juiz de Fora"

<sup>\*\*</sup> Assistente Social, estagiária de Serviço Social do projeto durante a sua execução, no período de março 2006 a junho de 2007.

#### Introdução

As experiências universitárias de assessoria a grupos populares na formação de coletivos de trabalho autogestionário têm significado uma das mais importantes e fecundas iniciativas de articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com corte de classe nitidamente definido. Materializadas nos programas e projetos propostos pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's), estas experiências buscam fortalecer e socializar os princípios relacionados à denominada economia solidária.

As ITCP´s surgiram no Brasil no início da década de 90 do século XX, em um contexto de crise. Crise do Estado na formulação e implementação de políticas públicas, de inserção dos trabalhadores nas formas tradicionais de emprego e de ampliação dos índices de desemprego. Na verdade, expressões fenomênicas da crise estrutural do capital, que se abateu sobre o conjunto das economias capitalistas, e não somente no Brasil, a partir do início dos anos 1970 (ANTUNES, 1999).

No modo de produção capitalista, a crise não é algo conjuntural, mas um elemento constituinte e estrutural, que conjuga processos que não são exteriores ao capital, portanto, parte constitutiva dos limites que o próprio capital alcança com o desenvolvimento de suas contradições fundamentais. A crise, sempre presente no capitalismo, não é nem uma simples aparência, nem o produto de uma visão ideologicamente deformada. É uma realidade tangível (MANDEL, 1990).

A crise é a manifestação concentrada das contradições e da transitoriedade do modo de produção capitalista. No *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, Marx & Engels (2000, p. 50/51) escreveram,

"As relações burguesas de produção e de troca, as relações burguesas de propriedade, a moderna sociedade burguesa, que fez surgir como que por encanto possantes meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar as potências infernais por ele postas em movimento. [...] A sociedade vê-se repentinamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea: é como se uma situação de miséria ou uma querra geral de extermínio houvesse suprimido todos os meios de subsistência; o comércio e a indústria parecem aniquilados, e por quê? Por que a sociedade possui demasiada civilização, demasiados meios de subsistência, demasiada indústria, demasiado comércio. As forcas produtivas disponíveis já não favorecem mais o desenvolvimento da civilização burguesa e das relações burguesas de propriedade; ao contrário, tornaram-se poderosas demais para essas relações e passam a ser por elas travadas; e, assim que vencem esse obstáculo desarranjam toda a sociedade, põem em perigo a existência da propriedade burguesa. As relações burguesas tornaram-se estreitas demais à riqueza por elas mesmas criadas. E de que modo a burguesia vence tais crises? De um lado, através da destruição forcada de uma massa de forcas produtivas; de outro, através da conquista de novos mercados e da exploração mais intensa dos antigos. De que modo, portanto? Mediante a preparação de crises mais gerais e mais violentas e a diminuição dos meios de evitá-las."

O cenário apresentado por Marx e Engels alcança a atualidade. A destruição da natureza em escala globalizada, o desemprego em dimensão estrutural, a precarização do trabalho de modo ampliado caracterizam a nova fase de reestruturação produtiva do

capital (ANTUNES, op. cit).

Neste contexto, consideramos que as ITCP´s foram criadas como uma resposta da universidade brasileira aos problemas sociais relacionados ao trabalho, o que determinou a direção de seus objetivos iniciais: o de organizarem-se para oferecer suporte à formação e ao desenvolvimento de experiências de geração de trabalho e renda, sob a forma de coletivos de trabalhadores em situação de desemprego, com vínculos precários ou em vulnerabilidade social que buscam suporte para acesso ao trabalho baseado em relações diferentes das do trabalho subordinado.

Apresentamos aqui uma experiência de incubação de uma cooperativa acompanhada por uma das incubadoras da Rede Universitária de Incubadoras de Cooperativas Populares. Trata-se da Cooperativa de Mecânicos de Automóveis Pistão de Ouro, incubada pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade Federal de Juiz de Fora (Intecoop/SEDETEC/UFJF). O impulso para a formação deste coletivo originou-se do projeto Cooperativismo popular e inclusão produtiva: incubação de cooperativa de egressos do sistema penitenciário no município de Juiz de Fora¹, a partir de demanda da Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais / Superintendência de Prevenção à Criminalidade (SEDS/SPEC), no período de maio de 2006 a junho de 2007.

Ao longo do trabalho, a equipe da incubadora teve como desafio atender às expectativas, aos interesses e às necessidades do grupo acompanhado à luz de um escopo categorial que fosse capaz tanto de analisar criticamente o significado da produção e aplicabilidade do conhecimento científico e tecnológico, quanto de reafirmar os princípios ontológicos que o fundamentam. Neste artigo, apresentamos a experiência do projeto do qual se originou a cooperativa, delimitando, a priori, os fundamentos que nos orientaram.

### Sobre tecnologia social e economia solidária

No modo de produção capitalista, a tecnologia constituise como mais um dos elementos que, subjugados aos interesses do capital, insere-se num processo incessante de valorização. Reconhecendo que é possível demarcar distintas compreensões entre o significado do termo tecnologia – tratado nos artigos que compõem esta revista – destacaremos aquele que, dentre os hoje difundidos, consideramos essencial: um conjunto de conhecimentos, informações, métodos e técnicas utilizados para a produção de bens materiais, imateriais e serviços, que na sociedade do capital objetiva a maximização do lucro. A tecnologia, como uma produção humana, insere-se nas relações sociais em determinado contexto histórico, pois, conforme Braga (2004, p. 50),

"tecnologia é sociedade, ou seja, traduz-se em produto de relações sociais determinadas historicamente e condicionadas pelas contradições que (des)organizam o conjunto das coletividades humanas. Carrega consigo, portanto, este traço, tão mais importante quanto mais difundida sua presença em relações, estruturas e processos sociais (grifos do autor)."

Guardadas as especificidades de cada período histórico, podemos afirmar que a tecnologia é parte determinante de uma tendência objetiva do capital, que lhe é inerente: seu crescimento dentro de um sistema global que conjuga concentração e articulação com a ciência (MESZÁROS, 2006, p. 989).

No caso da tecnologia social, há uma inversão destes pressupostos. Na base da produção do conhecimento, dos métodos e técnicas que dela advém, encontra-se a classe trabalhadora, que num processo de troca e reconhecimento de saberes e de necessidades, determina o tipo e a direção das demandas a serem atendidas. Uma potencialidade para melhoria das condições de vida dos trabalhadores e o encontro de alternativas de inclusão social.

É propriamente esta concepção que aproxima a tecnologia social da economia solidária, pois ambas reforçam princípios axiológicos comuns. Tanto a economia solidária quanto a tecnologia social podem também ser caracterizadas por sua adjetivação.

Por adjetivação, incorporamos o que foi expresso por Barreto (2003, p. 288) ao fazer referência à economia solidária:

"Seu diferencial encontra-se exatamente no termo 'solidária', o que significa dizer que aspectos ético-normativos passam a qualificar a lógica econômica, o que a torna distinta da lógica econômica tradicional, essencialmente competitiva, comum a correntes de



<sup>1</sup> Em parte deste artigo relatamos as atividades desenvolvidas por um conjunto de professores, estudantes e técnicos da Intecoop/ SEDETEC/UFJF no referido projeto, a saber: Regina Salomão e Gilson Salomão (Letras), Lélio Lourenço e Carla Gebara (Psicologia), Francisco Clarete, José Luís Cuco, Bruno Moreira e Fábio Rezende (Mecânica), Maria Goretti Simões e Lívia Alvim (Serviço Social), Fernanda Oliveira e Eloíza Mara da Silva (Direito), Ana Maria Alves e Cíntia Santana (Economia), Rita Nascimento (Contabilidade) e Juliana Macário (Administradora de Cooperativas).

diferentes posições ideológicas. Assim, se por um lado falamos de economia e do fato de tratarmos de um determinado modo de produção e circulação de riqueza, por outro, falamos também de certas condições para que essas riquezas sejam produzidas, circuladas e apropriadas. Não se pode realizar uma economia solidária sob a mesma lógica que se procura superar, o que aponta para uma mudanca de enfoque de significativa profundidade."

No caso do significado do termo social que acompanha a tecnologia, sua adjetivação marca a antítese à concepção de tecnologia que é apropriada pelo capital, onde se questiona quem produz e a quem se destinam os seus resultados.

Por esse motivo, não se trata de uma mera diferenciação terminológica. Termos guardam valores, visões de mundo e atendem a interesses. Percebê-los, para além de sua aparência, requer proceder conforme indica o poeta:

"Chega mais perto e contempla as palavras. Cada uma tem mil faces secretas sob a face neutra e te pergunta, sem interesse pela resposta, pobre ou terrível, que lhe deres: Trouxeste a chave? "

(Carlos Drummond de Andrade, em "Procura da poesia")

A chave, para nós, encontra-se em apreender da realidade as categorias que nos auxiliem na sua compreensão.

Ao partir de uma concepção que se pauta na critica à apropriação realizada pelo capital e, por conseguinte, na crítica ao modo de produção que lhe é próprio, a tecnologia social apresenta-se avessa ao fosso estabelecido entre trabalho manual e intelectual e à escolha que impede uma perspectiva de transformação social. Terreno onde também se insere a economia solidária.

Ao abarcar atividades de produção, distribuição, consumo e crédito que são realizadas pela classe popular na geração de trabalho e renda, a economia solidária propõe a vivência de valores que se baseiam na ajuda mútua, na cooperação, auto-gestão e nas diversas formas de compartilhar buscando o benefício social. Uma economia centrada no ser humano, subordinada à política da partilha e à ética da sustentabilidade da vida, como um meio de geração de trabalho e renda. Um modo de resgatar a economia da posse, em que ser dono dos bens produtivos é uma situação transitória, função do trabalho oferecido, e não do capital que se investe (FRANÇA FILHO, G. & LAVILLE, J., 2004).

Uma economia do suficiente, em que só se toma da natureza o necessário e só se consome bens materiais suficientes para sustentar o desenvolvimento da vida; uma economia cujas atividades estão subordinadas a objetivos eco-sociais; um caminho de emancipação do trabalho humano e da relação social assalariada ou precarizada (SINGER, 2000).

Especificamente neste ponto, consideramos que a tecnologia social desempenha um papel chave para a economia solidária. Da articulação e complementaridade entre ambas é que se contribui para que a ciência e trabalho possam coincidir, a unidade entre teoria e prática, na direção da omnilateralidade do trabalho humano, também obscurecida e usurpada pelo capital. Afirmando esses princípios, constrói-se uma perspectiva anti-reducionista da tecnologia, que une o trabalho, a tecnologia e a transformação social. Mas de que concepção de trabalho falamos? O trabalho no seu sentido ontológico, categoria central para a construção da sociabilidade; ponto de partida e horizonte para a construção dos princípios e valores tanto para a economia solidária quanto para a tecnologia.

#### Sobre o trabalho

Para a tradição marxista, o trabalho é premissa básica para a existência da vida humana. Enquanto forma de apropriação material da natureza, comporta diversos procedimentos que irão constituir a identidade de quem sobre ele atua. Faz parte da condição humana: não vale apenas pelo que representa enquanto meio de sobrevivência, mas por assegurar também a qualidade que identifica o homem, distinguindo-o como ser social e genérico.

Para Marx (1994a), o trabalho é concebido de forma genérica como o relacionamento ativo do homem com a natureza, através do qual modifica criativamente a si próprio e a suas condições de existência. Na perspectiva de Marx (1994a, p. 50)

"O trabalho como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade – é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre homem e natureza, e, portanto, de manter a vida humana."

O trabalho é a dimensão fundante do ser. Ponto de partida para o processo de humanização, distingue o homem dos outros animais. Enquanto o animal é um ser imediato, o homem é um ser da mediação; enquanto um age por instinto, o outro pode, por meio da escolha e da ação, se libertar do jugo das forças da natureza.

O trabalho humano altera o estado da natureza, extraindo dela sua matéria prima, e aliando a projeção

mental prévia daquela transformação material que se irá operar. Sendo assim, o trabalho humano é consciente e proposital. Esse é o diferencial do homem e dos outros animais, que não possuem a faculdade de agir conjugando pensamento e execução. Conforme o próprio Marx (id.ibid., p.68).

"Decerto, o animal também produz. Constrói para si um ninho, habitações, como as abelhas, castores, formigas, etc. Contudo, produz apenas o que necessita imediatamente para si ou para a sua cria; produz unilateralmente, enquanto o homem produz universalmente (...) O animal dá forma (à natureza) apenas segundo a medida e a necessidade da species a que pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de cada species e sabe aplicar em toda a parte a medida inerente ao objeto"

Na ação sobre a natureza, na elaboração do mundo objetivo, o homem, que se manifesta como verdadeiro "ser genérico", um ser consciente que vive a efetividade humana, relaciona-se consigo mesmo como gênero vivo, universal e livre.

A uma concepção genérica do trabalho, como atividade vital do ser humano – que cria valores de uso, apropriando os elementos naturais às necessidades humanas e é comum a todas as formas sociais – Marx contrapõe a particularidade do trabalho no modo de produção capitalista, onde se concretiza o trabalho abstrato, corresponde ao valor de troca da mercadoria. O trabalho converte-se em meio de subsistência do trabalhador e propriedade do capitalista. Assim, na medida em que o objeto da produção do trabalhador lhe é arrancado, o trabalho torna-se alienado, arrancando-lhe também a sua vida genérica. Da mesma forma, na medida em que se reduz a atividade livre a um meio, o trabalho alienado faz da vida genérica do homem um meio para a existência física. O trabalho alienado, para Marx (ibid, p. 68),

"[torna] o ser genérico do homem, tanto a natureza, como a sua faculdade espiritual genérica, num ser estranho a ele, num meio da sua existência individual. Ele aliena do homem o seu corpo próprio, bem como a natureza fora dele, bem como a sua essência espiritual, a sua essência humana."

Trabalho estranhado que se relaciona à propriedade privada, "a expressão sensível e simultaneamente se torna antes um objeto estranho e inumano, de que a sua exteriorização de vida é o seu desapossamento de vida, a sua realização é a sua desrealização, uma realidade estranha" (id., ibid. p. 96).

De fato, no capitalismo, o trabalho como atividade vital -

unidade entre o indivíduo e o ser genérico – é substituído por uma forma de objetivação negativa da vida, onde as relações sociais passam a assumir a forma de relação entre os produtos do trabalho, relações entre coisas.

É inegável que, para a superação do estranhamento do trabalho, é preciso questionar o modo de produção capitalista, vislumbrando sua superação. Mas antes, considerando que o capital "usurpa o tempo que deve pertencer ao crescimento, ao desenvolvimento e à saúde do corpo. Rouba o tempo necessário para se respirar ar puro e absorver a luz do sol" (Marx, 1994-b, p. 300), é necessário utilizar o horário de não trabalho como forma de concretizar uma experiência vital mais plena de sentido, onde não haja manipulação do capital.

A emancipação do trabalho, contudo, não se confunde com a simples busca de tempo livre, mas com uma nova forma do trabalho, onde são realizadas a integralidade da *omnilateralidade* humana, a plena realização e emancipação do ser social.

Ao nos remeter à complexidade do capitalismo em nossa época, é possível reafirmar as análises marxianas acerca das dimensões do estranhamento do trabalho. O controle do processo produtivo determina o uso e o domínio de tecnologias e técnicas organizacionais, que se estendem por vários setores da produção. Entretanto, os elementos que caracterizam o trabalho estranhado são mantidos. Conservam-se o fetichismo da mercadoria e a reificação.

Com o trabalho associado, em substituição ao trabalho as salariado, expressam-se possibilidades emancipatórias. Marx (1980) a isso já se referia nas Resoluções da I Internacional, em 1864. Analisando a conquista da jornada de dez horas de trabalho na Inglaterra, afirma que a luta pela limitação legal foi uma ameaça à essência da economia política da classe burguesa (a lei cega da oferta e da procura) e colocava no centro a economia política da classe operária. Para ele, naquele momento a economia política do trabalho. Entretanto, outro fato também significava uma vitória mais ampla da economia política do trabalho. Em seus dizeres:

"Estamos falando do movimento cooperativo e, sobretudo, das fábricas cooperativas, organizadas com muitos esforços e sem nenhuma ajuda oficial, pela iniciativa de algumas "mãos" (hands) audazes. É impossível exagerar a importância dessas grandes experiências sociais. Com atos e não com argumento, prova-se que a produção em grande escala e harmonizada com as exigências da ciência moderna, pode se efetuar sem que uma classe de patrões empregue uma classe trabalhadora; e que os meios de producão, para darem frutos, não necessitam ser

monopolizados para explorar e dominar o trabalhador; e que o trabalho assalariado assim como o trabalho dos escravos e dos servos é somente uma forma transitória e inferior destinada a desaparecer ante o trabalho associado, que executa sua tarefa com gosto, interesse e alegria". (id., ibid., p. 26, grifos nossos)

No século XXI, os preceitos do trabalho associado encontram-se presentes na economia solidária. E a cada dia se expande, pois se constitui como uma resposta ao desemprego e à exclusão social, não se constituindo como uma simples política econômica compensatória num mundo em crise do trabalho assalariado (BARRETO, 2003). Os princípios sobre os quais a economia solidária se apóia são eminentemente socialistas, se considerarmos que toda forma de organizar a produção, a circulação e o crédito, não são regidos pelos princípios capitalistas da competição, do individualismo, da hierarquia e da heterogestão, mas sim pelos princípios da solidariedade, da ajuda mútua, da democracia e da autogestão (SINGER, 2000). Para nós, também significam a vivência, ainda que nos marcos da sociedade capitalista, do exercício de uma nova sociabilidade, que se fundamenta na idéia de transformação social.

Se concordarmos que as universidades públicas, ao adotarem o preceito constitucional e princípio acadêmico da indissociabildiade entre ensino, a pesquisa e a extensão, podem contribuir com a redução da desigualdade e de transformação da sociedade, encontramos nas ITCP´s um espaço onde essas possibilidades podem se desenvolver.

## O significado da produção do conhecimento na universidade e o apoio à autogestão

As universidades enfrentam um paradoxo. Plurais em sua prática acadêmica, servem concomitantemente à lógica do sócio-metabolismo do capital e à organização do trabalho, em seu sentido libertário (FARIA, 2005).

Neves (2006) em sua análise sobre a contra-reforma do ensino superior no Brasil, aponta elementos que podem auxiliar na discussão sobre o papel da universidade na produção de conhecimento científico e tecnológico. Quando reflete sobre o que denomina de "novo intelectual urbano", indica que a educação política e escolar (e, portanto, o conhecimento que lhe serve de base) requerida pela burguesia mundial busca incrementar a capacitação técnica, com vista ao aumento da produtividade e da competitividade do capitalismo em crise e numa nova capacitação. Objetiva-se a instauração

de uma nova cultura cívica baseada na conciliação de classe que humanize as relações de exploração e de dominação burguesas. Tais relações são hoje aprofundadas pela precarização das relações de trabalho e pelo fortalecimento e consolidação do receituário e das práticas neoliberais em nível mundial.

Embora discutindo especificamente o significado das reformas educacionais, a autora nos oferece pistas para se refletir sobre a produção de conhecimento nas sociedades capitalistas ao redor do mundo:

"No centro, privilegia-se a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos que acelerem a competição intercapitalista e a financeirização do capital nesse estágio de difusão das novas tecnologias de informação e comunicação e que disseminem idéias que procurem explicar o fim da sociedade de classes e o advento de um mundo novo que atenua os conflitos e reforça os laços da colaboração, da responsabilidade social.

Na periferia, privilegia-se a adaptação e a operacionalização das novas tecnologias de produção e de comunicação produzidas nos países de capitalismo central, bem como se acelera a difusão das novas teorias sociológicas produzidas no centro e estimulam-se práticas político-pedagógicas que reforcem a instauração de uma ocidentalização de tipo norteamericana, em que a pequena política passa a se constituir no móvel central de concretização da grande política da conservação."

(id., ibid., p. 91)

É justamente no contexto onde se trava o embate entre a proposta de concertação social e a de afirmação da luta de classes que o debate sobre a ciência e a tecnologia deve ser inserido. De nossa parte, reafirmamos o papel da universidade pública brasileira no avanço do conhecimento científico e tecnológico que possa ser construído, direcionado e apropriado pelos trabalhadores. Na *Proposta para a Universidade Brasileira* do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, encontramos os preceitos:

"A universidade, como importante patrimônio social, caracteriza-se pela sua necessária dimensão de universalidade na produção e transmissão da experiência cultural e científica. Ela é, essencialmente, um elemento constitutivo de qualquer processo estratégico e de construção de uma identidade social.

[...] A dimensão pública das instituições de ensino superior se efetiva simultaneamente pela sua capacidade de representação social, cultural, intelectual e científica. E condição básica para o desenvolvimento desta representatividade é a capacidade de assegurar uma

produção de conhecimento inovador e crítico que respeite a diversidade e o pluralismo e não simplesmente preencha uma função de reprodução de estruturas, relações e valores, antes acolha os mais diversos elementos que possam constituir questionamentos críticos que configurem a universidade como protagonista da evolução histórica da sociedade". (ANDES/SN, 2003, p. 15)

Nas ações desenvolvidas pelas ITCP´s, afirmamos ser possível o exercício desta capacidade, ainda que haja entraves. No caso da UFJF, a ITCP, lá criada em 1998, tem buscado produzir um conhecimento que a aproxime dos setores populares. Esta relação se constitui em uma das razões da sua existência.

A Intecoop/SEDETEC/UFJF estruturou-se com o objetivo de acompanhar coletivos de trabalho autogestionário, desde a sua sensibilização, mobilização e formação política, passando por sua formalização, organização do espaço produtivo, discussão das relações de trabalho, saúde e condições de trabalho, comunicação, planejamento e gestão. Para isso, participam professores e estudantes de graduação e pós-graduação das áreas de Artes e Design, Arquitetura, Administração, Ciências Biológicas, Ciência da Computação, Ciências Sociais, Comunicação Social, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Educação Ambiental, Enfermagem, Engenharia de Produção, Geografia, Psicologia e Serviço Social.

A metodologia utilizada apóia-se em três pilares: 1) a construção de um espaço de inclusão das populações excluídas do mercado de trabalho, em situação de vulnerabilidade, melhorando tanto o acesso à renda quanto a sua distribuição; 2) a organização e fortalecimento dessas populações em formas associativas e cooperativas, estimulando o senso crítico, a autonomia, a independência e as potencialidades individuais e coletivas do grupo; 3) a formação de multiplicadores em economia solidária que possam socializar os seus princípios.

Atualmente, a incubadora acompanha dezesseis coletivos (11 cooperativas – seis formalizadas e cinco em processo de formalização – e cinco associações), nas áreas de artesanato; coleta e reciclagem de resíduos sólidos; produção, beneficiamento e comercialização de alimentos; agricultura familiar; serviços. Além deles, assessora a Rede de Empreendimentos Solidários de Juiz de Fora e Região (RESJUF), que reúne 27 coletivos. Entre esses se encontra a Cooperativa de Mecânicos de Automóveis Pistão de Ouro, cujo processo de formação e desenvolvimento aqui descreveremos.

#### Uma experiência cooperativa

O quadro de crise que mencionamos no início deste artigo para demarcar o surgimento das ITCP´s, caracteriza-se, dentre outras especificidades, pela elevação expressiva dos índices de desemprego, atingindo também aqueles trabalhadores que em algum momento de sua trajetória de vida cometeram delitos e, após cumprimento de pena, retornam ao convívio social. Em Minas Gerais, no ano de 2003, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Defesa Social / Superintendência de Prevenção à Criminalidade (SEDS/SPEC), elaborou o Programa de Reintegração Social de Egressos do Sistema Prisional, buscando alternativas de inclusão pelo trabalho. Foram estabelecidos como objetivos do programa:

"[...] acolher o egresso do sistema prisional, promovendo sua reintegração social por meio de políticas sociais, garantindo e ampliando os direitos dispostos na Lei de Execuções Penais, criando condições favoráveis para a minimização do seu envolvimento em ciclos de violência e criminalidade e reincidência criminal. A reintegração se dá por meio de investimentos, principalmente na capacitação e profissionalização, viabilizando condições de autosustentabilidade para o indivíduo que deixa o sistema prisional (SEDES, 2007)."

Em maio de 2006, a Intecoop/SEDETEC/UFJF iniciou a execução de um projeto, a partir de convênio com o Governo do Estado, onde seriam beneficiários os denominados "egressos do sistema penitenciário" do município de Juiz de Fora.

Para definição do que seriam egressos, acatamos a Lei de Execução Penal (LEP), de 11 de julho de 1984 (BRASIL, 1984), que assim estabelece:

"Art. 26 - Considera-se egresso para os efeitos desta Lei: I - o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento;

II - o liberado condicional, durante o período de prova."

A LEP também prevê, em seu artigo 27, que o Serviço de Assistência Social colaborará com o egresso para a obtenção de trabalho. Entretanto, são notórias as dificuldades de inserção em atividades produtivas, devido ao estigma que o egresso passa a carregar consigo ao tentar restabelecer as relações sociais do período précarcerário. Conforme Sá (2004, p. 34), "Saber-se livre da prisão, mas preso ao seu destino de marginal na sociedade é a verdadeira pena para o egresso. Esta, sem dúvida é a sua

condenação definitiva."

Na Intecoop/SEDETEC/UFJF, a equipe envolvida também utilizou como norte os princípios presentes na Lei nº 9867, de 10 de novembro de 1999, que dispõe sobre a criação e o funcionamento de cooperativas sociais. Nela encontram-se os parâmetros normativos deste tipo de cooperativa, que é constituída com a finalidade de inserir as pessoas em desvantagem no mercado econômico, por meio do trabalho. Os egressos de prisões, conforme seu art. 3º, incluem-se nesta categoria, podendo, dessa forma, constituírem-se enquanto uma cooperativa social.

Referenciando-nos nesse marco jurídico, num esforço conjunto de três setores da UFJF (a Intecoop / SEDETEC / UFJF, o Colégio de Aplicação João XXIII e o Colégio Técnico Universitário) planejamos ações cujos conteúdos voltaram-se para a ampliação da escolarização, qualificação profissional, princípios e valores do cooperativismo popular, com criação de uma cooperativa com os beneficiários que voluntariamente procuraram o Núcleo de Prevenção à Criminalidade de Juiz de Fora (NPC/JF) da SEDS/SPEC, após apresentação do projeto para todos aqueles que caracterizavam-se como egressos no município. Por decisão da equipe, não se estabeleceu quaisquer critérios ou condições para entrada no projeto, a não ser o limite máximo de 30 pessoas.

Ao executar uma política pública, a partir de demanda e parceria com a SEDS/SPEC, a Intecoop/SEDETEC/UFJF reconhece o importante papel que a universidade possui ao articular ações de geração de trabalho e renda que contribuam para o resgate de direitos. Destaca ainda que as ações integradas com o poder público são de vital importância e permitem a produção de ações capazes de garantir a inclusão social dos egressos, pois além de construir mecanismos que promovem o acesso ao trabalho a trabalhadores que já cumpriram sua pena, o fazem baseadas em novas relações.

Os objetivos específicos do projeto foram os seguintes:

- Desenvolver ações de escolarização como apoio ao processo de reinserção social de egressos, a partir do domínio do discurso escrito e oral;
- Desenvolver habilidades profissionais específicas para desenvolvimento de atividade produtiva, com utilização da tecnologia aliada ao bom desenvolvimento de práticas aplicadas e uso da informática;
- Possibilitar a construção e transferência de tecnologias sociais de organização e gestão da produção, introdução de práticas e equipamentos que proporcionem o desenvolvimento produtivo de um empreendimento autogestionário;
- Estimular a organização social dos cooperados por meio da participação em redes de cooperação, como a Rede de Empreendimentos Solidários de Juiz de Fora e Região e o Fórum Regional e Mineiro de Economia Solidária;

- Contribuir para a consolidação da viabilidade econômica e social do empreendimento a ser formado, por meio do acompanhamento de seu planejamento estratégico e desenvolvimento de plano de negócios, tornando-o referência na sua área de atuação;
- Realizar eventos que propiciem maior visibilidade ao empreendimento a ser formado;
- Viabilizar formas de inserção econômica do empreendimento no mercado local/regional;
- Criar estratégias de articulação do empreendimento com o poder público;
- Contribuir para o processo de sensibilização e reconhecimento de direitos dos egressos junto à sociedade civil:
- Oferecer suporte aos egressos nas áreas psico-social, educacional, profissional e familiar;
- Encaminhar os egressos e familiares a programas sociais de acordo com as demandas levantadas.

O projeto contou inicialmente com 30 beneficiários encaminhados pelo NPC/JF que apresentavam o seguinte perfil: majoritariamente formado por homens (97%); baixa escolaridade (74% não possuem ensino fundamental completo), oriundos de família de baixa renda (72,5% com renda familiar entre menos de um a três salários mínimos) e jovem (73% com a idade entre 21 e 40 anos).

Se na apresentação do projeto para a SEDS/SPEC os partipantes em potencial eram denominados *egressos*, a partir de sua inserção procuramos desconstruir coletivamente esta identidade. Da negação, surgiu a identidade de *beneficiários* de um projeto e durante o processo de formação da cooperativa, a de *cooperados*.

As atividades foram desenvolvidas de segunda a quinta feira, de 17:30 às 22 horas, nas salas de aula e auditório da Faculdade de Serviço Social e nas oficinas e laboratórios do Colégio Técnico Universitário. Durante a participação no projeto, os beneficiários receberam valetransporte, lanches (preparados por outra cooperativa incubada, a *Cooperdoces*) e cesta-básica mensal.

Todo o trabalho foi direcionado para atender a necessidade de capacitação do grupo, sejam nos conteúdos relativos à economia solidária e ao cooperativismo popular, seja quanto à habilidade técnica específica para a mecânica ou ainda em atividades específicas de linguagem e letramento, conforme Quadro:

economia solidária e ao cooperativismo popular	linguagem e letramento	habilidade técnica específica para a mecânica
<ul> <li>Direitos Humanos;</li> <li>Transformação do mundo do trabalho;</li> <li>Princípios da Economia Solidária;</li> <li>Características e finalidades dos Empreendimentos de Economia Solidária;</li> <li>Associativismo e Cooperativismo;</li> <li>Redes de Economia Solidária;</li> <li>Aspectos Jurídicos do Cooperativismo;</li> <li>Planejamento e Gestão;</li> <li>Movimentos Sociais e Economia Solidária</li> </ul>	<ul> <li>Alfabetização e retomada do processo de letramento;</li> <li>Desenvolvimento e consolidação de estratégias de leitura;</li> <li>Desenvolvimento e consolidação de estratégias de escrita de textos e de correspondência comercial;</li> <li>Desenvolvimento e consolidação de estratégias para ajuste e diversificação do discurso oral;</li> <li>Noções de informática (adaptação dos conhecimentos adquiridos em Português à informática).</li> </ul>	<ul> <li>Metrologia;</li> <li>Desenho Técnico;</li> <li>Segurança e Higiene do Trabalho;</li> <li>Materiais de Construção</li> <li>Mecânica;</li> <li>Ajustagem Mecânica;</li> <li>Meio Ambiente;         <ul> <li>Manutenção Mecânica;</li> <li>Lubrificação e Limpeza;</li> <li>Elementos Orgânicos de Máquinas;</li> <li>Mecânica de Autos</li> </ul> </li> </ul>

Os integrantes da equipe das áreas de economia, administração e contabilidade elaboraram em conjunto com o grupo o planejamento estratégico e o plano de negócios, além da capacitação em processo contábil e análise de balanços.

O grupo ainda elaborou coletivamente o estatuto, o regimento interno e o registro nos órgãos competentes, procedimentos necessários para formalização do empreendimento.

Além das atividades de capacitação, o projeto contou com a atuação de um professor e uma bolsista da área de Psicologia, que organizaram grupos de reflexão e entrevistas individuais, com o objetivo de compreender como a Psicologia Social Comunitária poderia se inserir e intervir em um ambiente cooperativo de geração de trabalho e renda, criando a oportunidade de um espaço para expressão dos anseios e dificuldades. Considerou-se que, na etapa inicial de formação do grupo, misturaram-se interesses individuais e coletivos que precisariam ser ressignificados diante da proposta da economia solidária.

A equipe da psicologia dedicou-se à aplicação de dinâmicas de grupo, cujos objetivos estavam voltados à

compreensão da importância da solidariedade, paciência, assertividade e cooperação para a manutenção de um grupo, além da identificação do perfil de seus componentes, suas diversas formas de estabelecer relações de mutualidadee confiança e trabalhar aspectos como: preconceito; discriminação; conflitos interpessoais; intolerância; estereótipo; atitude x mudança de atitude; reinserção social; identidade grupal; autoconhecimento; reativação da vida comunitária; desenvolvimento da autogestão; desenvolvimento do espírito democrático; participação na sociedade e em sociedade.

Como todo processo de trabalho, dificuldades surgiram. Dentre elas, a infrequência, evasão de 6 dos 30 participantes, dificuldade de assimilação dos conteúdos e de relacionamento interpessoal entre os membros, dependência química, principalmente do álcool. Isso nos motivou a todos, cooperados e equipe da Intecoop/SEDETEC/UFJF, a criar estratégias de superação dos problemas. Houve um amadurecimento expressivo do grupo, podendo ser constatado na efetiva participação na elaboração do estatuto e regimento

interno da cooperativa, onde foram tomadas decisões importantes, como, por exemplo, critérios para resolução de problemas, pautados no aprendizado obtido durante o projeto.

Os cooperados hoje manifestam preocupação com a continuidade do processo de incubação. Sabem que o apoio do poder público é fundamental para a cooperativa, sem o qual não terão recursos para sua manutenção. Sabem que, para eles, a cooperativa é a possibilidade mais concreta de acesso ao trabalho. Por esse motivo, grupo e equipe da incubadora vêm encaminhando projetos de aquisição de equipamentos ao governo estadual e federal. No âmbito municipal, os cooperados a partir de agosto de 2007 começaram a trabalhar na área de mecânica em órgãos da prefeitura e da universidade.

Guardadas as especificidades do grupo acompanhado, ao final deste artigo destacamos questões que perpassam tanto o trabalho com a *Cooperativa de Mecânicos de Automóveis Pistão de Ouro*, quanto com os demais coletivos acompanhados pela Intecoop/SEDETEC/UFIF.

#### Considerações finais

Numa sociedade periférica, como é o caso do Brasil, as relações que estruturam a organização capitalista são superdimensionadas. Conforme aponta Cardoso (2006), a exploração se torna superexploração, a organização política oscila entre autocracia e ditadura, a concentração de renda e da propriedade é extremada, é onde se concentram a riqueza, o poder e a cultura e onde se amplia de forma exacerbada a polarização social.

Neste cenário, as propostas da economia solidária e nela, a do cooperativismo popular, se inscrevem e competem, em situação desfavorável, com o modo de produção hegemônico. Embora dominante, as relações de trabalho baseadas no assalariamento não incorporam a maior parte da força de trabalho em condições de utilização, tornando o cooperativismo popular uma importante alternativa de acesso ao direito ao trabalho (SINGER, 2003).

Os princípios que norteiam as propostas autogestionárias vão de encontro à produção capitalista, aquela que se baseia na propriedade privada dos meios de produção, no assalariamento e na divisão do trabalho que tem como fim a maximização do lucro. Se na esfera da produção as diferenças são claras, na esfera da circulação de mercadorias, também costumam ser distintas as táticas utilizadas na comercialização dos seus produtos e serviços (como as redes de consumo e comércio justo).

Durante o processo de incubação, do ponto de vista da formação e da coesão grupal, é comum o surgimento de

dificuldades de identificação com o ideário cooperativista, principalmente na vivência de relações democráticas e participativas. Tais dificuldades revelam que o trabalho subordinado, mantido por aqueles cooperados que possuíam vínculos empregatícios anteriores, dificulta a participação e decisão coletiva nos assuntos relacionados ao empreendimento.

Com as cooperativas, associações e redes constroem-se práticas sociais opostas àquelas que são funcionais ao modo de produção capitalista, determinando assim um quadro de muitas dificuldades e, conseqüentemente, necessidade de enfrentamento e de construção de respostas aos trabalhadores que passam a se organizar sob essa nova forma.

É neste contexto que se deve compreender a trajetória dos grupos que são acompanhados pelo projeto de incubação de empreendimentos solidários desenvolvidos pelas universidades brasileiras. Os avanços, recuos e, principalmente, as contradições vivenciadas são conseqüências do próprio contexto social em que os empreendimentos encontram-se inseridos.

Embora os grupos possam vivenciar e consolidar sua organização fundamentada nos princípios do cooperativismo popular (propiciada por cursos, oficinas, assembléias, fóruns de discussão e participação popular e na própria vivência cotidiana do trabalho associado), a realidade tem lhes sido desfavorável.

Exemplos existem. Um deles é o marco regulatório do cooperativismo popular, especialmente o jurídico e o tributário, que tem penalizado as alternativas trazidas pelo trabalho autogestionário.

Um outro aspecto que também tem impedido o desenvolvimento e consolidação dos coletivos como empreendimentos sustentáveis é a obtenção dos meios de produção. A falta de concessão de crédito específico para as camadas populares que se organizam sob a forma de cooperativas, contribui para o aumento de um possível insucesso dos empreendimentos. Devido à necessidade imediata de sobrevivência, quando a cooperativa não oferece as condições básicas de reprodução das condições materiais de existência, a dissolução do grupo é uma ameaça concreta. Contudo, observamos que a mobilização, a persistência dos grupos e a organização em rede têm contribuído para a superação das dificuldades.

No que se refere ao acompanhamento das ITCP´s na gestão do trabalho autogestionário, tem-se buscado a consolidação da formação política e o fortalecimento da identidade do grupo, considerando, ao mesmo tempo, a viabilidade econômica que garanta a geração de renda. Para que isso possa ser alcançado, é de fundamental importância promover a capacitação e estimular a inserção dos grupos em movimentos sociais, além de,

conjuntamente com o grupo, buscar apoio financeiro para as iniciativas (onde conferimos ao poder público um papel central). Por fim, às ITCP's se apresenta uma tarefa desafiadora: a de promover o acesso a um conhecimento historicamente negado aos setores populares, que lhes traga como horizonte a dimensão emancipatória do trabalho.

Finalmente, cabe enfatizar que na economia solidária, consideradas as características do trabalho e das relações sociais que dali emergem, vivencia-se um modo de produção que se diferencia do modo de produção capitalista, ainda que hoje inserido nele. Surge daí, uma questão candente, bem descrita por Singer (2002, p. 116), que tem nos desafiado a todos:

"[...] como a economia solidária pode se transformar de um modo de produção intersticial, inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma geral de organizar a economia e a sociedade, que supere sua divisão em classes antagônicas e o jogo de gato e rato da competição universal.'

Ao que acrescentamos: de que forma o cooperativismo popular poderá fortalecer seus princípios, consolidando e ampliando suas experiências, a ponto de estabelecê-lo como estratégia de superação da divisão social do trabalho típica do capitalismo?

Em Marx (1980, p. 29), encontramos apoio, indicações de limites e de perspectiva:

- "a) Reconhecemos o movimento cooperativo como uma das forças transformadoras da atual sociedade, baseada no antagonismo de classes. Seu grande mérito é mostrar na prática que o sistema atual de subordinação do trabalho ao capital, despótico e pauperizador, pode ser suplantado pelo sistema republicano da associação de produtores livres e iquais.
- b) Mas o sistema cooperativo, restrito às formas minúsculas surgidas dos esforços individuais dos escravos assalariados, é impotente para transformar, por si só, a sociedade capitalista. Para converter a produção social num amplo e harmonioso sistema de trabalho cooperativo, são indispensáveis mudanças gerais. Essas mudanças jamais serão obtidas sem emprego das forças organizadas da sociedade."

Isto é o que nos move.

#### Referências bibliográficas

ANDES/SN. Proposta do ANDES/SN para a Universidade Brasileira. **Cadernos ANDES** - nº 2. Brasília: Andes/SN, Outubro de 2003.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BARRETO, A. Cultura da cooperação: subsídios para uma economia solidária. Apud SOUZA, A.; CUNHA, G.; DAKUZAKU, R. (orgs) **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.

BRAGA, R. O trabalho na trama das redes: para uma crítica do capitalismo cognitivo. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. Vol. VI, n. 3, Sep. Dec. 2004. Disponível em: www.eptic.com.br. Acesso em: 17 de junho de 2007. BRASIL. **Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/Leis/QUADRO/198 1-1987.htm Acesso em: 15 de maio de 2007.

Lei no 9.867, de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/Leis/QUADRO/199 9.htm > Acesso em: 15 de maio de 2007.

CARDOSO, M. L. Sobre as relações sociais capitalistas. Apud LIMA, J. C. F. & NEVES, L. M.W. (org.) **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

FARIA, J. H. Universidade, produção científica e aderência social: a indissociabilidade e a contra reforma do ensino superior. *Apud* Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Ano XV, nº 35, fey 2005.

FRANÇA FILHO, G. e LAVILLE, J. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MANDEL, E. **A crise do capital. Os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Ensaio, 1990.

MARX, K. **Sindicalismo - Marx, Engels** [tradução de José Roberto Marinho]. São Paulo: Ched Editoral, 1980.

Manuscritos Econômicos-filsóficos de **1844**. Lisboa, Avante, 1994a.

\_\_\_\_\_ **O capital. Crítica da Economia Política**. Livro 1, vol 1. Rio de Janeiro, Bertrand, 1994b.

MARX, K, & ENGELS, F. **Manifestado do Partido Comunista**. [tradução de Pietro Nassetti]. São Paulo:

Editora Martin Claret, 2000.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição**. [tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa]. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

NEVES, L. M. A reforma da educação superior e a formação de um novo intelectual urbano. *Apud* Siqueira, A. & Neves, L. M. **Educação superior: uma reforma em processo**. São Paulo: Xamã, 2006.

SÁ, M. **O egresso do sistema prisional no Brasil**. São Paulo: Paulistanajur Ltda, 2004.

SEDS. Programa Reintegração Social de Egressos do Sistema Prisional. Disponível em:

<a href="http://www.defesasocial.mg.gov.br/eixos\_egresso.asp">http://www.defesasocial.mg.gov.br/eixos\_egresso.asp</a>. Acesso em 15 de maio de 2007.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. *Apud* SINGER, P. & SOUZA, A. R. (org.). **A** Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_ Introdução à economia solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

As grandes questões do trabalho no Brasil e a economia solidária. *Apud* **Revista Proposta**, Rio de Janeiro: FASE, v. 30, n. 97, jun./ago, 2003.

SIQUEIRA, A . & NEVES, L. M. W. (org) **Educação superior: uma reforma em processo**. São Paulo: Xamã, 2006.

SOUZA, M. & LIMA, S. A importância da família no processo de inclusão produtiva e social dos participantes do projeto "Cooperativismo popular e inclusão produtiva: incubação de egressos do sistema penitenciário do município de Juiz de Fora/MG". Juiz de Fora/MG: UFJF/FSS, 2007. Monografia (Graduação em Serviço Social).



Anais do 1º Fórum Nacional da RTS

www.rts.org.br/publicacoes/arquivos/16abr2007 rts anais final.pdf



I Encontro do Fórum e Rede de Empreendedore(as) de Economia Popular e Solidária do Sul do Pará

# Economia solidária, incubadoras un iversitárias, cooperativas e tecnologia: uma definição de papéis

Renato Dagnino\* Rodrigo Fonseca\*\*

<sup>\*\*</sup> Doutorando em Política Científica e Tecnológica pelo Departamento de Política Científica e Tecnológica da UNICAMP e analista da área de Tecnologia para o desenvolvimento social da FINEP.



<sup>\*</sup> Professor titular no Departamento de Política Científica e Tecnológica da UNICAMP.

#### **Apresentação**

Pretendemos discutir neste artigo a necessidade de que os atores envolvidos com a incubação de cooperativas populares e empreendimentos solidários avancem na compreensão sobre o papel da tecnologia na construção e desenvolvimento destes empreendimentos. Acreditamos que esta necessidade se coloca porque os atores que participam da história de construção destes empreendimentos, apesar de trabalharem engajados em estratégias de inclusão social e enfrentamento da pobreza, muitas vezes, mantêm uma visão sobre a questão tecnológica contraditória a seus objetivos.

Por isso, organizamos nossa argumentação de maneira a discutir o papel de cada ator no processo de incubação e defender como é fundamental para a sua sustentabilidade um novo olhar dos empreendimentos solidários / cooperativas populares sobre a tecnologia. Explicitaremos os pressupostos desta afirmação e em seguida, a partir deste novo olhar, discutiremos a possível posição dos atores quanto ao tema. Identificamos os seguintes atores como principais neste campo: cooperativas populares/empreendimentos solidários (ES), incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPs), universidades, gestores públicos municipais, estaduais e federais e gestores de política de ciência e tecnologia (C&T). Trataremos os gestores da política de C&T em separado pois consideramos que têm um papel diferenciado dos demais gestores públicos diante deste

Nossa pergunta central é, partindo do pressuposto de que são imprescindíveis os desenvolvimentos tecnológicos diferenciados dos tradicionais para a sustentabilidade dos ES, que ações cabem a cada um dos atores: cooperativas, incubadoras tecnológicas de cooperativas populares,

universidades, gestores públicos municipais, estaduais e federais, gestores de política de C&T?

#### Introdução: um novo olhar

O que pretendemos aqui é convidar estes atores para uma reflexão sobre suas concepções e sobre sua ação cotidiana. O senso comum da visão sobre tecnologia é algo compartilhado entre todos os atores, mesmo aqueles engajados em atividades de inclusão social, sejam no Estado, em movimentos sociais ou nas universidades. A superação desta visão é fundamental para a geração de estratégias, planejamento e tecnologia para a sustentabilidade de empreendimentos solidários.

Não estamos dizendo que há um entendimento único sobre o tema entre estes atores. Argumentamos aqui que a compreensão socialmente compartilhada do que é e de qual é o papel desempenhado pela C&T na nossa sociedade está baseada em uma construção social que privilegia os interesses apenas de uma parte, porém legitima este privilégio perante a totalidade do corpo social.

A noção de que a ciência é neutra e produz a verdade, somada a de que o avanço tecnológico é prédeterminado e segue um caminho unívoco, escondem o jogo social e político na construção dos aparatos tecnológicos e das teorias e "descobertas" científicas. A constatação deste fato gera a necessidade de uma outra plataforma cognitiva que possa estar a serviço de um projeto de inclusão social mais amplo.

O mito da neutralidade da ciência e do determinismo tecnológico pode ser explicado como a perspectiva, muitas vezes adotada por cientistas, burocratas e políticos, que considera a ciência como neutra. Isto é, livre dos valores (ou interesses) econômicos, políticos,

sociais ou morais (de raça, etnia, gênero etc) dominantes no ambiente em que ela é produzida. A tecnologia seguiria uma trajetória linear e inexorável, governada por um impulso endógeno. O determinismo tecnológico seria o avanço na direção da maximização da eficiência (não admitindo a pergunta "eficiência para quem?"). A sociedade utilizaria esse "avanço do conhecimento científico e tecnológico" na direção de um futuro cada vez melhor, sem contestar as exigências de eficiência e progresso que este avanço estabelece.

Acreditamos que é preciso superar uma certa subestimação, que aparentemente acontece nas incubadoras e no campo da intervenção social em geral, da inadequação da tecnologia convencional às premissas da inclusão social. O fato de a tecnologia convencional incorporar na sua construção os valores e interesses intrínsecos à relação de forças econômicas e políticas vigentes no sistema sócio-econômico em que vivemos, a torna incapaz de combater efetivamente as causas da exclusão. Assim, o enfoque tecnológico para inclusão social, permite-nos compreender a tecnologia social em seu sentido realmente transformador, como uma tecnologia desenvolvida junto com os atores sociais interessados e segundo valores e interesses alternativos e, por isso, capaz de promover a inclusão social.

### 1- Cooperativas populares / empreendimentos solidários

O primeiro grande destaque ao termo empreendedorismo foi dado por Schumpeter ao ressaltar a importância do empreendedor/inovador que busca permanentemente novas oportunidades para o processo de mudanca econômica. Recentemente, o tema foi investido de novos significados, podendo referir-se à capacidade de inovação e de aprendizado, determinada não apenas pelo investimento em pesquisa e desenvolvimento, mas também pela capacidade de inovação em gestão e organização da produção.Pode referir-se também à criação de novos e pequenos negócios, tipicamente dirigidos por empreendedores-proprietários, como forma alternativa de inclusão social, de geração de trabalho e renda. Podendo referir-se ainda ao empreendedorismo social e institucional, como capacidade de segmentos e organizações sociais, comunidades e instituições públicas organizarem e implementarem iniciativas destinadas à melhoria das condições de vida locais e à abertura de oportunidades para grupos sociais menos favorecidos.

Empreendimentos solidários, segundo a definição da Secretaria Nacional de Economia Solidária/Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE) são organizações coletivas permanentes (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção), suprafamiliares, cujos sócios/as são trabalhadores/as urbanos/as ou rurais e proprietários/as ou coproprietários/as, exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados. Estas organizações realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços e de comercialização. Apesar de compreendermos a diferença, trataremos aqui empreendimentos solidários e cooperativas populares como sinônimos, pois é bastante provável que, quanto à questão tecnológica, haja muitas semelhancas.

Diversos empreendimentos solidários podem estar sendo incubados utilizando a compreensão convencional do que vem a ser tecnologia e, especialmente, a base técnica para produção. No entanto, a adoção de uma base técnica convencional coloca o funcionamento rotineiro do ES em contradição com o seu objetivo, exatamente por esta base derivar de uma construção social com outros objetivos.

A tecnologia pode ser vista como o conjunto ordenado de conhecimentos empregados na produção e comercialização de bens e serviços, e que está integrada não só por conhecimentos científicos – provenientes das ciências naturais, humanas, exatas – , mas igualmente por conhecimentos empíricos que resultam de observações, experiência, atitudes específicas, tradição (oral ou escrita). Esta definição se aplica ao que denominamos tecnologia convencional.

Contudo, vemos a tecnologia como um fenômeno relacional, isto é, origina-se das relações com o meio no qual está inserida. Se o meio e os atores estão contaminados pela compreensão de que tecnologia é aquilo gerado por "especialistas" que atuam apenas tecnicamente para o progresso humano, não haverá possibilidade de se gerar uma tecnologia oriunda das relações próprias daquele meio. A base técnica de produção será adquirida fora e entrará em contradição com a base social da organização do trabalho.

O alvo de reflexão neste momento – e que deve pautar as reflexões e práticas de empreendimentos e incubadoras – é como fazer com que os setores excluídos da sociedade participem – ou sejam capazes de participar – da construção da tecnologia. Como será esse processo? Quem participará dele? As respostas a essas perguntas só poderão ser construídas quando houver pessoas e instituições capazes de refletir sobre isso e que consigam atuar, produzindo tecnologia, a partir deste novo olhar. Atualmente, por exemplo, a formação do engenheiro não abre essa possibilidade, não se forma um engenheiro capaz de atuar em um processo participativo como este. A

autoridade do conhecimento científico e a noção de avanço linear da tecnologia impedirão a participação da maioria dos engenheiros formados na universidade na produção de sistemas tecnológicos que não sejam alienadores do trabalhador, poupadores de mão de obra, utilizadores de recursos do local da produção.

Neste contexto, a produção de tecnologia em ES se liga ao marco analítico-conceitual da tecnologia social. A tecnologia social, objetiva desenvolver alternativas para contextos de desigualdade partindo do princípio de que não encontramos apenas problemas nas comunidades, mas solucões também.

Para Rutkowski (2005) "a tecnologia pode ter como função suprir as necessidades básicas da população. Voltar-se para atender à dimensão humana do desenvolvimento e aos interesses coletivos de garantir, de maneira sustentável, uma melhor qualidade de vida, tanto presente quanto futura. Para nomear este tipo de tecnologia cunhou-se o termo Tecnologia Social (TS) — aquela tecnologia nas quais as dimensões humana e social estão em primeiro plano." A tecnologia pode depender tanto de conhecimentos técnicocientíficos codificados como de conhecimentos populares, oriundos da tradição. A capacidade de inovar não é privilégio de alguns poucos "iluminados", podendo manifestar-se de várias maneiras e nos mais diversos contextos.

A TS pode ser entendida como um elemento prático e concreto que materializa a argumentação desenvolvida acima. A proposta da tecnologia social significa, em lugar da perseguição de um restrito resultado econômico do processo de produção do conhecimento, um deslocamento do vetor de orientação diretamente para o resultado social, percebido como melhoria no plano coletivo (qualidade de vida, em seus diversos aspectos) ou numa maior eficiência na gestão pública com finalidades sociais.

Em lugar da apropriação privada do resultado, com ganhos privados, a TS preconiza a apropriação coletiva dos resultados, propiciando um modo radicalmente distinto de conformação do espaço sócio-econômico. Não se trata, pois, de agir apenas no espaço social, entendido como de natureza posterior ao espaço econômico a ser satisfeito com precedência, como antagônico e excludente em relação àquele. Trata-se de agir no espaço sócio-econômico de uma forma que privilegie os resultados que podem ser apropriados coletivamente, seja em termos econômicos e tangíveis, seja em termos sociais e intangíveis.

#### 2 - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPs

A incubação pode ser entendia como o período durante o qual um acontecimento, uma criação é elaborada antes de assumir existência efetiva. Exemplo: a incubação de ES prepara constituição de empresas autogestionárias, onde os trabalhadores são donos, planejadores e executores do processo produtivo e dos meios de produção. As ITCPs partem de uma hipótese na qual a cooperação de sujeitos pode resolver problemas de acesso ao trabalho e renda e. com isso, gerar dinâmicas de cidadania. Por isso têm um foco social, político e estratégico na possibilidade de construir alternativas para a superação das desigualdades. Ao não adotar o referencial de uma solução clássica, via emprego, a incubadora parte da hipótese da possibilidade do trabalho coletivo e autônomo. Ao longo dos anos, as incubadoras desenvolveram um conjunto de referências voltadas para o marco jurídico, técnico e produtivo visando gerar trabalho e renda. A idéia de que seria possível associar cooperativas populares a trajetórias tecnológicas diferenciadas ainda é incipiente. Um dos grandes desafios é fazer com que as universidades passem a contribuir em todo o seu conjunto, não apenas através das incubadoras.

As incubadoras vêm desenvolvendo metodologias para ações educativas, jurídicas, técnico-produtivas – onde são gerados instrumentos pedagógicos, de gestão e controle aplicados às cooperativas populares/empreendimentos solidários. No Brasil, as incubadoras avançaram bastante quanto às atividades relativas à constituição das estratégias organizativas, tanto na formação cultural, quanto na jurídico-institucional. Contudo, a questão técnico-produtiva ainda é incipiente na maioria das incubadoras. É preciso ir além de apenas criar estratégias de produção e comercialização pelo grupo.

Estamos argumentando que as incubadoras não têm atentado para o fato de que, da mesma forma que os métodos administrativos, contábeis e organizativos devem ser adaptados para as características e especificidades do empreendimento cooperativista, a tecnologia utilizada na produção também deve passar por adequações aos princípios da economia solidária. A incubação visa a transformação do potencial de um grupo em oportunidades de negócios, gerando trabalho e renda. O apoio das ITCPs aos empreendimentos valoriza a autogestão, a cidadania e a apropriação coletiva dos resultados. A metodologia busca dar ferramentas para que os participantes tornem-se sujeitos do seu próprio desenvolvimento, quanto aos aspectos econômicos, sociais e políticos.

O novo olhar sobre a questão da tecnologia parte da crítica ao desenvolvimento tecnológico dominante. É um repensar de trajetórias de produção e aplicação do conhecimento científico e tecnológico para além dos modelos dominantes. As especificidades do ES implicam a necessidade de um novo tipo de desenvolvimento técnico. Sem isso, a organização da produção, que é a órbita de realização rotineira da vida do empreendimento, vai subordinar todos às formas de organização e produção da empresa tipicamente capitalista. Esta ocorrência provoca uma contradição insolúvel entre o objetivo do empreendimento e a sua realização diária. A contradição entre a intenção de criar um locus de geração de trabalho e renda de forma autogerida e não hierárquica, contra uma tecnologia que rotineiramente exige a subordinação do produtor aos controles da máquina e dos superiores, que aumenta a produtividade pela economia do trabalho.

O segundo plano de atuação das incubadoras é a construção de um ambiente institucional e político que favoreca os empreedimentos solidários e a economia solidária, de forma que estes tenham condições políticas e econômicas de continuidade. E, aí, entra um plano meso. As incubadoras incubam ou apóiam políticas locais de prefeituras, políticas setoriais ligadas a catadores de resíduos sólidos. Apóiam também redes de cooperativas, fóruns, políticas municipais de inclusão social e cadeias produtivas em segmentos como artesanato, mel e pesca. As incubadoras tornam-se assim, além de entes da economia solidária nos territórios, atores legítimos de políticas públicas, agentes de desenvolvimento local e promotores de mudanças para dentro e para fora das universidades. Para isso, devem ser instrumentos de facilitação de troca de conhecimentos, formação de novos quadros, mobilização de atores, difusão e interiorização de ações, ampliando a escala e repassando a outros os instrumentos desenvolvidos.

As incubadoras devem passar a atuar também como agentes de desenvolvimento local. Este entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições, buscando a transformação da economia e sociedades locais e criando oportunidades de trabalho e renda. Esta articulação, em geral, parte da valorização e ativação das potencialidades e recursos locais, estimulando mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida.

#### 3 - Universidades

As ITCPs têm sido uma das ações de mais rápido crescimento e efetividade das universidades brasileiras, buscando ultrapassar as fronteiras do campus, aproximando sua prática de preocupações fundamentais

da sociedade brasileira hoje, como a inclusão social e a geração de trabalho e renda. Muitas mudanças podem ser percebidas nas principais atividades realizadas pelas universidades que contam com uma ITCP em funcionamento. Diversos trabalhos de pesquisa passam a ser realizados tendo como tema os empreendimentos e suas implicações para as relações sociais onde estão inseridos seus componentes. Estudos relacionando empreendimentos com questões de gênero, raça, saúde, viabilidade econômica, desenvolvimento local, entre outros, têm expandido o campo de pesquisa sobre economia solidária nas universidades brasileiras. Contudo, poucas coisas surgiram demonstrando uma mudança na abordagem sobre a questão tecnológica. Atribuímos isso a esta "nebulosidade" que cobre o papel da ciência e da tecnologia na nossa sociedade. Esta nebulosidade é gerada pela noção da neutralidade e do determinismo tecnológico que já discutimos em outras passagens.

Exemplo disto é algo que ocorre repetidas vezes, em diferentes locais: a iniciativa de se utilizar a infraestrutura existente nos campi e a experiência acumulada na instituição para atuar na incubação de empresas, para dedicar-se ao campo dos empreendimentos solidários. Em geral, a maneira como se pretende fazê-lo está apoiada numa visão um tanto ingênua acerca de como o conhecimento científico-tecnológico produzido e difundido pela universidade poderia colaborar para essa atividade. Isto é, a equipe considera-se capaz de ofertar a outros as ferramentas para a inclusão social, pela simples transferência do conhecimento.

As universidades e, em especial, as pró-reitorias de extensão podem e devem buscar escapar da postura paternalista típica das atividades de extensão universitária. Esta postura imagina que a sustentabilidade dos empreendimentos solidários dependeria apenas da "transferência" para as comunidades envolvidas do saber acumulado na universidade. Assim, o trabalho de extensão seria apenas viabilizar sua apropriação e utilização. O objetivo proposto, de substituir a busca da "rentabilidade do capital investido" pelo "desejo de atendimento das reais necessidades expressas pelos grupos sociais" é uma expressão dessa ingenuidade.

Em uma a concepção bastante mais realista pode-se refletir a respeito da inadequação da tecnologia convencional para atender aos objetivos e princípios da economia solidária. Ao invés de tentar uma tradução, por construção fadada ao insucesso, dos conceitos e modelos analíticos provenientes da aplicação da teoria da inovação ao campo da relação pesquisa-produção, que geraram os movimentos de vinculação universidade-empresa baseados em parques tecnológicos,

incubadoras de empresas de base tecnológica etc, a universidade pode buscar, no marco analítico conceitual da TS, formas de promover processos de adequação tecnológica. Esta será uma mudança para dentro e para fora da universidade.

Entender C&T como não neutras e portadoras de valores e interesses de quem as desenvolve, leva a pensar que o caminho a ser trilhado passa necessariamente pela educação, tanto na universidade como fora dela. Aí está um outro espaço de atuação para os grupos universitários que já estão atentos para o tema.

A educação precisa evoluir para desconstruir mitos da ciência e da própria educação (neutralidade e determinismo da ciência, a forma como se ensina: separação da teoria e prática, descontextualização, entre outros), mas também para difundir a idéia de cidadania, como capacidade de escolher entre as diferentes visões de mundo. Não baseada em uma sociedade homogênea, mas em uma sociedade formada de diferentes possibilidades de acesso, uma sociedade como um campo em disputa.

Por exemplo, a atuação do engenheiro não é neutra e se não for pautada por uma determinada (e consciente) visão de mundo será também promotora dos valores e interesses dominantes na sociedade, isto é, estará reforçando (inconscientemente) uma determinada visão de mundo, a visão dominante. O ensino em engenharia, por estar na universidade, deve também ser pautado pela idéia de que a sociedade é formada por cidadãos de iguais direito e deveres. Esta pluralidade deve significar principalmente a capacidade de uma pessoa de escolher entre as diferentes visões de mundo existentes.

É falsa a afirmação de que a universidade tem papel fundamental para a criação do conhecimento, mas, para que um produto ou processo inovador seja aceito pelo mercado, a pesquisa deve ser um assunto dominado primordialmente pelas empresas. Aqui aparece o equívoco de limitar o papel da universidade, em geral pública, à criação do conhecimento para satisfazer à agenda da empresa. Como se não houvesse outras agendas de atores que contribuem mais para a sua existência, que demandam soluções mais cientificamente originais e complexas e com maior impacto social e econômico para o país.

### 4 - Gestores públicos municipais, estaduais e federais.

Parte significativa dos gestores públicos brasileiros, especialmente em estados e municípios vivem uma situação que alguns autores, como Torres (2004), chamam de um contexto de precariedade política e informalidade

institucional. Em grandes linhas, este contexto se caracteriza pela resistência ao planejamento e à avaliação das políticas públicas, excessiva concentração de poder, instabilidade nos ocupantes dos cargos decisórios (mudam os indicados, mudam as políticas) e a tendência de elaborar as agendas públicas em função dos desejos de quem governa. Esta situação dificulta a elaboração de políticas públicas conceitualmente sólidas e de longo prazo.

Contudo, além disso, podem haver outras questões que interfiram na elaboração de políticas adequadas. No que se referem às políticas públicas de inclusão social, o que se observa é que a questão científica e tecnológica raramente é incluída no processo de sua elaboração. Essa atitude, de não compreensão de que as políticas sociais podem ser contempladas por um enfoque da ciência e da tecnologia, está associada a duas percepções.

Em primeiro lugar, os atores envolvidos com a elaboração das políticas sociais muitas vezes não consideram ciência e tecnologia como elementos importantes para a promoção da inclusão social. Em segundo lugar, os atores que de fato contemplam ciência e tecnologia como importantes para a inclusão social freqüentemente compartilham das visões da neutralidade da ciência e do determinismo tecnológico. Para esses atores, qualquer que seja o problema social a ser enfrentado, a tecnologia empregada em sua resolução deve ser a convencional.

A utilização de tecnologias alternativas, que valorizam formas de conhecimento que não apenas o científico (como o conhecimento tradicional) e que contemplam as especificidades locais, coloca-se como uma estratégia de desenvolvimento sustentável e de inclusão social extremamente interessante. Contudo, ainda é pouco explorada pelas políticas de desenvolvimento social.

Com base nessa reflexão, parece ser uma estratégia inadequada apoiar na tecnologia convencional, produzida e utilizada pela empresa privada, a expectativa de mudanças sociais significativas. Não basta, assim, utilizar a tecnologia existente para fins distintos, procurando dar a ela um direcionamento "social", uma vez que a tecnologia convencional é, por suas próprias características, excludente. Assim, é preciso adotar, nas políticas de inclusão social, um enfoque tecnológico que parta da tecnologia para a compreensão dos problemas sociais e para a proposição de soluções para eles.

As políticas e os investimentos públicos que visam à inclusão social padecem de um certo efeito perverso que se deve ao fato de que, ao alocar recursos para a produção de bens e serviços através de cooperativas, tende-se a beneficiar a "ponta da cadeia", que os compra ou contrata por preços mais baixos. Para evitar que o

investimento público e a renúncia fiscal associada ao empreendimento cooperativo sejam apropriados pelas empresas situadas no circuito econômico formal, é fundamental que os gestores de políticas públicas tenham um entendimento integrado de conceitos como rede, economia solidária ou cadeia produtiva..

As políticas públicas podem estimular nas equipes, sobretudo nas que têm maior experiência e capacitação, a preocupação com atividades de "incubação sistêmica", isto é, as que visam à constituição de redes de economia solidária explorando o conceito de completamento — à jusante e à montante — das cadeias produtivas nas quais já se encontram operando. Nesse sentido, é fundamental a integração com outras políticas públicas dos governos federais, estaduais ou municipais. Além disso, é preciso agregar conhecimento na interlocução com cadeias produtivas e territórios. Aqui entra o papel da política de C&T e de seus gestores.

#### 5 - Gestores de política de C&T

Os gestores de política de C&T (PC&T) aparecem, em nossa análise, diferenciados dos demais gestores públicos devido a sua centralidade na evolução da política de C&T em relação à questão "Tecnologia e Empreendimentos Solidários". Acreditamos que o objetivo da PC&T para inclusão e desenvolvimento social deveria ser fomentar a participação de instituições de ensino e pesquisa em conjunto com organizações não governamentais, movimentos sociais e comunidades na geração de conhecimento diretamente voltado para a inclusão social. A mobilização de um número crescente de atores que intervêm na definicão da agenda da pesquisa científica e tecnológica brasileira e da elaboração da política de C&T nos parece ser um elemento central para isto, sob pena do aumento da desconexão desta política com a condição brasileira.

A agenda é uma lista de questões ou problemas que o governo prioriza como problema público e passam a dar mais atenção como assuntos possíveis de virar uma política pública. Quem escolhe os problemas e forma a agenda são indivíduos ou grupos que possuem poder suficiente para influenciar na configuração da agenda dos poderes públicos.

Já dissemos que as especificidades do empreendimento solidário (de modelo cooperativista ou não) implicam a necessidade de um novo tipo de desenvolvimento técnico. O desenvolvimento técnico realizado para as empresas tradicionais traz consigo os valores e interesses das relações que fundam estes empreendimentos. Os ES buscam exatamente criar relações substancialmente

diferenciadas das relações que caracterizam a empresa tradicional.

Que tipo de desenvolvimento é esse? A resposta a esta pergunta relaciona o processo de construção da tecnologia a partir da perspectiva do envolvimento de idéias, sujeitos e usuários diferentes. O direcionamento da política para novos arranjos é que vai gerar, caso a caso, este novo tipo de desenvolvimento técnico. Isso impacta diretamente o caminho da política de C&T. Esta política precisa passar a reconhecer que existem novos sujeitos que propõem alternativas. Os que se encontram em situações de vulnerabilidade e exclusão são sujeitos cujos saberes, tradicionalmente, não são levados em consideração. Torná-los participantes do processo de mudança técnica é a única maneira de fundar o desenvolvimento tecnológico sobre novas relações sociais, novos valores e interesses.

O processo inclui, necessariamente, não apenas dar voz a estas populações, mas gerar condições objetivas de participação destas como sujeito de processo de mudança social. Essa relação exige, por exemplo, uma mudança no olhar sobre o que seja a relação universidade-sociedade, hoje um eufemismo para a relação universidadeempresa. É preciso que a universidade veja a sociedade para além das relações de mercado. Contudo, para que isso seja um movimento sustentado e relevante, é preciso contar com a inflexão da política de C&T. O elemento central da estratégia de desenvolvimento do novo saber científico e técnico é o diálogo entre universidades, comunidades e movimentos sociais. Mas este diálogo deve ser "novo" também. Novo no sentido de abrigar um diálogo de dois iguais, não a "oferta" de conhecimento ao "demandante".

Contudo, o enfoque teórico geralmente utilizado pelos fazedores de política é o resultado de um casamento de conveniência entre "ofertismo", que se revela na meta de aumentar a quantidade de mestres e doutores disponíveis, e a teoria da inovação, que implica a empresa como agente único de inovação que, por conseguinte, promoverá o desenvolvimento do país.

Como fator complicador, mesmo aqueles que desejam construir uma sociedade com justiça social, cidadania e igualdade enfrentam uma dificuldade. Ao interpretarem a C&T como neutra, acabam acreditando que todo e qualquer tipo de C&T servirá para construir esta outra sociedade. Ignoram o fato de que a tecnologia não é nada mais do que a base técnica e material da sociedade atual, tendo sido firmemente plantada a partir da referência dos valores e critérios desta.

Muitas vezes, os fazedores de políticas públicas e a comunidade científica – que lhes dá suporte técnico e político – parecem não "compreender" as especificidades da periferia. Isto fica claro pelas seguidas tentativas de

emulação de políticas implementadas nos países de capitalismo avancado. Exemplo disso é o modelo de relação universidade-empresa que se materializou nestes países avancados, mas que ao ser transplantado para a periferia, não funciona. Outro exemplo é a afirmação de que a publicação de trabalhos em revistas de circulação internacional é um grande impulso para o desenvolvimento científico e tecnológico. Esta afirmação contém duas idéias crescentemente questionadas, mas que continuam a ser olimpicamente repetidas pelos partidários da agenda da ciência. Na realidade, a publicação de trabalhos é resultado e não impulso (ou causa) para o desenvolvimento científico. E o desenvolvimento tecnológico, tal como tem mostrado a experiência de vários países, tem muito pouco a ver com a publicação de trabalhos científicos. Especialmente em países periféricos como o nosso.

Imputa-se a culpa na suposta "falta de interação com o setor produtivo" - eufemismo para a empresa privada. Como se o capitalismo periférico, dependente e imitativo, que combina suas faces primário-exportadora e substituidora de importações com uma brutal concentração de renda, não se caracterizasse por uma, economicamente racional, aversão à inovação tecnológica. E como se "solucionar problemas econômicos" fosse preocupação da empresa. E mais, como se os "sociais" pudessem ser resolvidos mediante a "interação" universidade-empresa.

O Brasil é um país que não fez as lições da alfabetização, reforma agrária, distribuição de renda e que, por isso, possui agendas do Estado e dos movimentos sociais a serem introduzidas no processo decisório da política de C&T. Para que, entre tantas outras coisas, a sociedade possa aproveitar o investimento que realizou na formação dos seus mestres e doutores.

#### Considerações finais

Partindo das questões levantadas, cada ator pode buscar refletir sobre suas concepções e práticas. Cada um pode realizar o exercício de se perguntar se, tomando por verdadeiro o pressuposto tratado neste texto, sua ação corresponde aos objetivos pretendidos? A coerência entre objetivos, ações e resultados se mantém sob este novo prisma? As políticas estão atingindo os objetivos pretendidos? A universidade está se relacionando com a sociedade através de que mecanismos ou instituições? Quais outros mecanismos ou instituições deveriam ou poderiam participar desta interação também?

A incubadora está procurando apoiar o empreendimento na busca de tecnologias que não sejam contraditórias com as características autogestionárias e de propriedade coletiva e decisão coletiva, proposta para os empreendimentos solidários. Qual seria o papel do cooperativismo enquanto gerador de trabalho nãoalienante e de renda num projeto de transformação substantiva?

Como os empreendimentos vêem sua forma de viabilização produtiva, organização do trabalho e dos meios de produção. Como é construído o ambiente produtivo? Pois é neste que se materializam as relações de dominação entre a tecnologia, muitas vezes corporificada nas máquinas, e os trabalhadores. Mas algumas vezes as relações de subordinação podem se dar simplesmente na organização do processo produtivo e nas relações de trabalho diárias.

Acreditamos que estas e outras questões podem levar os atores a formas de ação mais efetivas em processos de transformação social. A própria concepção de transformação social que está sendo implementada também pode ser objeto de reflexão por parte dos atores agui tratados. A expressão tem sido utilizada para se referir a processos de mudanca na sociedade que proporcionem maior inclusão social ou melhorias nas condições de vida da camada mais pobre da população. Contudo, o grau desta transformação social pode variar, dependendo de guem a usa. Pode se referir, por exemplo, num extremo, à revolução socialista, e no outro, a pequenos incrementos positivos a comunidades específicas. O resultado desta reflexão pode inclusive ser norteador para a reflexão sobre os demais aspectos aqui levantados.

#### Referências bibliográficas

DAGNINO, Renato. A tecnologia social e seus desafios. In: Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil. 2004.

\_\_\_\_\_. Um debate sobre a tecnociência: neutralidade da ciência e determinismo tecnológico. Disponível em: http://www.ige.unicamp.br (departamentos/dpct/docentes/RenatoDagnino/páginap essoal/aulas/enfoque5.zip), 2005.

DAGNINO, Renato; GOMES, Erasmo José. **O Processo Decisório na Universidade Pública: uma visão de análise de Política**. In: Avaliação: Revista de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES). Campinas: v. 7, n. 4, dez. 1996. pp. 43-71.

DAGNINO, Renato et al. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DIAS, R. **Tecnologia social: atores sociais e medidas de PCT**. Texto GAPI para discussão, 2006.

FEENBERG, A. Critical Theory of Technology. Oxford:

Oxford University Press, 1991.

\_\_\_\_\_. **O que é a Filosofia da Tecnologia?** Conferência pronunciada para estudantes universitários em Komaba, Japão, em junho de 2003.

HERRERA, A. Los determinantes sociales de la política científica en América Latina política científica explícita y política científica implícita. **Desarrollo Económico**, v. 13, n. 49, abr/jun 1973).

LACEY, H. Is Science Value-free? Values and scientific understanding. Londres: Routledge, 1999.

LASSANCE Jr., Antonio; PEDREIRA, Juçara Santiago. Tecnologias Sociais e Políticas Públicas. In: **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

LOPES, J. L. **Ciência e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro. 1964.

\_\_\_\_\_. **Ciência e libertação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.

LÓPEZ, A. F. Las ideas evolucionistas en Economía: una visión de conjunto. **Revista Buenos Aires Pensamiento Económico**. v.1, n.1. 1996.

LÓPEZ CEREZO, J. A. Ciência, tecnologia e sociedade: o estado da arte na Europa e nos Estados Unidos. In: SANTOS, L. W. et al. (orgs). **Ciência, tecnologia e** 

sociedade: o desafio da interação. Londrina: IAPAR, 2004.

LUKES, S. **Power: a radical view**. Londres: Macmillan, 1974.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

NOVAES, H. T. Para além da apropriação dos meios de produção? O processo de adequação sócio-técnica em fábricas recuperadas. Dissertação (Mestrado) Instituto de Geopolítica, Departamento de Política Científica e Tecnológica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

\_\_\_\_\_. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

TORRES, P. M., A política das políticas públicas: proposta teórica e metodológica para os estudos das políticas públicas em países de frágil institucionalidade. Divisão de Desenvolvimento Social da Comissão Econômica para América Latina e Caribe



#### Tecnologia Social:

uma Estratégia para o Desenvolvimento

http://www.rts.org.br/publicacoes/arquivos/tecnologia\_social\_uma\_estrategia\_de\_desenvolvimento.pdf



Seminário PROSISAL

### Tecnologias sociais na incubação de empreendimentos populares autogestionários

Suely da Silva Guimarães, Zuzélia da Vitória Vianna; Maurício Figueiredo Nogueira \*

<sup>\*</sup> Universidade do Estado da Bahia – UNEB/Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP Tel: (71) 3117 2320; e-mail: itcp@listas.uneb.br

O modelo de desenvolvimento adotado em países que. como o Brasil, inseriram-se tardiamente no processo de reprodução do capital, produziu intensas e diferentes desigualdades, aprofundadas nos últimos 30 anos com as readequações do capitalismo, dando origem ao regime de acumulação flexível. "Enquanto o Estado e o Mercado disputaram a hegemonia no controle das tensões e das significações em geral, a Comunidade foi tratada como ator coadjuvante" (FÁVERO, 2002). Nesse contexto, a universidade deve estar, enquanto espaço de formação de homens e mulheres, construindo conhecimento e tecnologias desenvolvidas no sentido de contribuir para a inclusão das populações sem acesso aos direitos básicos, necessários às condições dignas de vida. Deve estar inserida criticamente, formando profissionais conscientes da realidade social, cultural e econômica em que vivem e comprometidos com a transformação dessa mesma realidade.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, Programa da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade do Estado da Bahia (ITCP-UNEB), atua num contexto social urbano que não difere das principais capitais brasileiras, no que se refere às condições de vida das comunidades localizadas em suas áreas periurbanas. Especificamente, na Região Metropolitana de Salvador (RMS) o desemprego atingiu, em abril último, 23,4% da população economicamente ativa (PEA)<sup>1</sup>, representando um contingente de 419 mil desempregados, nove mil pessoas a mais em relação ao mês anterior. A taxa de desemprego da RMS é a maior das seis regiões metropolitanas pesquisadas.

Do ponto de vista do acesso à educação, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2005, do IBGE, confirma a tendência de queda nas taxas de analfabetismo e, ao mesmo tempo, aumento da escolaridade e da freqüência escolar da população.

Contudo, o índice apontado de 10,2% representa ainda um contingente muito expressivo – 15,3 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade que declararam não saber ler e escrever. Embora esteja em declínio, o analfabetismo do Brasil representa ainda uma das maiores taxas da América Latina. Outro fator agravante relaciona-se às desigualdades regionais. A região Nordeste apresenta, de acordo com a PNAD 2005, uma taxa de 20,3% de analfabetos. Do ponto de vista do público-alvo da ITCP/UNEB, chama a atenção as elevadas percentagens de adultos com menos de quatro anos de estudo, ou seja, aqueles que são considerados pela UNESCO analfabetos funcionais e que, no Brasil, representam 27,3%.²

As atividades da incubadora são desenvolvidas pela equipe, técnicos, professores e alunos, graduandos de diferentes áreas do conhecimento, que atuam nas diversas atividades, em relações de troca e conseqüente aprendizado, compreendendo as especificidades dos empreendimentos autogestionários da economia popular solidária.

A inserção efetiva dos empreendimentos no mercado configura-se um dos principais entraves no processo de incubação. O estudo da viabilidade econômica e financeira do empreendimento, apesar de extremamente importante, não é um fator determinante para garantir a sua consolidação. Outros fatores são de igual relevância e



¹ Pesquisa de Emprego e Desemprego PED-RMS Convênio Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia. (SETRE), Universidade Federal da Bahia (UFBa), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Secretaria Municipal de Administração (SEAD) e TEM/FAT

<sup>2</sup> Fonte IBGE-PNAD 2005, dados publicados em setembro de 2006.

precisam ser considerados quando se trata da estruturação de empreendimentos populares. O cooperativismo popular tem especificidades, tanto no que diz respeito ao contexto sócio econômico atual quanto aos fatores culturais das comunidades.

A necessidade de uma proposta de educação contextualizada, adequada aos empreendimentos populares solidários é de vital importância para a elevação da auto-estima, para a facilidade da compreensão e apreensão da palavra escrita que, entendemos, são fundamentais para a gestão do empreendimento e compreensão mínima dos processos contábeis, além de favorecer a relação com o outro, admitindo esse outro como um parceiro ou seus próprios companheiros de trabalho o que traz, como conseqüência, o fortalecimento da autogestão.

Um diferencial dos empreendimentos populares solidários incubados é a possibilidade de acesso a inovações tecnológicas desenvolvidas nas universidades, através de projetos específicos apropriados a cada realidade que priorize os insumos e matérias-primas locais. Esta premissa tem norteado todas as ações da ITCP-UNEB, que vem desenvolvendo projetos de pesquisa a partir de demandas dos grupos, a exemplo da pesquisa de componentes de edificações em sisal-cimento (PROSISAL), com a COOPERJOVENS³, e da pesquisa de desenvolvimento de produtos de panificação enriquecidos voltados para a merenda escolar e para pessoas com acompanhamento nutricional, com a COOFE.⁴

#### Tecnologias sociais na incubação de empreendimentos populares autogestionários

Alguns pressupostos fundamentam a metodologia e ações de incubação da ITCP/UNEB na estruturação de empreendimentos autogestionários solidários: i) o processo de incubação é um processo de formação contínua; ii) o conhecimento deve ser produzido e socializado coletiva e permanentemente durante as atividades, da mais simples à mais complexa e, sempre dirigido para a construção das estratégias voltadas para o enfrentamento das dificuldades, exigindo do formador e do formando o desenvolvimento de uma postura crítica da sua realidade sócio-política-cultural.

No desenrolar da experiência, a partir de 1999, os resultados mais evidentes e primeiros se referem às mudanças do indivíduo. Visões de mundo, do formador e do formando, são confrontadas e postas em cheque e um processo de conhecimento/autoconhecimento é construído, promovendo uma relação de confiança/afeto

entre incubadora e grupos que favorece a formação de um e outro.

Mas, a incubação de empreendimentos solidários autogestionários não é tarefa fácil. Todo o processo se desenvolve e tem por meta a sustentabilidade social e econômica do empreendimento, o que demanda dos técnicos e dos grupos incubados um repensar constante sobre os resultados que se vão obtendo, rever e reformular as estratégias traçadas e, na maior parte das vezes, criar e recriar condições para a efetivação de resultados.

A incubadora vem constatando, ao longo da sua experiência, que os instrumentos utilizados para a gestão das empresas capitalistas tradicionais não se adequam às especificidades dos empreendimentos autogestionários da economia popular solidária.

Reflexões sobre os resultados das ações implementadas somadas às contribuições dos grupos durante processos avaliativos mais os resultados do diagnóstico educacional apontaram para a necessidade do desenvolvimento de uma tecnologia educacional inovadora no que diz respeito à ambiência e conteúdos de formação, no sentido de potencializar os processos de construção e organização do conhecimento produzido pelos coletivos. Assim, a incubadora vem construindo uma metodologia voltada para a alfabetização e letramento dos coletivos, constituindo uma tecnologia social enquanto inovação no âmbito educacional demandada da necessidade dos cooperantes de se apropriarem da escrita e da leitura, num contexto de trabalho cooperativo.

#### Pão integral com farinha de semente de abóbora produzido pela Cooperativa Múltipla Fontes de Engomadeira/COOFE

Um dos empreendimentos populares acompanhados / incubados pela ITCP/UNEB, a Cooperativa Múltipla Fontes de Engomadeira/COOFE, produz pães e derivados de panificação. Em 2004, a COOFE discutia internamente a elaboração de um projeto para a busca de recursos para a consolidação da cooperativa. Nesse processo, a preocupação com as questões sociais do bairro levou a cooperativa a mobilizar representações locais para



<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> COOPERJOVENS — Cooperativa de Produção dos Jovens da Região do Sisal.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> COOFE – Cooperativa Múltipla Fontes de Engomadeira.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Exercício das práticas sociais da leitura e da escrita.

identificação de uma meta, a ser colocada no projeto. Assim, reuniu em sua sede representantes do Posto de Saúde, da Rádio Comunitária, das Pastorais da Saúde e da Criança, da Associação Cultural Beneficente, conselho de moradores para discutirem de que forma a cooperativa poderia contribuir com as ações então desenvolvidas por essas entidades.

COOFE - Cooperativa Múltipla
Fontes de Engomadeira

**Ilustração 1 –** COOFE em produção. À esquerda, logomarca da cooperativa.

A nutricionista do Posto de Saúde alertou para as condições precárias de saúde da população devido à carência alimentar. Os dados por ela levantados motivaram o estabelecimento da meta: Produzir e vender produtos de panificação com formulação especial para parcela da população de Engomadeira de baixo poder aquisitivo, assistida por programas sociais ou sob orientação nutricional colocada no projeto que seria enviado para concorrer à seleção pública do Programa Petrobras Fome Zero. Encontravam-se cadastradas para acompanhamento no Posto de Saúde, à época, 1692 moradores hipertensos, 312 diabéticos, 115 criancas com desnutricão, 20 idosos e 8 mulheres grávidas com baixo peso. Esses números estavam relacionados à capacidade de atendimento do Posto, bem abaixo da necessidade de atendimento da comunidade, segundo a nutricionista (COOFE, 2004).

O projeto elaborado intitulado: *COOFE – Consolidação de uma experiência* foi aprovado, sendo previsto o desenvolvimento de produtos de panificação enriquecidos a serem vendidos com preço subsidiado pelo projeto para moradores do bairro assistidos por programas sociais.

"O subsídio pretendido por este Projeto para o fornecimento de pães enriquecidos na comunidade de Engomadeira visa contribuir para a redução da carência alimentar dos moradores como uma experiência piloto,

inovadora, que poderá ser referência para outras iniciativas em outras comunidades das periferias de Salvador." (COOFE, 2004)

Para a realização dessa meta, várias tentativas foram feitas pela ITCP e pela COOFE para a contratação de nutricionistas com formação específica em desenvolvimento de produtos. Vale ressaltar esse processo de busca desses profissionais, que levou em torno de um ano, sendo viabilizada a realização do projeto só quando a incubadora conseguiu articular com a universidade e integrar as demandas recíprocas da COOFE, do grupo de pesquisa "Alimentos e Nutrição" do curso de Nutricão da UNEB e do Posto de Saúde de Engomadeira e desenvolver um projeto de pesquisa especifico. O grupo de nutricão incluiu a meta da cooperativa no projeto que estava iniciando: Projeto de Desenvolvimento de Novos Produtos com Aproveitamento Integral de Alimentos e Avaliação dos Fatores Nutricionais e Antinutricionais, com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia/FAPESB, que também envolvia professores e alunos do curso de Nutricão da União Metropolitana de Educação e Cultura/UNIME.

O emprego de farinha mista de trigo e semente de abóbora na elaboração do pão francês foi uma das alternativas para o desenvolvimento de um produto rico em fibras e minerais, especialmente o zinco que está presente em concentração bastante elevada. A pesquisa envolveu a determinação do teor de minerais em sementes de abóbora (LOPES, 2006); a formulação do pão integral mais barato, utilizando um insumo nutricionalmente rico e considerado um resíduo descartável; e o desenvolvimento de outros produtos.



Ilustração 2 – Desenvolvimento do pão de farinha de semente de abóbora no âmbito do projeto Desenvolvimento de pães enriquecidos com fibras e minerais Grupo de pesquisa Alimentos e Nutrição/ Curso de Nutrição da UNEB e COOFE

O pão enriquecido com sementes de abóbora, rico em zinco, ferro e fibras, já é produzido e comercializado pela COOFE, após passar pelas análises sensoriais e análises laboratoriais (Ilustração 2) e está à venda com preço diferenciado para os grupos de hipertensos e diabéticos atendidos pelo posto de saúde (conforme subsídio definido no projeto aprovado pela Petrobrás) e com o preço normal de venda, para a população em geral. A ilustração 3 mostra a apresentação e degustação do pão integral de semente de abóbora para grupos de diabéticos e hipertensos acompanhados pelo Posto de Saúde do bairro de Engomadeira.

Outro produto desenvolvido é uma barrinha de cereal, adicionada de sementes de abóbora, que passou pelas análises sensoriais e está em estágio final de avaliação laboratorial (análises bromatológicas).

Vale ressaltar que os produtos foram desenvolvidos nas dependências da COOFE, já estruturadas segundo orientações da Vigilância Sanitária, e que as instalações da cooperativa funcionaram como espaço de vivência prática dos alunos de Nutricão e dos cooperantes.





Ilustração 3 – Apresentação e degustação do pão integral de semente de abóbora para grupos de diabéticos e hipertensos acompanhados pelo Posto de Saúde do bairro de Engomadeira



**Ilustração 4** – Lançamento do pão de farinha de abóbora o pão nutricional na comunidade, na inauguração da nova sede da cooperativa

### A COOPERJOVENS e a telha de sisal-cimento

No processo de incubação da Cooperativa de Produção dos Jovens da Região do Sisal/COOPERJOVENS a ITCP/UNEB elaborou, com a participação dos cooperantes, o projeto Desenvolvimento de componentes de edificações em fibra vegetal-cimento a serem produzidos de forma autogestionária/PROSISAL atendendo a uma demanda da cooperativa que definiu, desde a elaboração do seu estatuto, a produção industrial de artefatos de cimento reforçados com sisal como meta de longo prazo.

A partir da demanda da COOPERJOVENS a equipe da Incubadora retomou a linha de pesquisa desenvolvida no

Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CEPED), na década de 80, sobre compósitos de fibras vegetais em matrizes à base de cimento, agora integrada às ações para geração de trabalho e renda.

A COOPERJOVENS é uma cooperativa popular que reúne iovens de 13 municípios da região sisaleira,6 filhos de pequenos agricultores em busca de alternativas de trabalho e renda para a permanência e atuação nos seus locais de origem. A cooperativa está, atualmente, estruturada em três núcleos de produção: Retirada, no município de Araci; Gregório, no município de Queimadas e Retirolândia, na sede do município. O PROSISAL, embora desenvolvido no início com a participação de toda a cooperativa, teve envolvimento maior do núcleo de Retirolândia onde vai ser estruturada a unidade produtiva de artefatos de sisal-cimento. Os núcleos dos municípios de Araci e Queimadas atuam na reciclagem e fabricação de artefatos de papel reciclado a partir de matérias-primas locais, apoiados pela Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), parceira no processo de incubação da COOPERIOVENS.

Buscou-se o desenvolvimento tecnológico de um produto inovador, tanto no material, ao utilizar compósitos de matrizes de argamassas reforcadas com fibras de sisal, quanto na concepção espacial (design), para a fabricação de componentes para edificações, drenagem ou irrigação, a exemplo de telhas e calhas, a serem produzidas de forma autogestionária pela COOPERJOVENS. O PROSISAL, desenvolvido entre janeiro de 2002 a junho de 2006, compreendeu as etapas de mobilização e integração dos agentes locais; desenvolvimento do compósito sisalcimento considerando os aspectos de durabilidade, aproveitamento de resíduos, facilidade do processo produtivo e resistência aos esforcos mecânicos; desenvolvimento dos componentes de edificações inovadores, aliando leveza, beleza e desempenho estrutural; desenvolvimento do processo produtivo dos componentes; vivência e apropriação da tecnologia integrada ao processo de incubação (UNEB/PROEX/ITCP, 2006).

A mobilização foi uma etapa fundamental para o desenvolvimento do projeto, nela se buscou a interação entre os diversos agentes cooperantes, agricultores e comerciantes para o levantamento do mercado potencial e definição dos componentes de edificações a serem desenvolvidos no projeto. Para tanto, foram realizados seminários locais sobre a cadeia produtiva do sisal com os agricultores (ilustração 5), e uma pesquisa de demanda nas lojas de materiais de construção da região. Essa pesquisa norteou a escolha da telha como o produto inicial a ser desenvolvido, apontado como maior potencial de mercado. Interessante notar as especificidades regionais explicitadas nas demandas, a exemplo dos

cochos para alimentação animal e mourões para cerca, esta última justificada pela escassez de madeira na região semi-árida. (UNEB/PROEX/ITCP, 2006). Os seminários foram marcados pela ampla participação dos agricultores familiares que ficaram surpresos ao tomar conhecimento das múltiplas possibilidades de utilização do sisal e que apenas 3 a 4 % da planta (a parte fibrosa das folhas), tem sido aproveitada. (GUIMARÃES et all, 2006).

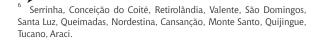


Cooperativa de Produção dos Jovens da Região do Sisal



**Ilustração 5** – Seminários *A cadeia produtiva do sisal* em Retirolândia. Discussão, com os agricultores, para levantamento das demandas locais de produtos para fabricação com sisalcimento. À esquerda, logomarca da cooperativa.

Para a execução do PROSISAL contou-se com apoios financeiros da Financiadora de Estudos e Projetos/FINEP através dos Programas HABITARE - Programa de Tecnologia da Habitação (financiamento da pesquisa) e PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (apoio ao processo de incubação da cooperativa) e do Banco do Nordeste/ETENE-FUNDECI. No edital do programa HABITARE/FINEP havia o condicionamento da aprovação da proposta à participação de uma empresa privada interessada na pesquisa como interveniente cofinanciador, a corresponder com um mínimo de 20% do valor requerido. Vale ressaltar o caráter inédito dessa ação, assumida conjuntamente pela ITCP e COOPERJOVENS, ao submeter o projeto à chamada do edital da FINEP/HABITARE sendo a cooperativa o



interveniente co-financiador sem qualquer recurso financeiro, com o compromisso, caso o projeto fosse aprovado, de buscar uma parceria que assumisse o aporte financeiro que seria da cooperativa, o que foi conseguido com a participação do Banco do Nordeste/ETENE-FUNDECI.

É importante ressaltar que, na região Nordeste, o cultivo do sisal é desenvolvido em pequenas propriedades, e o seu beneficiamento feito artesanalmente, com grandes riscos para a saúde dos envolvidos na atividade. Freqüentes são os acidentes no trabalho que, historicamente, têm gerado um grande número de mutilados. Essa região sofreu forte impacto na década 60 com a crise da cultura do sisal quando surgiram, no mercado internacional, sucedâneos sintéticos para as fibras vegetais.

Apesar do impacto sofrido principalmente nas condições socioeconômicas regionais, o sisal é um produto que tem longa tradição de cultivo na Bahia, que ainda é o seu maior produtor nacional. Desde o seu plantio até o beneficiamento das fibras, é uma das culturas que mais gera empregos no Estado, com uma potencialidade de inserção no mercado de, aproximadamente, 900 mil pessoas (EMBRAPA,1999), em mais de 40 municípios. Outro fato relevante é que o sisal é uma das poucas culturas que se adequam ao clima e solo locais. Salientase, assim, a repercussão do sisal na agricultura familiar, com novas utilizações para essa fibra.

A pesquisa apontou resultados suficientes para a instalação de uma unidade de produção de componentes de edificações em fibra de sisal-cimento a ser autogerida pelo Núcleo de Retirolândia da COOPERJOVENS, em terreno doado pela Prefeitura Municipal à cooperativa para este fim. Foi desenvolvido um produto passível de obtenção de patente – uma telha capa-canal onde se utilizou o resíduo do processo de beneficiamento da fibra do sisal – a bucha. As ilustrações 6 a 9 dão uma idéia do trabalho desenvolvido e retratam a pesquisa, a participação dos jovens nas oficinas de transferência de tecnologia e o interesse demonstrado pela população local para produtos que utilizem o sisal.

Nesse processo, alguns aspectos podem ser ressaltados:

- O acesso de um empreendimento popular à inovação tecnológica traz a possibilidade de oferta de um produto diferenciado ao mercado, fortalecendo a autonomia do grupo.
- A possibilidade de redução da migração dos jovens do interior do Estado para as periferias das grandes cidades, com a geração de trabalho e renda.
- A busca de novos usos para o sisal, de grande importância econômica, com forte influência na cultura da região.
- A possibilidade de substituição do amianto na

produção de componentes de edificações à base de cimento e fibras.

- A utilização de um resíduo – a bucha do sisal – na produção dos componentes.



**Ilustração 6** – Cooperantes acompanhando ensaio de flexão da telha no laboratório de materiais do CEPED





Acima: Protótipos para avaliação do conforto térmico, cobertos com telhas de sisal-cimento ao centro; com telhas cerâmicas à direita; com telhas de cimento-amianto à esquerda. Área do telhado 1,5m x 1,5m. Ao lado: foto superior testando o encaixe das telhas: foto inferior ensajo à flexão da telha de sisal-cimento.



**Ilustração 8** – Pessoas de Retirolândia olhando as telhas produzidas pela COOPERJOVENS durante a oficina para transferência de tecnologia



**Ilustração 9 –** Oficina para apropriação da tecnologia telhas de sisal-cimento

#### Considerações finais

Ilustramos neste artigo, as experiências das tecnologias sociais desenvolvidas na ITCP/UNEB.

Dessas experiências, duas se referem ao desenvolvimento de produtos a partir de insumos locais, aproveitando o potencial de utilização de resíduos na pesquisa de produtos com maior valor agregado – o pão integral enriquecido com sementes de abóbora e a telha de cimento com bucha de sisal. Ressalte-se que essas pesquisas foram originadas de necessidades identificadas pelos empreendimentos inseridos em seus contextos sociopolítico-econômicos locais.

A terceira experiência refere-se a uma tecnologia social que vem sendo construída na relação ITCP/grupos para atender às dificuldades dos cooperantes em se apropriar dos instrumentos básicos de gestão, exercitando, nas suas diferentes relações, as práticas da leitura e da escrita.

Queremos enfatizar a importância do acesso dos empreendimentos populares autogestionários à tecnologia, contribuindo para a sua sustentabilidade, e o papel das universidades no processo de construção dessas tecnologias, com o seu potencial para desenvolver pesquisas e articular parcerias.

#### Referências bibliográficas

COOFE, Cooperativa Múltipla Fontes de Engomadeira. **Projeto: COOFE** – Consolidação de uma cooperativa. Salvador, 2004.

FÁVERO, Celso Antônio e SANTOS, Stella Rodrigues dos. **Semi-árido: Fome, Esperança, Vida Digna.** Salvador: UNEB. 2002.

LOPES, Mariangela Vieira et all. **Análise de minerais em semente de abóbora (Cucurbita spp) empregando ICP-OES.** Trabalho apresentado no XX Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos, Curitiba, 2006.

GUIMARÃES, Suely da Silva, FONTES, José Eduardo Ferreira, LIMA, Jozimar dos Santos. **PROSISAL: Uma experiência de incubação com inovação tecnológica** apresentado no 1o Congresso Nacional da Rede de ITCPs, dez/2006. Itamaracá. PE.

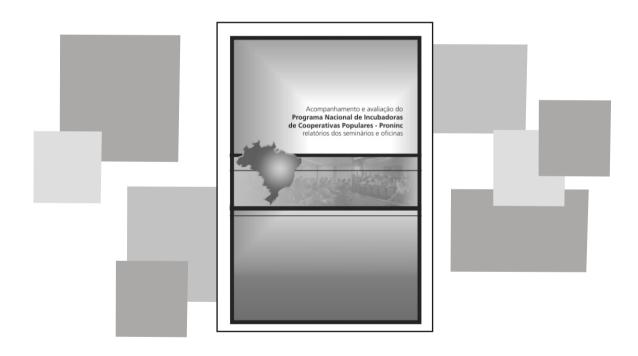
SILVA, Odilon Remy Ferreira da e BELTRÃO, Napoleão Esberard de Macêdo (orgs.). **O Agronegócio do Sisal no Brasil.** Brasília: EMBRAPA-SPI; Campina Grande: EMBRAPA-CNPA, 1999.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Estruturação e Desenvolvimento de uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares na UNEB: Relatório Final

para a FINEP. Salvador, agosto de 2002.

U N E B / P R O E X / I T C P. PROSISAL: Projeto Desenvolvimento de componentes de edificações em fibra de sisalargamassa a serem produzidos de forma autogestionária. Relatório Parcial. Convênio FINEP - FAPES/UNEB. Salvador - BA, maio 2006.

VIANNA, Zuzélia da Vitória; NOGUEIRA, Maurício Figueiredo; MATTOS, Teresa; GUIMARÃES, Suely da Silva. Incubação de empreendimentos populares autogestionários: um projeto de pesquisa em rede apresentado no 1o Congresso Nacional da Rede de ITCPs, dez/2006, Itamaracá, PE.



**Livro** - Acompanhamento e Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares Proninc: Relatórios de Seminários e Oficinas.



Marcenocoop, cooperativa incubadora pela IncoopUFSCar

# Método de incubação da INCOOP/UFSCAR: exame de duas experiências

Ana Lucia Cortegoso, Carlos César Mascio, Everton Randal Gavino, Graziela Del Mônaco Ioshiaqui Shimbo e Maria Zanin\*



<sup>\*</sup> Equipe da Incubadora regional de Cooperativas Populares (INCOOP/ UFSCar)

#### **Apresentação**

Tornar o conhecimento científico e tecnológico acessível à população historicamente excluída é um desafio para as universidades públicas, principalmente se isto envolve questionar os modos hegemônicos de produção, distribuição e consumo de bens e servicos, que enfatizam competição, individualismo, degradação ambiental, e implica buscar outros que privilegiem cooperação, solidariedade e autogestão, princípios fundamentais da economia solidária. O desafio torna-se mais complexo ainda ao produzir conhecimento científico (compreensão de conceitos e fenômenos) e tecnológico (transferência) simultaneamente à atuação na realidade social com população excluída e com recursos escassos (financeiros, econômicos, cognitivos etc), e na formação de diferentes tipos de pessoas para mudancas de condutas significativas, na perspectiva de melhoria de condições de vida da maioria da população.

Em 1998, a Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (INCOOP/UFSCar) iniciou seus contatos com a comunidade, para apresentar possibilidades de organização para o trabalho coletivo. Dispunha, nesta época, apenas de alguns referenciais teóricos e de algumas experiências ainda iniciais para orientar seu trabalho de "incubar" cooperativas populares como forma de superação da exclusão e de construção de alternativas a um sistema econômico e social que vem produzindo muito mais problemas do que condições dignas de vida no planeta. Nestes anos de dedicação à produção e transformação de conhecimento em condutas humanas em economia solidária, vários segmentos da população foram atendidos, alguns de forma mais completa e outros parcialmente, com a perspectiva, nem sempre

concretizada, de constituir empreendimentos solidários. Avanços e equívocos configurados nestes processos de assessoria foram, muitas vezes, igualmente derivados de tentativas de intervir mesmo na ausência de conhecimento suficiente para subsidiar estas acões, e de ousadia compensada pelo esforço de sistematizar as experiências, avaliá-las empírica e conceitualmente e, no mínimo, torná-las públicas como condição para revelar ou ajudar a suprir lacunas do conhecimento. A opção pelo compromisso radical com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e o desafio de fazer isto no contato direto com os aspectos da realidade que constituem problemas sociais significativos, simultaneamente transformando conhecimento disponível em condutas humanas, produzindo conhecimento novo e, neste processo, garantindo formação para a economia solidária em todos os níveis possíveis, trouxe exigências metodológicas consideráveis. Desafio ainda maior é fazer isto tudo de modo articulado com outras instâncias, com diferentes atores sociais detentores de recursos diversos e com ângulos de interesse também diversificados dentro da economia solidária. A contribuição de professores, alunos, profissionais de nível superior e trabalhadores envolvidos com a INCOOP nestes anos foi e ainda é formular perguntas e buscar respostas sobre a possibilidade de a economia solidária desempenhar um papel relevante nas mudancas necessárias para a construção de um mundo menos desigual. de.

O exame e a sistematização das experiências de incubação conduzidas pela INCOOP têm sido formas privilegiadas de produção de conhecimento, tanto para subsidiar o próprio trabalho da incubadora, quanto para a continuidade de estudos e aplicações no âmbito da economia solidária. Este trabalho refere-se a uma destas oportunidades de sistematização das ações desta unidade

por meio do exame comparativo dos processos de incubação de dois grupos atendidos pela INCOOP, utilizando um referencial construído, ele próprio, a partir das várias experiências de incubação. Tal referencial é constituído por um conjunto de comportamentos da incubadora, identificado como método de incubação, que é aberto e aprimorado, na medida do possível, em momentos de sua operacionalização. No entanto, nem sempre este referencial representa tão somente o que já faz parte da ação de seus membros, mas por vezes, também aquilo que a equipe entende como relevante, a partir de acertos e erros observados na própria INCOOP ou na experiência de outras iniciativas semelhantes, considerando ainda reflexões conceituais sobre o quê e como atuar no contexto da economia solidária.

Constituem, neste sentido, acões previstas no processo de incubação de empreendimentos de trabalho coletivo. solidários e autogestionários populares implementadas pela INCOOP (descritas de modo detalhado em CORTEGOSO et al, 2005), e que serão utilizadas como parâmetro para exame dos processos de incubação dos dois empreendimentos considerados neste estudo: a) processar demanda apresentada por diferentes atores sociais para incubação de empreendimentos solidários; b) identificar população potencial para formação de empreendimentos solidários; c) caracterizar diferentes envolvidos no processo de incubação; d) apresentar economia solidária como possibilidade de organização para a geração de trabalho e renda, à população ou grupo potencial para formar empreendimentos solidários; e) elaborar proposta de trabalho em conjunto com participantes do grupo a ser incubado; f) promover formação dos membros do grupo para o cooperativismo de forma contínua e permanente, de todas as maneiras possíveis; g) promover escolha de atividade econômica pelo grupo; h) promover permanentemente condições para capacitação técnica em relação ao servico ou produção ofertado pelo empreendimento,; i) promover formação contínua e permanente dos membros para a autogestão administrativa, em todas as oportunidades e de todas as maneiras possíveis; j) promover elaboração de normas de funcionamento do empreendimento (estatuto e regimento interno), de maneira participativa; k) assessorar grupo para legalização do empreendimento; l) assessorar grupo para implantação do empreendimento; m) assessorar grupo para implantação de sistema de monitoramento por meio de indicadores; n) assessorar grupo para implementação do empreendimento, de forma episódica e esporádica; o) assessorar grupo para participação em redes de cooperação e em iniciativas do movimento da economia solidária

Os empreendimentos selecionados para este estudo comparativo em relação ao processo de incubação foram

uma cooperativa de serviços de limpeza, resultado da primeira experiência de incubação da INCOOP, iniciada em 1998, antes mesmo da existência da INCOOP em seu formato atual, e uma cooperativa de trabalhadores na cadeia de resíduos, atendida em sua primeira fase, quando do início do funcionamento da incubadora, e depois, a partir de 2004.

### Descrição geral dos empreendimentos e da equipe de incubação

A Cooperlimpeza<sup>1</sup> é uma cooperativa de prestação de servicos de limpeza de ambientes, criada em 1998 com um grupo inicial de 20 pessoas. Nove anos depois a cooperativa já conta com mais de 250 sócios e 200 postos de trabalho, alcancados, em sua maioria, por meio de participação em editais públicos junto à prefeitura municipal de uma cidade de médio porte do estado de São Paulo. Os membros que ocupam postos de trabalho alcançam rendas, em geral, superiores às dos trabalhadores que realizam o mesmo tipo de atividade em empresas prestadoras de serviços na área de limpeza<sup>2</sup> para iornadas similares de trabalho. Nestes nove anos a cooperativa chegou à quarta gestão de diretoria, com renovação parcial ou total das equipes e concorrência de mais de uma chapa, em duas das guatro eleicões. O processo de incubação da cooperativa esteve, neste período, sob a coordenação sucessiva de três professores. O último deles exerce a função desde 2002. Participaram deste processo um coordenador executivo, educador de nível superior, desde os primeiros contatos até o final de 2006, e mais de 30 alunos de graduação em diferentes condições (bolsistas, pesquisadores, estagiários curriculares e extracurriculares). Reuniões sistemáticas foram mantidas pelas equipes responsáveis pelo processo de incubação, principalmente com as diretorias, mas também com o conjunto dos membros, seja pela participação da equipe em assembléias (mediante convite ou solicitação), ou por meio de realização de reuniões específicas.

A Cooperresíduos<sup>3</sup> é um empreendimento formalizado como cooperativa desde 1999, que desenvolve sua atividade produtiva na coleta seletiva, triagem e comercialização de resíduos sólidos. Surgiu a partir da



Nome fantasia

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Renda média de membros em 2006 = R\$ 350,00 (trezentos e cinqüenta reais); adicionais correspondentes a descanso anual, abono natalino, fundo de seguridade e transporte

<sup>3</sup> Nome fantasia

transformação de uma cooperativa criada para prestação de servicos no âmbito rural. Transformação desencadeada a partir de questionamento da INCOOP sobre a viabilidade do empreendimento anterior no contexto existente, quando do início dos trabalhos na região. O número de pessoas trabalhando na atividade tem oscilado entre oito e 14, das quais quatro participam desde o início do processo de criação da cooperativa, atualmente no entanto, ela conta com 10 membros. A Cooperresíduos recebeu apoio da INCOOP em sua fase preliminar, particularmente por ocasião da escolha da atividade produtiva, e desde junho de 2004 conta seu este apoio, por meio da realização conjunta de algumas ações previstas no método de incubação, particularmente no que se refere à implementação e ampliação do empreendimento. A retomada das atividades da INCOOP junto à Cooperresíduos foi motivada pela possibilidade de financiamento da infra-estrutura pela Fundação Banco do Brasil. A experiência contou com a participação de coordenadores executivos com formação de nível superior, mas o atual coordenador possui mestrado em educação ambiental. Nesta nova fase, dois alunos de pósgraduação e mais de 10 alunos de graduação participaram no processo e as atividades estão sendo coordenadas por uma professora da INCOOP, especialista em processos de incubação e tecnologias na cadeia da reciclagem de resíduos.

### Descrição e análise do processo de incubação dos empreendimentos

São apresentadas, a seguir, informações sobre características das ações da incubadora, considerando aquelas previstas no processo de incubação, bem como resultados observados a partir da atuação concreta da INCOOP em relação a cada grupo.

#### **COOPERLIMPEZA**

### Origem do empreendimento e identificação da população potencial

Este empreendimento surgiu a partir da constatação de existência de um bolsão de pobreza em regiões do município e da iniciativa de um conjunto de docentes da UFSCar, que buscou a comunidade. A população não estava organizada para geração de renda, embora existissem registros de outras iniciativas de cunho social anteriores voltadas para solução de problemas da região. Foi necessário, assim, mobilizar a população para organização e, entre outras coisas, assessorar na criação

de condições mínimas de cidadania como, por exemplo, a obtenção de documentos pessoais. Docentes e alunos da UFSCar dirigiram-se diretamente à população, inicialmente por meio de líderes e participantes de projetos sociais e associações existentes na área, que criaram oportunidades para representantes da UFSCar apresentarem a proposta de conversar sobre as necessidades da população e sobre a possibilidade de organização para o trabalho coletivo. Por meio de carro de som que circulou no bairro e cercanias, a população, já contatada previamente por estes colaboradores, foi convidada para a primeira reunião. Cerca de 90 pessoas estiveram nas quatro reuniões iniciais que aconteceram em um período de um mês; nestas ocasiões foram discutidas questões relativas às necessidades da população e alternativas de atividades produtivas, tendo sido indicadas, como possibilidades, atividades de costura, alimentação, construção civil, coleta de resíduos e limpeza de ambientes; no decorrer das discussões, e principalmente após serem descartadas coletivamente algumas destas atividades, o grupo foi se reduzindo e chegou a dez pessoas, formando um núcleo "duro" que se responsabilizou pela agregação de outras tantas necessárias para formar uma cooperativa.

#### Caracterização dos participantes

Sendo esta a primeira iniciativa de incubação de empreendimentos solidários sob a responsabilidade daqueles que viriam a constituir a INCOOP, não foram obtidos dados sistemáticos sobre a população. Apenas após três anos de funcionamento da cooperativa, teve início o preparo e a aplicação de procedimentos para coleta de dados sobre os membros do empreendimento e foram realizados estudos específicos sobre aspectos desta população. Neste caso, a incubação do empreendimento esteve sempre sob a responsabilidade da INCOOP, e as eventuais parcerias estabelecidas pelo empreendimento com outros atores têm sido pontuais e específicas. Dados não sistemáticos ou parciais foram obtidos, neste período, a partir da realização de estudos sobre temas e situações específicas propostos em atividades de pesquisa e iniciativas pontuais. No entanto, os dados assim obtidos não resultaram em visibilidade satisfatória sobre aspectos relevantes que favorecessem o monitoramento adequado da evolução do grupo. Há, ainda hoje, um esforço da equipe que acompanha o grupo em resgatar informações junto a diferentes fontes possíveis e promover a manutenção de registros que melhorem estas condições, tarefa que tem sido dificultada tanto pelo baixo envolvimento dos membros do grupo com tais atividades quanto pela dificuldade de os dirigentes se dedicarem a elas, em função da sobrecarga de tarefas. Como decorrência desta situação, o conhecimento sobre

a população envolvida no processo de incubação deste grupo é ainda insuficiente, em relação a aspectos relevantes para definir planos de trabalho e para avaliar o processo de incubação. Aspectos da cultura destes indivíduos são pouco conhecidos, e grande parte do processo de incubação tem sido conduzida com base em orientações gerais e descobertas empíricas, por meio de "tentativa-e-erro". Quanto à população envolvida, embora existam informações disponíveis, elas não estão organizadas ou, em alguns casos, embora organizadas, não estão analisadas. Um grande esforco tem sido feito pela equipe de incubação para que dados relevantes para o empreendimento, para a incubadora e para a economia solidária sejam coletados e sistematizados. Contudo, esta não parece ser uma prioridade para o grupo. Estudos específicos têm sido produzidos, paralelamente ao esforco por garantir coleta e organização de informações sobre os sócios, para garantir registro sobre os participantes do empreendimento, com vistas ao monitoramento.

## Apresentação da economia solidária à população potencial

Nas reuniões iniciais, que contavam com a participação de um número elevado de pessoas do bairro interessadas na geração de renda, foram realizadas diversas atividades destinadas a informar e familiarizar os presentes em relação à proposta cooperativista. A alternativa "cooperativa" foi, neste momento do processo de incubação, muito examinada, principalmente na comparação com o trabalho assalariado. Com o crescimento da cooperativa, esta atividade tornou-se mais difícil, considerando momentos de inserção de um número elevado de membros simultaneamente ou de inserção de membros em caráter de urgência. Os esforços para promover a compreensão dos membros sobre as peculiaridades da economia solidária têm sido feitos a posteriori em relação à admissão no empreendimento, com baixa adesão dos membros às atividades de formação propostas. Considerando a novidade deste processo para todos os envolvidos, inclusive a equipe, a atuação da incubadora esteve centrada na apresentação de cooperativa como alternativa de trabalho, sem que fossem examinadas outras alternativas, mesmo coletivas. A compreensão das dificuldades existentes na constituição de grupos capazes de atender às exigências legais, e de alternativas para formalização de empreendimentos autogestionários, mesmo para a equipe da INCOOP, foi sendo construída gradualmente. Mais recentemente, embora dispondo de conhecimento acumulado sobre o processo de preparo para a economia solidária, os resultados das iniciativas de apresentação da proposta a novos sócios têm sido precários, em função de fluxo importante de entrada destes membros não previamente

preparados para compreender a natureza do empreendimento em que ingressam.

## Organização inicial do grupo para decidir sobre formação do empreendimento

A INCOOP organizou reuniões do grupo no bairro e na universidade, oferecendo informações sobre o cooperativismo popular. Desde os momentos iniciais são observadas situações que indicam uma compreensão apenas parcial, mesmo por parte de indivíduos que participaram das reuniões, sobre a proposta do cooperativismo popular e sobre a opção política consciente em relação ao trabalho coletivo. Além disso, a carência de direitos básicos gera uma falta de motivação para o trabalho em cooperativa, entendido por nós como única forma disponível de geração de renda, o que é ainda um desafio a ser vencido.

#### Construção de proposta formal de trabalho conjunto

Não foi elaborada proposta formal ou mesmo informal de trabalho, reguladora da parceria, e a participação da incubadora no processo foi sendo definida conforme se apresentavam situações, necessidades e demandas do grupo. Desde 2004, aproximadamente, a participação da INCOOP é definida em acordo com a diretoria do empreendimento e conferida com o grupo em reuniões específicas que ocorrem a cada dois ou três meses. Nas etapas iniciais da incubação deste grupo não havia um referencial estruturado disponível em termos de método de incubação, e o trabalho, em muitos aspectos, foi tão inédito para o grupo incubado quanto para os incubadores. Como decorrência desta forma de conduzir o trabalho de apoio ao grupo, os limites entre o que era efetivamente papel da INCOOP e o que poderia ferir o processo de autonomia do grupo tiveram que ser definidos empiricamente e corrigidos no processo de discussão das equipes. Esta delimitação de papéis tem sido feita, com este grupo, sempre que surgem oportunidades ou quando surgem dúvidas sobre o papel de parceiros do empreendimento. A inexistência de acordos sobre a parceria dificulta, em algum grau, a passagem para etapas de menor participação da incubadora no acompanhamento do grupo e o reconhecimento, pelos próprios membros do grupo, de seu crescente grau de autonomia e dos limites que devem ser superados. Nova etapa de parceria está sendo iniciada e, neste caso, acordos mais formalizados de atuação começaram a ser construídos.

#### Formação dos membros do grupo

A formação do grupo quanto ao cooperativismo foi feita, inicialmente, de modo abrangente e sistemático (ainda não havia uma menção específica à economia

solidária, mesmo que, em essência, os princípios por ela hoje defendidos já estivessem presentes na concepção de cooperativismo apresentada). Com a entrada de novos membros, esta formação sistemática contou com participação crescente de membros mais antigos do grupo, que haviam passado pelas atividades de formação iniciais. A INCOOP, em um período mais recente, auxiliou membros mais antigos a estruturar e implementar cursos de cooperativismo, mas aproveitou também, todas as oportunidades possíveis para realizar esta capacitação principalmente com a diretoria, uma vez que o contato com este subgrupo é contínuo. Com a entrada simultânea no empreendimento de um número elevado de membros sem preparo prévio em relação ao cooperativismo popular e à economia solidária, a equipe de acompanhamento voltou a atuar nesta formação, oferecendo oficinas, com participação dos dirigentes no planejamento e na implementação das atividades, embora não tenha conseguido atingir a todos. A formação para o cooperativismo, neste grupo com mais de 250 associados, esteve prejudicada por algumas condições: o contato direto da equipe INCOOP com o grupo é esporádico, dificultando uma formação em servico, como é feita com quem participa da diretoria ou de projetos específicos; a dedicação das sócias que se capacitaram para a formação de novos membros, está limitada por outras atividades que desempenham na administração da própria cooperativa e dos contratos existentes. Continua sendo necessário oferecer atividades de formação em nível apenas introdutório, como forma de atenuar problemas cuja solução depende, dentre outras coisas, de uma compreensão preliminar da proposta cooperativista por parte de indivíduos que entraram na cooperativa em função da existência de oportunidades de trabalho e não de uma adesão esclarecida a esta forma de organização para o trabalho. Os sócios têm optado por oferecer esta capacitação como parte da inserção de novos membros, ao invés de exigi-la como condição para sua entrada. Também os sócios mais antigos, que receberam condições de capacitação melhores, muitas vezes apresentam comportamentos que indicam a necessidade de complementação da capacitação para a economia solidária, para que avancem de uma formação inicial para níveis mais complexos e críticos. Em um esforco concentrado recente, a equipe de apoio ao empreendimento conseguiu alcançar a quase totalidade dos membros que ainda não haviam passado por situações de formação em economia solidária, e a perspectiva é de que os sócios da cooperativa assumam esta responsabilidade no futuro.

A INCOOP proporcionou, por meio de contatos com setores da própria Universidade Federal de São Carlos, oportunidades de capacitação de membros da cooperativa em relação a aspectos da atividade produtiva, como manipulação de produtos de limpeza, limpeza em ambientes de saúde, manutenção de equipamentos didáticos. Desenvolveu, ainda, com a participação de alunos de graduação, condições para aperfeicoamento de desempenho nos postos de apoio pedagógico a aulas de graduação, bem como instrumentos e procedimentos para avaliação de desempenho em postos de trabalho, particularmente na área de saúde. A INCOOP tem estimulado e facilitado. ainda, a formação de membros da cooperativa em relação ao uso de equipamentos de limpeza e informática. No entanto, a adesão de membros tem se limitado a um grupo de pessoas, em geral os responsáveis por tarefas administrativas. As capacitações técnicas têm ocorrido, muito fregüentemente, diante de problemas já instalados ou oportunidades de trabalho que surgem trazendo exigências e possibilitando seu aproveitamento e, neste sentido, a ampliação de postos de trabalho. Entretanto, isto não tem sido parte de uma política de capacitação própria, preparatória para a busca de novas oportunidades de trabalho e, ainda que existam iniciativas deste tipo, o grau de adesão dos membros do empreendimento é muito pequeno.

Em termos de capacitação para a gestão administrativa, com enfoque na autogestão, a INCOOP tem mantido, desde o início, assessoria direta às diretorias que se sucederam. Tem buscado facilitar as transições, e promover especificamente aprendizagens relacionadas ao gerenciamento administrativo, por meio de treinamento em servico e de promoção de contato direto de membros das diretorias, mais recentemente, com profissionais que prestam servicos à cooperativa na área contábil e do direito. As questões administrativas são abordadas em reuniões semanais de membros da equipe da INCOOP com a diretoria, bem como a cada demanda apresentada. A elaboração de orcamentos e a participação em editais públicos é uma das frentes que tem exigido assessoria permanente, embora a autonomia de cada diretoria seja sempre crescente no decorrer da gestão. A ação da INCOOP, neste aspecto, atinge um pequeno número de pessoas: apenas aqueles que estão respondendo ou vão responder por atividades administrativas ou seus colaboradores mais próximos. Tem sido necessário responder, mais do que o desejável, pelas transições, embora tenham-se observado avanços no papel desempenhado por algumas diretorias ao deixarem os cargos, em relação aos que assumem este papel. A diretoria, por sua vez, tem encontrado dificuldades para a capacitação de novos membros, tanto por causa do volume de trabalho pelo qual responde quanto por conta das limitações de repertório. É possível supor ainda que o acúmulo de poder decorrente das funções administrativas em muito contribua para que o conhecimento não seja plenamente compartilhado e isto se deve à pequena compreensão e baixa adesão aos princípios autogestionários por parte de todos os envolvidos (diretoria e membros).

#### Escolha da atividade econômica pelo grupo

Como parte das atividades de processamento dos problemas existentes na comunidade identificada como bolsão de pobreza e apresentação da possibilidade de organização para o trabalho coletivo, foram feitos levantamentos de alternativas de atividades produtivas, considerando interesses e capacidades desta população. Diversas propostas alternativas foram examinadas quanto à viabilidade e conveniência, bem como em função da configuração do grupo que se formou a partir de um processo inicial de aproximação e afastamento de diversas pessoas. Esse processo culminou na escolha da atividade de limpeza de edifícios como definidora do empreendimento. Foram realizados ainda, como parte deste processo, levantamentos sobre a demanda por este tipo de serviço, a qualidade das ofertas existentes e, ainda que sem muito aprofundamento, exame da cadeia produtiva e das possíveis relacões com outros empreendimentos de Economia Solidária (material, uniformes etc). Embora a capacidade da equipe da incubadora para a análise de cadeias produtivas fosse relativamente pequena na época em que esta atividade foi desenvolvida e a experiência de incubação estivesse ainda no início, foi possível assessorar o grupo a ponto de que a escolha tivesse condições de viabilidade. Isso pode ser confirmado pelo fato de que o empreendimento conta, no momento, com mais de 200 postos fixos de trabalho e examina, hoje, a conveniência e possibilidade de ampliar, incorporando outras atividades na categoria "servicos gerais". Surgiram, neste período, e estão sendo examinadas oportunidades relacionadas ao desenvolvimento de atividades de lavagem de veículos e de roupas, a partir de demandas apresentadas à diretoria. A estratégia de obtenção de postos por meio de editais públicos, por sua vez, coloca o grupo em situação de fragilidade, pela concentração de contratantes, sendo que a perda de uma licitação implica na perda de postos de trabalho por um número elevado de pessoas da comunidade em que o empreendimento se insere, com dificuldades para inserção simultânea de tantas pessoas em novos postos, principalmente considerando que este tipo de cooperativa está proibido de participar de licitações implementadas por órgãos federais, em função de termo de acordo firmado entre Procuradoria Geral da República e Ministério Público do Trabalho.

## Elaboração de normas de funcionamento do empreendimento

Ao contrário do que é atualmente entendido como diretriz para o processo de incubação, a construção de normas de conduta tem ocorrido, no grupo, muito mais como forma de lidar com problemas já estabelecidos do que como condição para regular as condutas dos membros da cooperativa. O estatuto foi elaborado com a participação do grupo e, embora tenha sido objeto de discussão e não mera cópia de estatutos padronizados, sua elaboração cumpriu, essencialmente, uma exigência legal. Atualmente, a discussão do estatuto é feita como parte do processo de capacitação para o cooperativismo. mas um número significativo dos componentes não foi recebeu esta capacitação. Em relação ao regimento interno, a INCOOP procurou evitar uma elaboração artificial e precoce de regras internas, que poderiam simplesmente não ser cumpridas, evitando assim o problema observado no processo de elaboração do estatuto, que foi acelerado para possibilitar a legalização do empreendimento. A equipe de incubação tem se esforçado para rever, completar e organizar as normas formuladas buscando uma regulamentação que reduza as demandas para a diretoria do empreendimento na solução de problemas individuais. Ao final de 2006, uma comissão da cooperativa assessorada por uma pessoa da equipe de apoio conseguiu elaborar um documento a ser apreciado pelo conjunto e aprovado como regimento interno, com as normas consideradas essenciais e as consegüências de seu cumprimento e não cumprimento. A pressão exercida pela urgência na regularização da cooperativa apressou a elaboração do estatuto, com isto, apesar de sua participação no processo, os membros da cooperativa tiveram dificuldade de compreensão e adesão a algumas condições aprovadas. recentemente, o uso do estatuto como ponto de partida para formação de novos e antigos membros em cooperativismo tem auxiliado a atenuar estas deficiências. Na tentativa de evitar que ocorresse o mesmo problema em relação ao regimento interno, acabou se verificando um atraso excessivo na sua elaboração. O crescimento "em saltos" observado na cooperativa foi um dos responsáveis por este atraso. Por exemplo, a concorrência a postos de trabalho por meio de editais, a inserção simultânea, de um grande número de cooperado sem pelo menos duas oportunidades, e os conflitos decorrentes da administração deste conjunto de fatores, impuseram urgências e prioridades que foram enfrentadas a um alto custo pela diretoria. Como havia poucas normas acordadas, os dirigentes tiveram que participar diretamente na solução de muitos problemas, em particular problemas de relações entre pessoas, tanto cooperados entre si quanto destes com demandantes. O

esforço por constituir uma comissão de ética para auxiliar tanto no processamento quanto na prevenção de conflitos não resultou em apoio efetivo, particularmente pela falta de preparo dos membros destas comissões para lidar com questões éticas.

#### Legalização do empreendimento

No caso deste grupo, o processo de legalização foi realizado pela equipe da incubadora, com acompanhamento dos membros da diretoria eleita, que assumiu tarefas específicas; isto se deu porque nem a equipe nem a diretoria tinham experiência nesta guestão e, além disso, as agências responsáveis por esta legalização também não sabiam lidar com este tipo de empreendimento, na ocasião. A descoberta empírica dos procedimentos e providências, com muitas idas e vindas de documentos, e novas exigências sendo apresentadas para a legalização da cooperativa, implicou em alguns equívocos, que foram sendo corrigidos no decorrer do tempo. De um modo geral, isto aconteceu sempre que era necessário cumprir exigências legais, não apenas para a criação, mas para o funcionamento do grupo. Ainda hoje são identificados equívocos no atendimento a exigências legais, que são então corrigidos, com a participação da incubadora, na medida do possível. Em sua fase mais recente, a cooperativa tem buscado apoio também em profissionais das áreas de direito e contabilidade, inclusive remunerando-os por serviços prestados.

#### Monitoramento do grupo

Não há, no grupo, um sistema de monitoramento de sua evolução, conta-se apenas com dados parciais, muitas vezes estimativos e indiretos. Avaliações periódicas são realizadas, em geral promovidas ou provocadas pela INCOOP. Um estudo específico foi desenvolvido de modo a resgatar e relatar a história do grupo, com base em variáveis entendidas, no âmbito da INCOOP, como relevantes no processo de desenvolvimento de um empreendimento solidário, apontando aspectos em relação aos quais é importante aprofundar a reconstrução da trajetória seguida. Neste sentido, já foram examinados, especificamente, os "assuntos abordados em assembléias", a "inserção de membros" e a "participação em licitações". A implantação de uma ficha de cadastro e acompanhamento de cada membro do empreendimento. ainda em andamento, foi uma estratégia definida para alcancar um melhor nível de registro de informações relevantes para o monitoramento do grupo. implementação de recursos de apoio (instruções e impresso para registro de atas) para a realização de assembléias foi uma outra providência tomada pela equipe, com a participação da diretoria. Desta forma, tanto o grupo quanto a equipe da incubadora ficam com o

controle de apenas parte das informações que podem ser importantes para auxiliar na definição de objetivos, estratégias, procedimentos em relação ao processo de incubação e ao funcionamento do grupo. A INCOOP, identificando esta como uma lacuna relevante, buscou parcerias - não concretizadas - para compor sistemas de monitoramento e tem como perspectiva a construção de sistemas de monitoramento por indicadores, que sejam úteis para acompanhar este e outros grupos, bem como para que estes grupos possam fazer seu próprio monitoramento. Em relação ao próprio grupo, há dificuldades importantes para coleta e registro de informações que possam subsidiar um processo de monitoramento amplo e confiável.

#### Implantação do empreendimento

Com o apoio da incubadora e da UFSCar. a cooperativa assumiu os primeiros oito postos de trabalho, na própria universidade, para limpeza de ambientes do restaurante universitário. Nesta oportunidade, ela teve que definir critérios para ocupação de postos pelos cooperativados. A participação em atividades de preparo para o cooperativismo e as condições de vida associadas à maior precariedade para subsistência (número de filhos, tempo sem trabalho etc) tiveram um peso maior na decisão. Neste momento, houve também um investimento na busca de postos de limpeza em residências junto à própria comunidade universitária. Mas isto se mostrou inviável, tanto pelo fato de as pessoas recusarem assumir compromissos formais (necessários para o funcionamento legal do empreendimento), quanto porque os custos envolvidos com o pagamento previsto para este funcionamento legal estavam acima do valor de mercado. Poucas pessoas entenderam a situação de precarização a que trabalhadores informais da limpeza são submetidos e concordaram em pagar precos mais altos. Embora tomadas de forma mais intuitiva do que sistemática, as providências relacionadas à etapa de implantação do empreendimento constituíram oportunidades relevantes para a capacitação do grupo em relação a vários aspectos de sua gestão; a condição de implantação, contudo, gerou uma distorção somente percebida posteriormente, e relativa à desigualdade de acesso à renda por parte de todos os membros. Nove anos depois de sua criação, esta situação não foi enfrentada adequadamente, mesmo havendo intervenção da incubadora no sentido de apresentar suas preocupações em função das consequências para o grupo e para sua condição como empreendimento solidário, baseado na cooperação e na preocupação com o bem estar coletivo. Tal problema se manifesta, assim, em relação à existência de um contingente de pessoas que, embora fazendo parte da cooperativa, permanecem, na condição de suplentes, aguardando postos de trabalho. Mesmo que efetivamente venham a ocupá-los, eles precisam ser substituídos por outros, já que cada membro é entendido como "dono" do posto que ocupa. Tal situação gera, atualmente, um problema também para o grupo, já que muitas vezes estes suplentes não estão disponíveis (ou dispostos) a atender chamados emergenciais para o trabalho, considerando particularmente a baixa remuneração deste tipo de situação e a impossibilidade de garantir para estes trabalhadores eventuais coberturas relativas a direitos básicos, existentes para membros do empreendimento que ocupam postos de trabalho.

#### Apoio na implementação do empreendimento

Embora o grupo seja acompanhado desde sua criação, esta assessoria não foi interrompida, de modo a atender expectativa expressa em diferentes contextos, por atores, simpatizantes e, principalmente, críticos da economia solidária. Essa assessoria tem sido, ainda, contínua, sistemática, apesar de apresentar características diferenciais e indicativas de mudanca das relacões entre os parceiros. Neste sentido, a assessoria da INCOOP é muito mais definida por demandas da cooperativa (embora ainda sejam mantidas propostas de ação pela incubadora, processadas pela diretoria e, na maior parte das vezes, avaliadas também pelo coletivo em assembléias). A existência de níveis de precarização de algumas pessoas no âmbito da cooperativa ("suplentes"), conflitos freqüentes e intensos entre os participantes, baixo grau de confianca e coesão do grupo na maior parte do tempo, condutas pouco voltadas para o bem coletivo, bem como o surgimento de imprevistos (como o desligamento de toda a equipe da diretoria antes de findo o período de gestão, oportunidades de trabalho novas etc) e a fragilidade do grupo em função da concentração de postos de trabalho em poucos contratantes, têm mantido tanto o interesse da INCOOP no acompanhamento e estudo do grupo quanto a necessidade de assessoria. Em 2007, contudo, uma nova etapa de relação se estabeleceu com o empreendimento, a partir de acordo estabelecido para uma atuação territorial, tomando como referência os dois bairros em que reside a maioria dos sócios da cooperativa, buscando ampliar e consolidar a economia solidária na região.

O acompanhamento deste grupo tem possibilitado notar que sua autonomia não constitui um fenômeno absoluto e sim uma tendência a ser observada em relação a um amplo leque de competências dos indivíduos e do empreendimento. Assim como em outros tipos de organizações, as assessorias e parcerias mostram-se sempre fundamentais para a manutenção e aprimoramento do empreendimento A condição de precariedade vivida pelos indivíduos que acolhem a

possibilidade de organização para o trabalho coletivo em cooperativas como esta não é suplantada em curto prazo mas os resultados a obter e os efetivamente obtidos não podem ser medidos com as mesmas ferramentas desenvolvidas para medir o sucesso de empreendimentos tradicionais capitalistas. Isto impõe como permanente o desafio de produção de conhecimento e tecnologia capazes de consolidar empreendimentos desta natureza em ambientes tão adversos à cooperação e à solidariedade. Neste sentido, é importante estabelecer indicadores que possam balizar a relação da incubadora com o empreendimento e possibilitar avaliações criteriosas para mudancas na qualidade, tanto quanto na quantidade das interações. Por isso, a incubadora não prevê, em seu método de acão, suspensão total de assessoria, a não ser que venha a faltar recursos para isso, que o empreendimento não se interesse mais pela assessoria ou que, esgotadas as possibilidades de acordo, haja um descompromisso em relação às propostas da economia solidária.

## Participação do empreendimento no movimento de economia solidária

A INCOOP tem atuado de modo a inserir o empreendimento, por meio de representantes ou de forma aberta a todos os sócios, em todas as iniciativas ligadas à economia solidária, em âmbito local, regional e nacional, oferecendo estímulo, informação e esclarecimento, suporte para deslocamento e acompanhamento nestes eventos e oportunidades de participação e aprendizagem sobre economia solidária. O grupo tem respondido com crescente aceitação de participação em atividades da economia solidária, tem apresentado sua experiência a outros grupos e buscado utilizar servicos e produtos de outros empreendimentos solidários. Ele vem atuando em situações diversas, inclusive com apoio financeiro a outros grupos. No entanto, o exercício da representação tem sido, ainda, muito precário, justificando-se esforços específicos para que isto possa ocorrer de modo aprimorado e que as experiências e oportunidades sejam compartilhadas, não apenas formalmente, mas como condição para aumento de coesão e exercício de cidadania mesmo para os que não participam diretamente das atividades. Um aumento de participação dos membros em iniciativas de economia solidária em que esta participação é livre (como as que ocorrem na própria cidade, por exemplo) é ainda um desafio a ser enfrentado.

## **COOPERRESÍDUOS**

## Origem do grupo, identificação e caracterização da população potencial para formação do grupo

No caso deste empreendimento, a demanda surgiu a partir de um projeto com parceria entre algumas incubadoras e o Programa Integrar, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos. O público alvo para formação da cooperativa se originou em um curso oferecido como parte do Programa Integrar. Por meio desse curso os futuros cooperados tiveram conhecimento da possibilidade de formar cooperativas e de ter assessoria, quando então houve a demanda para a incubadora. O grupo já estava organizado, o que levou a INCOOP a iniciar discussões sobre escolha da atividade econômica e estudo de viabilidade do empreendimento.

O grupo já estava organizado há pelo menos quatro anos, sob forma de cooperativa, com o objetivo de trabalhar no setor rural, quando a equipe da INCOOP passou a realizar reuniões com os membros para identificar necessidades e expectativas. A partir destas reuniões, o grupo apontou dúvidas sobre como regularizar a documentação da cooperativa, em função da possibilidade de realizar outra atividade econômica e obter novas parcerias. Foi elaborado e aplicado, individualmente, um questionário, para caracterização do perfil de cada um no qual se solicitaram dados em relação a sexo, idade, escolaridade, região de origem e ocupações profissionais anteriores. A partir da aplicação do questionário, foram caracterizados os indivíduos do grupo, num total de 21 pessoas, dentre os quais sete homens e 14 mulheres: 17 eram alunos do Programa Integrar; a idade média era de 35 anos. Em relação à escolaridade, foram identificadas duas pessoas com primeiro grau incompleto, 17 com primeiro grau completo e uma com segundo grau completo. Cerca de 75% do grupo era originário da região sudeste e as profissões já exercidas por essas pessoas foram: metalúrgico, cabeleireira, dona-de-casa, empregada doméstica, construção civil, vendedor, garçom, motorista, cozinheira, reciclagem, babá e segurança. Estes dados evidenciaram, entre outras coisas, que a quase totalidade do grupo nunca tinha trabalhado com a atividade de catação de resíduos.

#### Apresentação da economia solidária

No início, o grupo foi organizado pelas ações do Programa Integrar. Na etapa atual de acompanhamento, iniciada sete anos após o primeiro contato da incubadora com o grupo, e depois de quatro anos de interrupção do acompanhamento, a equipe da INCOOP tem abordado freqüentemente, com os participantes, questões sobre trabalho coletivo e, esporadicamente, princípios do

cooperativismo e da economia solidária. Em meados de 2006, após uma avaliação realizada em conjunto com a cooperativa sobre o entendimento do papel da INCOOP, o tema economia solidária foi abordado pela equipe INCOOP com os membros do grupo, tendo sido apresentados e discutidos pelo menos parte dos conceitos mais relevantes. Nesta atividade, foram empregados filmes disponibilizados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária e, a partir de palavras escritas em cartelas, elaboradas previamente pela equipe, foi solicitado que o grupo relacionasse as palavras pertinentes à economia solidária e à economia capitalista. Nesta situação, os participantes do grupo enfatizaram, em relação à economia solidária, a importância da organização coletiva do trabalho, o que é confirmado, ainda, por manifestações dos cooperados nas reuniões, nas quais expressam a importância da união do grupo. A transparência e o acesso às informações pelas cooperadas são identificados na administração da cooperativa, que torna disponível todos os registros aos cooperados. No entanto, para a equipe da INCOOP, o acesso a estas informações tem sido dificultado.

# Organização inicial do grupo para tomada de decisão sobre formação de empreendimento solidário e elaboração de proposta de trabalho conjunto

Quando se deu o contato inicial da equipe da INCOOP com o grupo, este já estava constituído para atuar em atividade rural, sendo que a participação da INCOOP se deu mais no sentido de questionar a viabilidade do empreendimento nesta atividade produtiva e auxiliar na escolha de outra atividade. A decisão de mudança para a atividade de reciclagem se deu com o objetivo específico de geração de renda, sem que a economia solidária constituísse um referencial forte, naquele momento.

Inicialmente não foi elaborada uma proposta formal ou mesmo informal de trabalho conjunto grupoincubadora, reguladora da parceria, e a participação da incubadora no processo foi sendo definida conforme se apresentavam situações, necessidades e demandas do grupo, desde o início do trabalho. Em 2004, quando foram reiniciadas as atividades da INCOOP junto ao grupo, também não houve uma formalização, mas a equipe realizou, naquele momento, atividades de planejamento participativo com os membros do grupo para ampliação da renda e fortalecimento do empreendimento. Nesta fase, foram solicitadas informações sobre a situação do grupo, quais metas apontadas no planejamento anterior foram atingidas e quais não foram. Embora no início da retomada das atividades junto ao grupo, aparentemente estivessem claros os papéis de cada parte, transcorridos dezoito meses a equipe observou, em função dos diversos e

freqüentes cancelamentos dos encontros, que na verdade não estavam. Depois de o grupo ter visitado a UFSCar e a INCOOP e após diversas reuniões, nas quais foram discutidos assuntos como universidade, incubadora, economia solidária e incubação, foi feito um acordo verbal de trabalho.

#### Escolha de atividade econômica pelo grupo

O grupo, organizado em uma cooperativa do setor rural, enfrentava problemas de infra-estrutura e sazonalidade da atividade. Sendo assim, outras atividades possíveis foram apresentadas, entre elas: criação de suínos, frigorífico (abate de frango), servicos rurais e reciclagem. A idéia inicial desta última possibilidade foi motivada por uma palestra, por meio da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, de uma pessoa que atuava com reciclagem em outro município. A partir disso os membros do grupo, que estavam vivendo a dificuldade de decidir que atividade econômica escolher para trabalhar na cooperativa, comecaram a pensar na opcão da reciclagem. Nesse instante a INCOOP, em parceria com o Núcleo de Reciclagem de Resíduos da UFSCar (3R Nrr), deu início ao estudo, junto ao grupo, da viabilidade das atividades econômicas de catação, triagem e comercialização de resíduos, e o grupo iniciou suas atividades. A escolha da atividade econômica, representada pela mudanca de setor rural para resíduos. foi em função da viabilidade da nova atividade no mercado, do apoio da prefeitura (distribuição de folhetos explicativos sobre coleta seletiva, cessão de um caminhão para recolhimento de resíduos, local para trabalhar e guardar o material recolhido) e da possibilidade de recolher material junto a algumas indústrias. A prefeitura teve um papel muito importante, pois ofereceu várias formas de apoio ao grupo como, por exemplo, a concessão do terreno onde é a sede da cooperativa.

#### Formação dos membros dos grupos

A formação inicial do grupo para o cooperativismo se deu pela participação dos membros em cursos do Programa Integrar, em particular em uma palestra que abordou o cooperativismo como alternativa de organização para o trabalho. Após a conclusão dos cursos, vários grupos foram formados, com perspectiva de atuação em diferentes atividades econômicas, sendo a COOPERESIDUO um dos grupos formados. Mais recentemente, a equipe da incubadora aborda, algumas vezes, com o grupo, temas de interesse. Durante algumas reuniões, foram feitas discussões sobre o estatuto, em relação à formação da diretoria etc. De um grupo de 10 pessoas que trabalham hoje, apenas três fizeram curso de cooperativismo no início da cooperativa, com o Programa Integrar. A formação para o cooperativismo dos membros

novos é feita por uma das pessoas que está desde o início, em conversas nas quais se apresenta o estatuto para o novo integrante. Nesta etapa de retomada das atividades, o grupo chegou à conclusão da necessidade de um curso de cooperativismo, o qual foi solicitado para a INCOOP. No entanto, após o acordo verbal estabelecido, este não foi mantido pelo grupo, que indicou não considerar isto prioritário. A equipe da INCOOP tem mantido o grupo informado sobre atividades da economia solidária na região, apresentado fotografias de feira e encontros. Há manifestação de membros que gostariam de participar de eventos de economia solidária mas, ao mesmo tempo, manifestam a necessidade de realizar tarefas domésticas que dificultam ou impossibilitam a participação em atividades fora da jornada de trabalho na cooperativa, já que, em sua maioria, são mulheres mães de famílias.

Quanto à capacitação técnica, relativa à atividade produtiva, inicialmente o grupo teve apoio técnico da equipe do 3R Nrr por meio de cursos de orientação sobre reciclagem, triagem e acondicionamento de resíduos etc. O exame da cadeia produtiva foi feito de forma intensa através de reuniões, palestras, visitas às casas dos cooperados etc. Atualmente, esta capacitação tem se dado a partir de contatos diretos com o grupo em reuniões, nas quais são abordadas questões relacionadas à cadeia de resíduos. São elaboradas dinâmicas que tratam temas envolvidos na cadeia produtiva como, por exemplo, a compostagem, como possibilidade de outra atividade a ser desenvolvida pelo grupo. e alguns questionamentos, como: o que é preciso? quem faria? Em 2005, a INCOOP propôs à cooperativa Cooperesiduos desenvolver um processo de pesquisa-ação-participativa sobre a cadeia produtiva dos resíduos, como um meio de inserção justa na cadeia produtiva da reciclagem. O grupo demonstra conhecimento considerável da cadeia da reciclagem, inclusive identificando possibilidades de expansão na como, por exemplo, vender diretamente para as empresas recicladoras, eliminando assim o atravessador, adquirir picador de papel, possibilitando a realização de novas parcerias (bancos). No entanto, isto não tem resultado em mudancas além das que se relacionam exatamente com a atividade que já vem sendo desenvolvida, como, por exemplo, separar por cor e por tipo alguns plásticos que vinham sendo reunidos. Em relação à formação dos membros para a autogestão administrativa, na primeira etapa de trabalho da INCOOP com o grupo, este se organizou em comissões, com o objetivo de dividir tarefas de trabalho: Balancete/contabilidade; marketing (publicidade); controle de estoque; planejamento (compra e venda); impostos/documentação fiscal; construção (infraestrutura da área de trabalho). Atualmente, tem sido

privilegiado o trabalho com o grupo todo presente. A responsabilidade de execução de ações relacionadas às metas tem sido compartilhada pelos diferentes membros da cooperativa, principalmente no momento da elaboração do projeto para a Fundação do Banco do Brasil para obtenção de infra-estrutura (caminhão e alambrado) que foi, então, o motivo de reaproximação da equipe da INCOOP e a Cooperesíduos. As responsabilidades têm sido compartilhadas, também, no atual projeto de busca de conhecimento sobre a cadeia produtiva dos resíduos, em que os pontos de pauta discutidos em reunião com a equipe INCOOP são rediscutidas entre os membros da Cooperesíduos.

## Implementação, construção de normas e monitoramento do empreendimento

Em termos de elaboração de normas de funcionamento, o grupo já tinha um estatuto com atividade econômica voltada ao setor rural. Esse estatuto foi estudado e o grupo construiu uma nova proposta para a atividade da reciclagem, a partir de discussões em reuniões com a equipe da INCOOP. Atualmente o estatuto é utilizado no processo de inserção de novas pessoas, ao ser apresentado pela diretoria, indicando o reconhecimento do estatuto como um importante instrumento para a cooperativa.

Todo o processo de legalização do empreendimento foi executado com assessoria da INCOOP, que procurou envolver os membros do grupo, por meio de reuniões. No entanto, a partir da interrupção da assessoria inicial da INCOOP, a diretoria não sentiu segurança na execução das atividades administrativas, e transferiu este trabalho para um escritório de contabilidade.

Quanto ao monitoramento do grupo, apenas em 2004, a partir do planejamento participativo do financiamento solicitado à Fundação Banco do Brasil, foram estabelecidos indicadores como o valor da retirada dos cooperados, número de membros, número de parceiros, expansão da coleta, entre outros. O grupo participou efetivamente da construção do processo de monitoramento, quando da compra do caminhão através de recurso alcancado com um projeto para a Fundação, e demonstrado reconhecimento da necessidade e importância deste monitoramento por meio de declarações e do interesse no desenvolvimento das ações, naquele momento, ou seja, no segundo semestre de 2005. No entanto, a partir de novembro de 2005, o grupo comecou a desmarcar os encontros guinzenais acordados, ficando quatro meses sem realizar encontros presencias com a equipe da INCOOP. Quando da retomada do trabalho, o grupo estava passando por uma crise financeira, com dívidas e um número pequeno de membros, prejudicando a continuidade do processo de monitoramento planejado. A INCOOP tem tido

dificuldade em desenvolver o estudo participativo sobre a cadeia produtiva da reciclagem e de elaborar e executar ações coletivas, principalmente quando são abordados temas relacionados ao trabalho da cooperativa, dificultando inclusive o monitoramento construído coletivamente com o grupo.

Em relação à implantação do empreendimento, com o apoio da INCOOP e dos outros parceiros, a cooperativa implantou um sistema de coleta seletiva na cidade, envolvendo 11 bairros e 17 cooperados. Na oportunidade, obteve a cessão informal de uso de um terreno da Prefeitura e recursos para construção de um barração (telha e madeira). Ainda com o apoio da INCOOP, a cooperativa buscou financiamento no Banco do Povo para compra de um trator para realizar a coleta nos bairros e a sua ampliação para os grandes geradores (empresas parceiras), garantindo a manutenção da coleta seletiva na cidade por cinco anos. Na segunda fase de acompanhamento da cooperativa, foi feito um planejamento estratégico participativo no qual se buscou ampliar a coleta e melhorar as condições de trabalho, infra-estrutura e renda dos cooperados. Este processo permitiu obter um caminhão, financiado sem reembolso pela Fundação Banco do Brasil, e instalação de alambrado para cercar o terreno. Além disso, a cooperativa adquiriu documento de cessão de uso do terreno e galpão, por 10 anos, com possibilidade de renovação, fez convênio com a prefeitura para coletar os resíduos e receber auxílio financeiro de mil reais por mês para gastos com gasolina, equipamentos de proteção individual, uniformes e outros materiais de consumo para a cooperativa. Este processo, sobretudo, retomou a idéia de crescimento da cooperativa. Atualmente o grupo tem de se dedicado a fortalecer a coleta de resíduos de grandes geradores, como empresas e fazendas da região.

#### Implementação do empreendimento

De junho de 2004 até janeiro de 2006, a INCOOP manteve reuniões esporádicas a partir de demandas específicas do grupo. Com a aprovação do projeto CNPq de desenvolvimento de um processo de trabalho baseado na proposta de pesquisa-ação sobre a cadeia produtiva dos resíduos, a INCOOP e os membros do grupo mantiveram, em média, reuniões guinzenais. A INCOOP procurou atuar no planejamento das atividades de expansão da cooperativa, e neste período o grupo mostrou um alto grau de coesão, de confianca mútua entre os cooperados. Mesmo com a crise (financeira, com evasão de membros) da cooperativa, estas mesmas características puderam ser observadas. No entanto, o mesmo não ocorreu entre cooperados e equipe INCOOP, já que, durante estes anos de atuação, o grupo tem resistido a trocar informações sobre o andamento do

empreendimento. Para garantir um período maior de acompanhamento e, levando em conta que o grupo estava sob o controle de intermediários da cadeia produtiva da reciclagem, a INCOOP propôs, em 2005, o estudo coletivo sobre esta cadeia, considerando que a apropriação de conhecimentos poderia garantir um entendimento maior dos atores e que, a partir disso, o grupo poderia buscar outras oportunidades para a sustentabilidade e consolidação do empreendimento.

## Participação do empreendimento no movimento da economia solidária

No início, a Confederação Nacional dos Metalúrgicos preparou um encontro entre todas as cooperativas que ela financiava. Alguns representantes do empreendimento tiveram contato com representantes de outros grupos. Foram garantidos alguns incentivos para participação de membros do grupo em encontros, tais como o de 2001 (Construindo proposta de coleta seletiva em São Carlos), quando participaram com o depoimento do presidente sobre a atuação da cooperativa na cidade. Em 2004, membros do grupo participaram do Encontro de Catadores de São Carlos e região, visando identificar novos mercados para a atividade. O grupo sempre se manteve disponível para apresentar sua experiência nos eventos, tanto na primeira quanto na segunda fase de acompanhamento da equipe da INCOOP.

## Duas histórias, muita aprendizagem

A INCOOP tem, a partir do exame de sua prática, produzido conhecimento relacionado ao processo de fomento à economia solidária por meio de incubação de empreendimentos solidários, atendendo populações excluídas, com vistas tanto à geração de trabalho e renda quanto à promoção de práticas culturais promotoras de igualdade social, cooperação e solidariedade. A sistematização de seu trabalho nestes guase oito anos de funcionamento, permitiu construir uma representação de comportamentos de indivíduos e organizações sujeitos deste processo. Ainda que seja uma representação parcial e provisória, como deverá ser sempre, em função da dinâmica da realidade e de seu caráter de construção social permanente. Com base na representação de seu método de incubação, correspondente ao conjunto de amplas classes de comportamentos deste tipo de ator em economia solidária - incubadoras universitárias - tem procurado examinar esta mesma prática, de maneira a identificar variáveis relevantes neste processo, que possam orientar tanto a produção de conhecimento de forma sistemática, por meio de pesquisas de diferentes naturezas, quanto à atuação dos agentes de incubação, em

seu trabalho de intervenção.

O exame de duas diferentes histórias de incubação, a partir deste referencial (método de incubação proposto para a INCOOP neste estágio de sua evolução), sugere relações relevantes entre aspectos do fazer da INCOOP, características dos segmentos sociais participantes destas experiências, e resultados alcancados na organização destes indivíduos. A existência e manutenção destes grupos, que variam em relação a muitos aspectos (número de pessoas, atividade produtiva, estágio de incubação etc), mas que apresentam em comum o fato de serem, mais que sobreviventes, donos de seu destino, a despeito das perversidades do sistema em que estão inseridos – como pessoas e como coletivos de trabalho – servem como indicador incontestável da relevância desta estratégia de atuação no fomento à economia solidária e estímulo à continuidade deste trabalho.

Uma comparação das características identificadas nestas "histórias" indica que, dentre as muitas variáveis que influenciam no processo de incubação, algumas estão diretamente sob controle da incubadora, particularmente aquelas que se referem à sua própria capacitação para lidar com este processo; outras estão diretamente ligadas às características da população com a qual o trabalho é realizado e, se não cabe à incubadora controlar, cabe a ela identificar, o mais precisamente possível, que papel ocupa neste processo e se preparar para lidar com elas, apresentem-se com os valores que se apresentarem.

#### Referências Bibliográficas

CORTEGOSO, A. L.; SHIMBO, I.; ZANIN, M.; FONTES, D. A.; FONTES, N.; JESUS, V. M. B. de; UEHARA, M. S.; MASCIO, C. C.; COSTA, A. A. V. da; NARDINI, T. **Método** de incubação como referencial para atendimento a empreendimentos solidários: a experiência da Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCar. Manuscrito aceito para apresentação na II Jornadas Universitárias sobre Cooperativismo, Economia Solidária y Procesos Asociativos, Montevidéo, 2005.



## Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável

http://www.mncr.org.br/





## Entrevista

## **Carlos Sartor**

Carlos Sartor é diretor da área de tecnologias para o desenvolvimento social da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Fale um pouco sobre o processo de construção e coordenação da RTS, sobre o perfil dos integrantes da rede e a metodologia de trabalho.

Sartor - A RTS é resultado de um amplo processo de articulação. Inicialmente envolveu um grupo de pessoas, de diferentes instituições, preocupadas com a situação de pobreza e desigualdade econômica, social e de oportunidades da população brasileira, o que se agravara na última década. Reconhecia-se que eram muitos os esforcos para enfrentamento de problemas da população mais carente ou marginalizada, bem como se identificava boas soluções desenvolvidas e implementadas no país, porém de forma pontual e desarticulada. Também se verificava baixa capacidade para a ampliação da escala destas intervenções, no sentido da promoção de mudanças ou transformações mais amplas. Daí, surgiu a idéia de criar a RTS, tendo como importante momento de mobilização a 1a. Conferência Internacional e Mostra de Tecnologia Social realizada em 2004. A Rede foi se ampliando, com envolvimento de um número crescente de instituições e de natureza diferenciada

(instituições públicas e privadas, ongs, articuladores de redes sociais, etc.).

Com o lançamento da Rede, em 2005, foi criada uma estrutura de governança, composta por um Comitê Coordenador, uma Secretaria Executiva, além do Fórum Nacional da RTS, um evento bienal de extrema importância para a ampliação da participação e das conexões em rede. Esse Fórum tem um caráter consultivo e propositivo sobre a atuação da RTS.

## Como o senhor define tecnologia social?

Sartor - Na FINEP nós adotamos a definição utilizada na RTS, isto é. "Tecnologia Social compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social". Todavia, considero que o mais importante não é a definição em si, que poderá ser aperfeiçoada a partir de outras contribuições ou até mesmo substituída, é uma questão de tempo. O importante é a articulação do objeto da Rede, o sistema de idéias e o campo de atuação técnica, política e social, o

discurso e a prática articulados. Tecnologia social representa uma nova possibilidade de agenda que se constitui na valorização de atores nem sempre privilegiados. A tecnologia social ganha legitimidade, paulatinamente, inclusive no campo da Ciência e Tecnologia. É importante que a definição seja debatida amplamente por diversos atores. Nestes processos se institui a definição, para além do plano intelectual, delineando uma nova sensibilidade e, talvez, influenciando visões sobre a tecnologia, que pode ser socializada.

Como acha que esta ferramenta pode ganhar importância política estratégica no desenvolvimento social de populações marginalizadas e/ou excluídas?

Sartor -Acredito que as tecnologias sociais podem contribuir para a superação de visões tradicionais sobre a relação entre a tecnologia e a sociedade. É fundamental o entendimento de que a tecnologia não é isenta de valores, de determinados-interesses e objetivos, não é



neutra, portanto ela pode ter "finalidade social", desde sua origem, e representar soluções efetivas para população pobre, marginalizada ou excluída. Em geral, a tecnologia tem sido orientada desde a sua concepção para os interesses de mercado e das empresas (a "celebração do mercado"). Certamente é um longo e árduo caminho, mas estratégico para a promoção do desenvolvimento dessas populações e, num sentido mais amplo, para o desenvolvimento sustentável.

Mais especificamente, diante das rápidas mudanças que afetam os processos produtivos, a organização do trabalho e a empregabilidade no mundo de hoje, como é a intervenção da RTS?

Sartor - Uma Rede como a RTS terá impacto mais amplo a médio e longo prazos. Para superação de problemas que são estruturais, como é o caso do desemprego, não há soluções rápidas, muito menos se não houver forte intervenção estatal e políticas públicas orientadas para tal. Avanços foram obtidos neste sentido, nos últimos anos no país, mas ainda não é o suficiente. Acredito que as articulações promovidas pela RTS em prol do desenvolvimento, por instituições públicas ou privadas, têm potencial para desencadear ações que apontem para alternativas, algumas vezes de natureza simples mas ignoradas pelo mundo capitalista, de enfrentamento de problemas graves que atingem diretamente os mais pobres e marginalizados.

No movimento de economia solidária que acontece no Brasil há alguns anos, como vê o papel da Rede de Tecnologia Social e

## sua articulação com as demais redes e fóruns?

Sartor -Na medida em que a geração de trabalho e renda é foco importante da Rede e elemento central do movimento da Economia Solidária, visualizo um campo de articulação amplo, para ser explorado, assim como no caso de outras redes e fóruns. Vale destacar que muitas instituições aderiram à Rede na qualidade de articuladores/mobilizadores de outras redes, o que é extremamente positivo.

A FINEP, no âmbito da RTS, por exemplo, apóia processos de "incubação de empreendimentos econômicos solidários" ou "incubação de incubadoras" como sendo tecnologias sociais. Nestes processos são aproximadas Universidades, Ongs e público interessado na formação de empreendimentos autogestionários, destacando que há oportunidades de geração de conhecimento novo e de novas soluções na interação direta entre os integrantes das incubadoras e os grupos em processo de incubação.

A Finep, onde o senhor trabalha, é um órgão governamental cuja atividade é fortemente direcionada a apoiar as iniciativas empresariais privadas. Como é a inserção da Finep na coordenação de uma rede social?

Sartor -Como já apontado, a coordenação da RTS é realizada por um Comitê formado por representantes de diversas instituições, sendo a FINEP uma delas. É missão da FINEP, como empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), promover e financiar a inovação e a pesquisa científica e

tecnológica, não somente em iniciativas de empresas. Historicamente a FINEP financia o desenvolvimento de projetos de C&T de instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos. Vale ressaltar que uma das linhas estratégicas atuais de ação do MCT, e também da FINEP. compreende o apoio às tecnologias para a inclusão e o desenvolvimento social. No contexto da RTS, a FINEP desenvolve ações e mobiliza recursos para financiamento de projetos de reaplicação de tecnologias sociais, bem como para a estruturação de processos de monitoramento e avaliação de resultados das acões da Rede.





Abertura do 1º Fórum Nacional da Rede de Tecnologia Social - Salvador, dezembro de 2006.

# Conexões entre desenvolvimento local, economia solidária e tecnologia social

Caio Silveira \*



<sup>\*</sup> Sociólogo, coordenador de projetos especiais da Rits (Rede de Informações para o Terceiro Setor) e coordenador da Expo Brasil Desenvolvimento Local.

Este artigo pretende contribuir para tornar mais visíveis e fortalecer as conexões entre desenvolvimento local, economia solidária e tecnologia social.

O artigo se desenvolve na forma de construção progressiva de vínculos. Parte da identificação do desenvolvimento local e a mobilização democrática e produtiva dos territórios, passa pela interpenetração entre desenvolvimento local e economia solidária e, em seqüência, introduz a temática da tecnologia social.

Depois, uma iniciativa concreta (em Cidade de Deus, no Rio de Janeiro) é brevemente descrita e dela são extraídos alguns elementos essenciais ligados à sua metodologia e a seus desafios.

Por último, articulando as formulações gerais com o exemplo trazido à tona, é sintetizado o fio condutor do artigo — a convergência e as imbricações entre desenvolvimento local, economia solidária e tecnologia social.

# Desenvolvimento local: a mobilização democrática e produtiva dos territórios

A idéia-força do desenvolvimento local está ligada ao entendimento de que as dinâmicas geradoras de desigualdade e exclusão não podem ser desconstruídas pelo alto, ou seja, por sistemas de decisão externos ao poder constituinte das populações locais. Trata-se de perceber os territórios não como *pontas* dos sistemas de fluxos, mas como *centralidades* instauradoras de novos vínculos, invertendo a associação tradicional entre ações verticais e acões de mudanca estrutural.

No seu sentido sistêmico, a questão do desenvolvimento local associa-se a estratégias que buscam, ao mesmo tempo: (i) fortalecer o protagonismo das bases da sociedade na gestão pública; (ii) inverter os padrões de

desenvolvimento, no sentido da superação das desigualdades sociais.

A ênfase na territorialização de meios de acesso ao poder, ao conhecimento e à renda traço essencial do desenvolvimento local - traz consigo o questionamento da idéia de que mudanças sociais profundas poderiam advir por simples efeito de *aterrissagem* de processos verticais na vida dos territórios, sem a alteração nos padrões de relacionamento que fazem o quotidiano dos lugares, sem a liberação de forças desativadoras dos mecanismos de dominação e segregação.

No contexto das mutações hoje mundialmente em curso, o desenvolvimento local não é um refúgio provisório diante dos ciclones financeiros e das mãos invisíveis que parecem tecer, com sombras de catástrofe, o destino das populações. Em vez disso, "ao propiciar novos agenciamentos com base na distribuição de poder político, de meios de produção e de conhecimentos, o desenvolvimento local pode ser uma orientação central na superação de desigualdades impostas pelo regime atual de acumulação flexível, que combina de maneira perversa o impacto da lógica do capital global com a dominação das oligarquias e poderes fixados historicamente no território"<sup>1</sup>.

A vitalidade do desenvolvimento local, como fonte de transformações sistêmicas, está na redistribuição de poderes pelo agir de redes socioterritoriais, constitutivas de novos sujeitos e protagonistas. O desenvolvimento local é especialmente indissociável da construção e aprofundamento de novas dinâmicas democrático-participativas.

Rede sociais territorializadas e a ampliação participativa



<sup>1</sup>Bocayuva, P.C. Cunca "Notas sobre o desenvolvimento local com base na mobilização democrática e produtiva". Publicado em www.redecais.org.br. da esfera pública constituem o fulcro de sustentabilidade do desenvolvimento local, a fonte de alimentação e realimentação de iniciativas capazes de constituir o território como um espaço comum e compartilhado, abrindo comportas que rompem com a separação entre os lugares e os fluxos. Mais do que um distanciamento em relação ao padrão verticalista de construção e implementação de políticas, isto significa a afirmação de novos modos de relacionamento que tornam possível uma gestão efetivamente pública, isto é, social, participativa e compartilhada.

Nessa perspectiva, dinâmicas de desenvolvimento local exigem novas formas e espaços de gestão, que se caracterizam como dispositivos interorganizacionais<sup>2</sup> ou novas institucionalidades, conforme a expressão freqüentemente utilizada no Brasil.

Em linhas gerais, duas categorias de novas institucionalidades podem ser identificadas: i) aquelas que se constituem como espaço de concertação e participação socioinstitucional (como câmaras, comitês, fóruns e conselhos de desenvolvimento local) e ii) aquelas voltadas para a viabilização de projetos e ações inovadoras para o desenvolvimento territorial, com graus variáveis de intersetorialidade.

Em termos práticos, os mesmos dispositivos podem reunir essas duas dimensões (concertação e viabilização de projetos e servicos). Trata-se, em essência, de constituir uma matriz de projetos e ações no território a partir de instâncias e dinâmicas que combinam articulação interinstitucional e participação social direta. E, com isso, produzir o deslocamento de uma lógica de projetos pontuais para uma lógica sistêmica de construção social de territórios, isto é, de construção do desenvolvimento local. Mas a mobilização democrática do território é inseparável da mobilização produtiva do território. Esta interpenetração é especialmente decisiva no contexto atual de deslocamento de paradigmas, que conjuga reestruturação produtiva, crise da sociedade salarial e primado do trabalho imaterial (informação, comunicação, conhecimento). Na razão inversa das tendências de precarização e exclusão do mundo do trabalho, abrem-se novas possibilidades de cooperação e articulação social da vida produtiva. É aí que os caminhos se bifurcam: ou exclusão/captura ou reinvenção pela via da inteligência coletiva.

Fatores do ambiente territorial, que antes apareciam como externalidades (ou fatores extra-econômicos) simplesmente deixam de sê-lo, pois a cooperação produtiva passa a ser um recurso potencial dos territórios capaz de ser ativado em processos de mobilização local. A construção do território como tecido socioprodutivo torna-se um caminho vigoroso de inclusão social e desenvolvimento não-desigual. Sem cooperação no

território, sem inteligência coletiva a circular em redes locais, haverá como incluir e alavancar o "andar de baixo", o circuito inferior da economia, para além da reprodução do informal e do precário?

## Desenvolvimento local e economia solidária

Mais do que uma reação à crise do trabalho (precarização e desemprego estrutural), ou uma busca de estratégias de sobrevivência "enquanto o emprego não vem", o fortalecimento da economia solidária liga-se à germinação de alternativas de transformação de fundo nos modos de produção e reprodução social, em que valores como cooperação, solidariedade e justiça distributiva são concretamente praticados.

A hipótese aqui reforçada é que a economia solidária tende a ganhar força e densidade em ambientes de desenvolvimento local, entendidos como ambientes de construção democrática de propostas e práticas, capazes de estimular novos padrões de relação produtiva, sob uma perspectiva de sustentabilidade social e ambiental.

O nexo entre economia solidária e desenvolvimento local é ainda pouco claro no debates que se travam no Brasil. Este nexo tem como natureza não a subordinação recíproca (como numa relação parte-todo), mas a imbricação sistêmica. Não se trata de uma imbricação automática, pois depende da intencionalidade dos sujeitos sociais e da capacidade das dinâmicas de gestão local em produzir novas respostas diante das metamorfoses do trabalho, capazes de impulsionar a democratização das relações econômicas.

Esta imbricação pode ser vista por dois lados. Por um lado, uma dinâmica de desenvolvimento local, mesmo tendo forte participação comunitária, torna-se estéril se não transformar a cooperação em criação produtiva compartilhada. Mais especificamente, se não envolver a construção de um tecido cooperativo capaz de suscitar empreendimentos solidários em rede, a partir de seus ambientes comunitários de constituição.

Por outro lado, o fomento a empreendimentos solidários dissociados do meio territorial, por mais que gere elos em cadeias produtivas setoriais, tende a se fragilizar na sua base de articulação sustentável. Esta base se encontra, especialmente, nas dinâmicas democrático-participativas locais de transformação intencional na matriz de desenvolvimento, dinâmicas que constituem o núcleo do



<sup>2</sup> Vide Fischer, T. (2002). "Poderes locais, desenvolvimento e gestão - introdução a uma agenda". In: Fischer, T. (org.). Gestão do desenvolvimento e poderes locais. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

desenvolvimento local.

Em síntese: a territorialização dos circuitos de economia solidária e o seu impulso, a partir de estratégias de desenvolvimento local, devem ser vistos como faces de um mesmo processo de mobilização social. Processo em que se associam democracia e potência produtiva, em que se fundem política, economia, cultura e relacionamento com o meio ambiente.

## Desenvolvimento local e tecnologia social

As questões de fundo que fazem o nexo entre desenvolvimento local e economia solidária são de natureza idêntica às que permitem articular desenvolvimento local e tecnologia social, guardadas as especificidades de construção de cada uma destas três noções.

O vínculo entre economia solidária e tecnologia social vem vendo suficientemente afirmado para que não seja preciso, aqui, insistir no seu fortalecimento. Tal vínculo é perceptível, já à primeira vista, no fato de que o apoio a empreendimentos solidários (em particular a metodologia de incubação) é hoje reconhecido como uma tecnologia social. Mas, sobretudo, este vínculo está na identificação direta entre o caráter socialmente distribuído e autogestionário das iniciativas de economia solidária e o marco analítico-conceitual da tecnologia social, como este vem sendo desenvolvido no Brasil, em especial a partir da criação da RTS (Rede de Tecnologia Social)<sup>3</sup>.

De acordo a definição hoje explicitamente compartilhada na RTS, "as tecnologias sociais (TS) compreendem produtos, técnicas ou metodologias, reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social".

Apesar da importância de uma definição compartilhada, especialmente para efeito das ações no âmbito da RTS, vem sendo apontado que a tecnologia social "não deve – e nem precisa – ser entendida como um conceito". O importante é que os elementos constitutivos do marco da tecnologia social sejam de fato incorporados. Em vez de enfatizar os produtos, artefatos ou equipamentos, "o marco da TS dá atenção ao processo, ao caminho que uma configuração sociotécnica vai desenhando ao longo de um percurso que não tem cena de chegada definida"<sup>5</sup>.

E o essencial do processo é a participação ativa de atores de base comunitária numa dinâmica de inovação e transformação das relações sociais. "Entendemos que ou os atores interessados no emprego da TS de fato a constroem em conjunto, ou não haverá TS"<sup>6</sup>.

Um ponto a destacar é a questão da reaplicação das

tecnologias sociais. A idéia de reaplicação (caracterizada como algo distinto de replicação) associa-se ao entendimento das tecnologias sociais como modelos flexíveis, cuja aplicação em cada lugar supõe um processo inovador. "A TS não pode ser pensada como algo que é feito num lugar e utilizado em outro, mas como um processo desenvolvido no lugar onde essa tecnologia vai ser utilizada, pelos atores que vão utilizá-la".

Outro aspecto definidor, nesse esforço de construção conceitual, diz respeito à natureza e abrangência das tecnologias sociais, isto é, dos processos identificados como tecnologias sociais. Em analogia com a informática, conforme vem sendo formulado no âmbito da RTS, a tecnologia social pode ser pensada a partir de três componentes: hardware (os equipamentos e artefatos), software (os métodos ou "programas" de implementação) e orgware (os processos de organização e gestão). Neste entendimento, as tecnologias organizacionais ou de gestão social podem ser consideradas, em si mesmas, como tecnologias sociais<sup>8</sup>. Diante desse breve conjunto de considerações, vamos ao ponto: o elo entre desenvolvimento local e tecnologia social. Entre outros caminhos, este elo pode ser identificado a partir de duas dimensões do desenvolvimento local: a) o desenvolvimento local como processo de construção democrática. Metodologias e dinâmicas de DL, cujo cerne está na tessitura de redes e arranjos de gestão participativa com base territorial, são elas próprias tecnologias sociais (software e orgware, no sentido genérico da analogia aqui utilizada); b) O desenvolvimento local como ambiente compartilhado de criação produtiva. Os processos de desenvolvimento local



<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Esta é a definição coletivamente assumida pela RTS, expressa em seu sítio na internet. De todo modo, observam-se algumas pequenas variações nesta definição, nos textos produzidos nos últimos três anos no Brasil. Vide, especialmente, os artigos do livro *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. Ali, diversos autores formulam definições de TS variadas mas convergentes, pois produzidas em um mesmo processo coletivo.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Dagnino, R., Brandão, F.C., Novaes, H. "Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social". In: Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. E, conforme o artigo de Paul Singer e Sonia Kruppa, na mesma publicação, "na definição de TS, o processo é também um produto".

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Dagnino, R., Brandão, F.C., Novaes, H. Op.cit.

<sup>7</sup> Idem.

Nessa direção situam-se as colocações de Ladislau Dowbor, Lenart Vasconcelos e Letícia Piccolotto na publicação Desafios da Sutentabilidade Tecnologia Social no foco dos jornais brasileiros (coordenação Vert Vivarta; pesquisa Guilherme Canela). São Paulo: Cortez: 2006.

– alimentados por redes socioterritoriais e novos espaços públicos – são mananciais de tecnologias sociais, bases da emergência e integração de soluções produzidas em interação com a comunidade.

Vem sendo freqüentemente afirmado que a reaplicação de tecnologias sociais pode promover o desenvolvimento local sustentável em múltiplos territórios. Tal afirmação é congruente com as duas proposições anteriores, que sugerem um outro olhar: processos democrático-participativos de DL constituem-se como tecnologia social na sua própria tessitura como redes e arranjos de gestão, e promovem tecnologias sociais na geração de ambientes de criação, recriação e integração de TSs no território. Este elo, que se reafirma a partir de diferentes olhares ou dimensões, é que importa fortalecer, na mesma lógica de imbricação sistêmica antes referida à relação entre desenvolvimento local e economia solidária.

A seguir, de modo a ilustrar as conexões reforçadas neste artigo, é descrita uma iniciativa concreta em curso (em Cidade de Deus, no Rio de Janeiro), cujos avanços e desafios contribuem diretamente para o tema aqui em foco.

# Uma iniciativa a ser acompanhada: a criação da Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local

A criação de uma Agência de Desenvolvimento Local sob gestão de organizações comunitárias, em Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, é hoje um dos esforços marcantes, no contexto brasileiro, na criação de caminhos capazes de superar a discriminação e a exclusão social em bairros críticos de grandes cidades.

Cidade de Deus é um bairro situado na zona oeste do Rio de Janeiro, originário de um processo de remoção de favelas ocorrido em 1966. Hoje com uma população estimada em torno de 50 mil habitantes, Cidade de Deus apresenta indicadores sociais entre os mais críticos do Rio de Janeiro, embora esteja situado na vizinhança de um dos "bairros nobres" da cidade, a Barra da Tijuca.

Em 2002, o sucesso do filme "Cidade de Deus" levou o bairro a receber forte atenção dos veículos de comunicação, reforçando o estigma de comunidade violenta e perigosa e favorecendo uma onda de preconceito e discriminação.

Desde a década de 1980, surgiram no bairro várias associações de moradores, agremiações de samba e de esporte, grupos de teatro, revistas, cine-clubes, igrejas atuantes, grupos de dança e movimento negro. A partir de 2003, vários processos confluíram, constituindo novas condições de organização e articulação. Após um processo

intensivo de discussões, surgiu naquele ano o Comitê Comunitário de Cidade de Deus, que veio a reunir diferentes entidades locais, tendo em vista superar o isolamento e as divisões que pautavam a atuação dessas organizações.

O Comitê Comunitário vem se firmando ao longo de seus quatro anos de existência como espaço relevante de articulação de ações e interlocução institucional. Já em 2004, sua atuação produziu duas importantes realizações: a) um levantamento inicial das demandas da população local que incluiu temas como trabalho, emprego e renda, educação, saúde, meio ambiente, promoção social, comunicação, cultura e esporte; b) a elaboração de um primeiro Plano para o Desenvolvimento de Cidade de Deus, referendado por um fórum comunitário ampliado, com diretrizes traçadas para um período de cinco anos (até 2009), e pensado como instrumento para avançar na direção da articulação de programas, projetos e ações no bairro.

A partir desses acúmulos, um dos desafios colocados foi a consolidação, em um novo patamar, do arranjo socioinstitucional que amadureceu nos últimos anos, com destaque para a formação de uma instância executiva capaz de integrar ações e projetos no território, na forma de uma pessoa jurídica (a Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local), entendida como fator importante de sustentabilidade de todo o processo.

Em 2006, a Agência constituiu-se legalmente como uma entidade sem fins lucrativos, tendo como associados e dirigentes as organizações e lideranças ligadas ao Comitê Comunitário. Este fato, por si, representa um resultado expressivo do processo de organização e articulação levado a cabo nos quatro últimos anos. A concretização desta Agência efetivou-se a partir do apoio técnico e financeiro de um órgão do governo federal (Finep – Financiadora de Estudos e Projetos) e de uma organização da sociedade civil (Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), o que representa também um exemplo da capacidade de interlocução institucional da comunidade local.

Diretamente vinculado à constituição da agência de desenvolvimento, um conjunto de realizações e resultados pode ser destacado, notadamente a partir de 2006. Entre estes, incluem-se ações integradas em diferentes áreas. Vejamos:

Capacitação dos agentes locais como gestores. Formação conceitual e gerencial dos próprios agentes locais envolvidos no Comitê Comunitário e na Agência de Desenvolvimento, mediante oficinas com metodologias participativas.

Trabalho e economia solidária. Identificação de potencialidades para criação de cooperativas, ciclo de formação em economia solidária, criação de um

empreendimento associativo e autogestionário na área de construção civil<sup>9</sup> e, como desdobramento previsto, a atuação no local de uma incubadora de incubadoras, diretamente articulada com a dinâmica de desenvolvimento local.

Educação. Mobilização e coordenação entre as instituições locais e parceiras para debater a qualidade da educação na Cidade de Deus, formar educadores locais e contribuir na construção de um plano integrado para a área, com participação da comunidade e abrangendo os diversos níveis de ensino.

Habitação social. Inicialmente, com o projeto habitacional que atenderá 618 famílias atualmente sem condições mínimas de moradia, na área de Cidade de Deus denominada Rocinha II. Tal projeto está sendo conduzido com participação direta da comunidade local, a partir do Comitê Comunitário e da Agência, com o financiamento da Caixa Econômica Federal e o apoio da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Comunicação. Como eixo alimentador de todo esse processo, está em constituição, no âmbito da agência, um sistema de comunicação interna e externa que envolve diversos componentes integrados – programa em rádio comunitária, produção de vídeos, sítio na internet e jornal comunitário.

As ações da Agência terão como lastro social mais abrangente os encontros semestrais do Fórum de Desenvolvimento Local de Cidade de Deus, em que se pretende envolver centenas de moradores do bairro (ligados a diferentes movimentos e organizações), para reorientar as grandes linhas e prioridades do plano de desenvolvimento local na Cidade de Deus.

Trata-se, enfim, de um arranjo socioinstitucional que se propõe a operar uma gama integrada de projetos e ações, tendo a Cidade de Deus como base de referência territorial e considerando sua articulação com os bairros adjacentes e com a cidade.

Em termos mais amplos, o caso de Cidade de Deus remete ao problema-chave do enfrentamento da desigualdade e da exclusão social, em comunidades populares empobrecidas, muitas vezes estigmatizadas e historicamente sujeitas, quando não ao abandono, a mecanismos políticos de fragmentação e dominação. A trajetória da Cidade de Deus é emblemática desse problema, e os caminhos que ali se abrem para seu enfrentamento, além dos benefícios para seus próprios habitantes, podem fornecer indicações para outros territórios com características comuns, especialmente em contextos metropolitanos.

# Aspectos nucleares a extrair do exemplo em foco

Seria um erro extrair do processo descrito em Cidade de Deus mais do que indicações, algo como uma receita para outros lugares com características comparáveis (ainda que esse processo estivesse mais avançado, no próprio território em tela). Mas é fundamental entrever, em dinâmicas como essa, características mais universais e, com todos os cuidados do termo, passíveis de reaplicação nos seus componentes básicos.

Entre essas características, podem-se destacar:

- a) A integração entre capacitação e construção socioinstitutucional. Mais diretamente: a conjugação, num mesmo processo, entre a formação de agentes de desenvolvimento e a construção de inter-organizações como espaços de participação e concertação política, isto é, como sujeitos de planejamento e gestão em bases territoriais<sup>10</sup>.
- b) A relação entre a gestão compartilhada e o plano de desenvolvimento local. Está fortemente presente, na massa crítica construída no Brasil sobre o tema, a idéia de que processos de desenvolvimento local incluem a elaboração participativa de planos referenciais. Cidade de Deus não é exceção. Mas se a gestão pode ser, e é, mais importante do que o plano, o desafio está justamente aí: fazer com que o processo organizativo (sobretudo no âmbito do fórum de desenvolvimento local em construção) seja de fato capaz de viabilizar, atualizar e repensar o plano construído em uma etapa anterior de articulação socioinstitucional.
- c) A definição e concretização de ações prioritárias e estruturantes, cujos processos de implementação são efetivamente tecnologias sociais. Isto se expressa no campo da comunicação, da educação, da habitação social e, em particular, no eixo do trabalho sob uma perspectiva de economia solidária. Vale menção o processo formativo que gerou a primeira cooperativa com base na economia



<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Após meses de capacitação em economia solidária e discussão sobre a organização de um empreendimento autogestionário, foi construída a Cooperativa de Trabalho Forte da Cidade de Deus (Coop. Forte CDD), a primeira cooperativa baseada em economia solidária no bairro.

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Vale observar que isso é bem diferente de articular a formação de agentes com a construção de uma organização específica como uma associação, uma cooperativa ou outra modalidade de organização comunitária.

solidária no bairro. E, em particular, as gestões para a formação de uma incubadora de incubadoras e de uma central de cooperativas capaz de articular serviços, como dimensão relevante do processo de desenvolvimento local ali impulsionado.

d) O papel das ações de mobilização e comunicação. Destacam-se, na dinâmica aqui abordada em Cidade de Deus, os esforços de constituição de um subsistema integrado de ação comunicativa, onde se combinam desde a criação de circuitos compartilhados de produção em diferentes veículos<sup>11</sup> até a busca de interação ampliada e mobilização social que se traduz, sinteticamente, no desafio da consolidação de um fórum permanente de desenvolvimento local, que congregue os mais diversos atores e instituições atuantes naquele território.

A conjugação entre todos esses elementos (e não apenas entre alguns desses elementos) é o traço distintivo do processo em curso em Cidade de Deus. Mas se tivermos que reduzir ao essencial, a tecnologia social ali em gestação pode ser assim expressa: a construção combinada de uma agência de desenvolvimento local e de um arranjo socioinstitucional, em que se articulam (i) gestão de base comunitária e (ii) ação em rede entre diferentes atores e instituições atuantes no território.

Sem prejuízo de nuances e variações mais significativas, não é difícil reconhecer processos com este teor em outras iniciativas de desenvolvimento local por diversas regiões do Brasil, inclusive no ambiente urbano metropolitano<sup>12</sup>. Mas, seguindo no exemplo aqui trazido, vale chamar atenção para algumas particularidades da iniciativa em curso em Cidade de Deus.

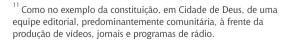
A conjugação entre o processo político (esferas de participação social e regulação de conflitos) e o processo operativo (gestão de projetos e ações no território) configura-se na relação entre um *Comitê Comunitário* interorganizacional, que tem a *Agência de Desenvolvimento* como um braço executivo, e um Fórum mais amplo, em constituição, que reflete uma rede de relações sociais e institucionais referenciada no território. A Agência é portanto um elo executivo, inserido num contexto de decisões político-estratégicas que passa pelo Comitê e, sobretudo, pelo Fórum em construção. O tema acima tratado, de *construção de novas institucionalidades para o desenvolvimento local*, ganha aqui contornos concretos e feições singulares.

Desnecessário dizer que esse processo não é, hoje, passível de ser fotografado e eternizado como uma "experiência bem-sucedida". Mas é, seguramente, identificável como um processo de fato em andamento: lá está visível e vocalizado o impulso local, como força subjetiva compartilhada, a tomar para si os rumos do próprio

desenvolvimento. Lá estão o Comitê, a Agência e o Fórum de Desenvolvimento Local em constituição. Lá estão redes sociais em acionamento.

Desafios, dificuldades, tropecos, retrocessos? São inúmeros e fregüentes. Pressões fragmentadoras não são apenas exógenas: estão entranhadas nos padrões comunitários de relacionamento, como ameacas à cooperação sem a qual nada se desenvolve. Articulações inter-institucionais se esboçam e até se aprofundam, mas estão sujeitas a intempéries e crises de confianca. E há o risco de fragmentação dos projetos, se não se consolidar uma mobilização mais vigorosa da população local. Todavia, são grandes os sinais de persistência e é dessa luta que advém o potencial de transformação e sustentabilidade de iniciativas como a de Cidade de Deus. Não há como reduzir processos dessa natureza a uma engenharia organizacional: estamos diante de uma dinâmica cheia de vida, que não cansa de gerar tensões e refigurações, em um ritmo que ameaca a cada momento ultrapassar a capacidade de iniciativa dos atores. Mas nada disso altera o núcleo profundo do que está em jogo: a conjunção entre o movimento de tessitura de redes sociais com base territorial e a criação de novos arranjos socioinstitucionais, para a gestão participativa e compartilhada do desenvolvimento local.

O percurso do êxito é o percurso do enfrentamento dos insucessos. As duas coisas são a mesma coisa<sup>13</sup>. Mas o reconhecimento de tecnologias sociais deve estar bem aquém e além do êxito. O acompanhamento de processos inovadores, como este que insiste em acontecer em Cidade de Deus, é fundamental para pensar a construção de tecnologias sociais no interior de um processo complexo e integrado de desenvolvimento local. O exemplo aqui abordado não precisa tornar-se desde já uma "referência de sucesso" para ser reconhecido como um caso emblemático: tudo que ali acontece contribui para equacionar o desafio da



<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Entre outros a conhecer melhor, vale citar dois exemplos com acúmulos significativos, em áreas de grandes cidades metropolitanas: as dinâmicas de desenvolvimento local na Península de Itapagipe (em Salvador/BA) e no Grande Bom Jardim (em Fortaleza/CE).

<sup>13 &</sup>quot;A diferença entre experiências que dão certo e outras que dão errado consiste em algo muito simples: as primeiras projetam, realizam, erram e superam suas dificuldades; as outras desistem no meio do caminho. Experiências de êxito, que se tornaram exemplares, colecionaram uma série de problemas ao longo de sua trajetória. O êxito, portanto, não foi a ausência de insucessos, mas a capacidade de superação encontrada". Lassance Jr, A; Pedreira, J. "Tecnologias sociais e políticas públicas". In: Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

inclusão/transformação social em contextos que apresentem similaridades, em particular no ambiente urbano metropolitano e em suas áreas mais estigmatizadas.

## Caminhos estratégicos

A questão principal não é tanto atribuir a identidade de tecnologia social ao campo de construção de agências de desenvolvimento local, quando estas combinam, mais do que interação com a comunidade, o protagonismo local, ação em rede e gestão compartilhada. Isto é conceitualmente justificável e politicamente relevante, mas não é o foco a destacar aqui.

E qual é este foco? Essencialmente, é a percepção do potencial de incremento e articulação de tecnologias sociais – em especial no campo da economia solidária – capaz de se efetivar no interior de dinâmicas integradas de desenvolvimento local, alimentadas por esferas públicas ampliadas e efervescentes no território.

Este potencial pode não ser, de fato, passível de demonstração imediata. Mas sua concretização em diferentes localidades – e Cidade de Deus é um exemplo desse desafio – já representaria um patamar superior de experimentação, apoiado historicamente no acúmulo de iniciativas locais, especialmente as de caráter mais articulado e sistêmico, vivenciadas sobretudo nos últimos dez anos no Brasil - com seus sucessos e insucessos.

Porém, mais do que constituir um campo de experimentação, a articulação entre desenvolvimento territorial integrado e implementação de tecnologias

sociais produz uma referência abrangente para repensar nossa matriz de planejamento e implementação de políticas públicas. Matriz na qual permanece o predomínio do modelo vertical-setorial e dos fluxos dissociados dos lugares (com os territórios excluídos ou vistos de cima, o que é também excluí-los).

Não se trata, portanto, de identificação de boas práticas, mas da afirmação de uma mudança de fundo no estilo de desenvolvimento, a partir da combinação entre a tessitura de redes sociais e a apropriação territorial de meios de poder e conhecimento, combinação que é fonte de novas formas de vida social.

A perspectiva de mobilização democrática e produtiva dos territórios, como capacidade de operar mudanças desde as bases da sociedade, ilumina e fortalece o nexo entre desenvolvimento local, economia solidária e tecnologia social. Isso se dá pela afinidade de seus pressupostos e pela integração de suas expressões práticas, na singularidade de cada local.

No Brasil, não são poucos os acúmulos teóricos e iniciativas concretas que apontam já mais claramente nessa direção, a despeito de todas as resistências e bloqueios – sobretudo de cultura política. Resistências que se identificam com a reprodução das cadeias de dominação e a repetição do jogo dos fluxos separados dos lugares e da vida quotidiana.

As conexões aqui reforçadas são caminhos de transformação social e deslocamento dessas resistências. Caminhos já cheios de pegadas, trilhas e áreas pavimentadas. Caminhos possíveis, portanto, além de necessários.





Seminário Nacional de Avaliação do Proninc - Novembro de 2006

# Mercado-escola: tecnologias sociais integradas para gerar oportunidades de trabalho

Sylvia Leser de Mello, Lucia Benedito de Souza Araújo, Virginia Luz Schimidt e Felipe Vella Pateo \*

<sup>\*</sup> Equipe da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo.

"Até agora o espaço foi utilizado, em quase toda parte, como veículo do capital e instrumento da desigualdade social, mas uma função diametralmente oposta poderá ser-lhe encontrada."

Milton Santos\*\*

Em 2001, quando Marta Suplicy assumiu a prefeitura de São Paulo, um de seus primeiros atos foi criar o programa Oportunidade Solidária, oferecendo bolsas para alguns milhares de pessoas. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP) foi uma das instituições que se candidataram a trabalhar no programa, que tinha como objetivo sensibilizar para a economia solidária e incentivar a formação de grupos capazes de criar empreendimentos autogestionários para a geração de trabalho e renda.

Nunca havíamos tido a experiência de trabalhar com um número tão grande de pessoas ao mesmo tempo. Também não havíamos trabalhado com pessoas que se reuniam pela primeira vez, desconhecidas umas das outras, sem qualquer relação mais orgânica, nem mesmo de vizinhanca. Embora reconhecendo que a idéia de comunidade é problemática por sua polissemia, naquela situação qualquer idéia de comunidade podia ser afastada. Mas não só isso. Os grupos eram compostos por pessoas com experiências de vida muito diferentes no que tange ao trabalho: pessoas que recebiam a bolsa porque já estavam desempregadas há mais de dois anos, outras estavam aposentadas ou haviam passado da idade de conseguir um emprego formal, e por jovens que não tinham ainda acesso ao mercado formal de trabalho porque este é incapaz de absorvê-los.

A ITCP enfrentou esse desafio com muita disposição. Acreditávamos que esse seria apenas um momento inicial e que, em seguida, poderíamos incubar os grupos que aí surgissem com o apoio de políticas públicas da prefeitura, inclusive com o suporte financeiro indispensável para dar a condição inicial de sustentabilidade aos grupos.

O programa distributivo nunca chegou a configurar com clareza a segunda fase que, então, seria emancipatória. Contava-se com a reeleição de Marta Suplicy para a continuidade do programa e seu desdobramento. Essas

previsões (ou anseios) não se realizaram e os resultados do programa distributivo não foram satisfatórios. Mas, da perspectiva da economia solidária, esse resultado já era esperado: não é possível transformar, com a premência inerente ao tempo político, homens e mulheres dramaticamente marginalizados durante décadas, em empreendedores capazes de superar a sua condição com seis meses ou um ano de bolsa e cursos bem intencionados. mas insuficientes, sobre as virtudes do cooperativismo ou da economia solidária. As dificuldades nos pareceram insuperáveis, dada a fragilidade dos grupos que se interessavam em produzir alguma coisa, fragilidade dos lacos sociais que se criavam entre as pessoas, fragilidade oriunda da mais extrema pobreza e da necessidade de obter o sustento o mais rápido possível, fragilidade das habilidades que possuíam para, a partir delas, e sem qualquer capital, criar um empreendimento sustentável. O descaso e o abandono não são reversíveis em tempo tão curto quando se mantém os padrões de concentração de poder e de renda próprios à sociedade capitalista.

Diante das dificuldades que a ITCP constatou no trabalho com mais de mil pessoas, e com a interrupção dos programas da prefeitura, era preciso encontrar novos caminhos, pois mesmo atuando dentro dos padrões exigidos pela exigüidade do tempo e a ênfase quase escolar do programa, alguns grupos se haviam formado e pediam incubação. As pessoas são o centro da economia solidária e se deixássemos de lado suas necessidades ou os sonhos para os quais havíamos contribuído, estaríamos negando nossa própria presença junto a elas e



Santos, Milton Pensando o Espaço do Homem, Hucitec, São Paulo, 1997, p.53

estabelecendo, mais uma vez, a cisão entre o discurso e a prática. Mas fomos obrigados a rever a nossa forma básica de atuação – a incubação de grupos. A hipótese de trabalho que norteou o novo projeto, posteriormente apoiado pelo Proninc, teve que partir de considerações que abrangiam a região em que estávamos trabalhando, mais do que exclusivamente os grupos que vinham se formando. Também a acão da ITCP padece das contradições presentes na sociedade como um todo e que são visíveis, em especial, nos bairros periféricos. O real comparece com toda a sua complexidade e demanda decifração que preceda a ação, de modo a não torná-la ineficaz ou muito insuficiente. Pedia-se da ITCP um confronto com os problemas reais que a população local nos colocava, compreendendo-os como enigmas que eram, de fato, experiências de vida das pessoas e desafios para nós. Era preciso sistematizar de novo tudo o que havia sido aprendido durante esses anos de trabalho de incubação de grupos, não apenas sobre o que é a economia solidária, mas como ela pode ser; não apenas sobre quem são as pessoas com as quais queremos trabalhar, mas quem somos nós, da universidade, por que estamos ali, e como trazemos conhecimentos que possam contribuir para o processo emancipatório dos grupos. Não pode haver ambigüidade sobre essas questões. Porque, se não tivermos clareza sobre o caráter de nossa intervenção, podemos perder de vista a origem e a ligação essencial com a universidade. Partimos de uma formação universitária multidisciplinar que envolve formação teórica e metodológica que são o alicerce sobre o qual assentamos nossa intervenção, sem o qual ela não se distinguiria de tantas outras. Ela é essencialmente educacional, compreendendo-se educação, como queria Paulo Freire, como "prática da liberdade". Um processo pedagógico não autoritário no qual a liberdade se estabelece na relação entre incubados e incubadores, numa troca de saberes, mas também, e talvez sobretudo. no reconhecimento mútuo da igualdade.

Plenamente conscientes de que o conhecimento nas ciências sociais advém da reflexão sobre a prática que, por sua vez, tem início na necessidade de pôr em confronto idéias e teorias, imaginamos que o apoio aos grupos pudesse vir da própria comunidade – os bairros onde residiam as pessoas – e de instituições que já atuavam na região. Assim nasceu a proposta da Rede da Zona Sul¹, que poderia ser pensada como uma estratégia de incubação com características que se aproximavam das propostas de desenvolvimento local, pois envolviam a consideração e o conhecimento do local, entendido como distrito, do ponto de vista administrativo, ou como bairro, do ponto de vista de seus habitantes. O bairro pressupõe, por parte de seus habitantes, aquilo que Henry Lefebvre denominou "investimento afetivo" que, segundo ele "é o

processo pelo qual um indivíduo ou um grupo valoriza um objeto, investe nele sua energia afetiva, suas capacidades de ação procurando fazer dele alguma coisa à sua imagem, com a sua marca, procura fazer dele a sua obra."<sup>2</sup>

Para um primeiro encontro, convidamos todas as instituições que atuavam na região e que nos foi possível identificar. Apresentamos nosso projeto e fomos recebidos, com moderado entusiasmo, senão com desconfiança³ por algumas das instituições presentes, e que ainda hoje trabalham conosco nos desdobramentos do projeto Rede

Essa experiência da ITCP foi fundamental para encontrar novos caminhos, deu mais clareza ao nosso percurso. Desde então consideramos que seria inviável trabalhar em todas as regiões da cidade de São Paulo, o que seria dispersivo demais, dadas as proporcões do município. Deliberadamente, mobilizamos nossos esforcos na direcão de atuar na zona sul da cidade, nos distritos de M'boi Mirim e de Campo Limpo, que passamos a denominar, genericamente, de Zona Sul. Acrescentamos o mapa do município para ajudar a visualizar tamanho físico do nosso problema: a USP e a ITCP estão situadas no distrito do Butantã, cuja contiguidade com os distritos nos quais trabalhamos só é pequena no mapa. Na verdade, as distâncias são grandes, mesmo dentro da própria região, o que, às vezes. inviabiliza o deslocamento dos moradores.

O município de São Paulo ocupa uma área de 1.059 km2, dividida em 31 subprefeituras e 96 distritos municipais. A cidade conta com, aproximadamente, 11 milhões de habitantes (estimativa de 2005), concentrando mais de 50% da população da região metropolitana de São Paulo e pouco mais de 6% da população do Brasil.

Nem sempre os números são os melhores indicadores para avaliar realidades que são, sobretudo, humanas. Para oferecer uma idéia aproximada da região onde trabalhamos podemos usar dados censitários, avaliações de urbanistas, trabalhos de sociologia, de história, de antropologia social, de psicologia, de filosofia e de política. Porém, fomos levados a considerar que os dados numéricos também refletem a realidade da região e nos ajudam a ter mais clareza quanto às potencialidades e aos limites de nosso trabalho. Assim, eles podem nos ajudar a dimensionar o problema.

Daqui para frente identificada apenas como Rede

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Lefebvre, Henry Du Rural à l' Urbain, Anthropos, Paris, 1970, p.198

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> A desconfiança é plenamente justificada, pois muitas instituições se aproximam das populações pobres, que são vulneráveis a qualquer oferta de auxílio. Nem sempre as instituições permanecem ou, de fato, trazem qualquer contribuição eficaz no combate à pobreza e à marginalização.



Figura 1. Mapa do município de São Paulo

Dados censitários da população dos distritos de Campo Limpo e M'BoiMirim:

Unidade Territorial	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Campo Limpo	12702	34.810	123.903	261.334	395.544	505.969
Campo Limpo	5.932	15.803	54.555	110.556	159.471	191.527
Capão Redondo	5.153	14.536	57.259	128.194	193.497	240.793
Vila Andrade	1.617	4.471	12.089	22.584	42.576	73.649
M'boi Mirim	10.903	30.754	121.141	271.214	382.657	484.966
Jardim Ângela	4.325	12.199	48.052	107.580	178.373	245.805
Jardim São Luis	6.578	18.555	73.089	163.634	204.284	239.161

Fonte: Sítio da Prefeitura Municipal de São Paulo

www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a\_cidade/numerosdacidade/index.php



Em conjunto, os dois distritos possuem uma população de guase um milhão de habitantes, um terco deles vivendo em favelas. São regiões, portanto, densamente habitadas, cujo processo de urbanização e de densificação da população, como pode ser apreciado pelos números da tabela, é muito rápido, pois a cada dez anos a população dobra de volume, enquanto em outros distritos da cidade ela chega a diminuir. Nos últimos vinte anos, não é apenas a afluência de migrantes que faz a população dessas áreas aumentar. Alguns fatores contribuem também para isso: os índices de natalidade, ainda muito altos na região; a diminuição das possibilidades de encontrar moradia em áreas mais centrais, criando uma verdadeira migração da população pobre dentro dos espaços da cidade; a demanda de moradias que faz com que grandes áreas se abram para a formação de loteamentos populares, nem sempre regulares ou legais; áreas que não são de todo passíveis de lotear, como várzeas e principalmente a região da represa Guarapiranga (protegida pela Lei de Mananciais), são ocupadas por famílias que não têm para onde ir, dando origem a agrupamentos muito precários que são conhecidos como favelas.4

Às dificuldades de moradia soma-se a diminuição drástica dos níveis de emprego que tornam essa população ainda mais marginalizada, condição que se reflete diretamente nos índices de violência, de mortalidade infantil e materna, aumento do número de jovens grávidas, bem como no crescimento dos índices de analfabetismo funcional. No Jardim Ângela, por exemplo, os chefes de família sem renda representavam, em 2005, 19.8% da população. Acrescente-se a esse quadro uma séria agressão ao meio ambiente, pois a urbanização se expande mais rapidamente do que é possível acompanhar na criação da infra-estrutura, como esgotos e iluminação, e a cobertura vegetal desaparece, deixando rios e riachos vulneráveis às enchentes. No distrito de Campo Limpo há 15 áreas com risco de desabamento. "Em períodos de fortes chuvas, a região é assolada pelas cheias de córregos como o Pirajussara e o Freitas, muito em função do despejo de entulho que a população faz em locais irregulares."5

Essa descrição breve e parcial não é exclusiva do distrito de Campo Limpo. Ela se repete, com poucas variações, para a maior parte dos distritos que cercam o centro de São Paulo e compõem um imenso cinturão de pobreza e exclusão. Mais uma vez Lefebvre:

"A urbanização que se estende até os campos é uma urbanização degradada e degradante. Em vez de absorção e reabsorção do campo pela cidade, em vez da superação da oposição entre ambos, há deterioração recíproca: a cidade rebenta pelas periferias e a aldeia decompõe-se; o incerto tecido urbano que prolifera nos vários países tem como resultado um magma informe (...)". 6

Também a população se apresenta, a nossos olhos, de início, como esta massa informe. Somente a experiência do convívio em seu próprio espaco vai revelando as diferenças, as individualidades, a originalidade de cada um. O nosso olhar deve ser capaz de reconhecer, no ambiente degradado, a forte presenca do humano com todas as suas contradições. O reconhecimento dessa presenca é a marca que diferencia a economia solidária. A experiência inicial de 2003 e a constituição da Rede da Zona Sul. em 2004, nos permitiram conhecer de perto alguns locais e a situação de vida de seus habitantes. A partir desse conhecimento e das condições econômicas reais dos distritos de M'Boi Mirim e Campo Limpo, avaliamos que era necessário ampliar a atuação da ITCP no fomento e desenvolvimento de empreendimentos de economia solidária. A incapacidade de sustentação dos grupos que se formaram tinha raízes mais profundas do que eles próprios. Havia enorme dificuldade de se gerar renda a partir do fornecimento de produtos e serviços numa região que ocupa um espaco marginal dentro da distribuição de renda do município. Mesmo que a carência de bens e servicos seja uma realidade local, o baixo poder de compra e os altos índices de exclusão representam uma forte barreira ao desenvolvimento de qualquer atividade local. No distrito de Campo Limpo, por exemplo, quase 14% dos chefes de família não tinham qualquer espécie de rendimento. São, portanto, regiões onde o dinheiro é escasso e é criar condições mínimas de proteção para os empreendimentos de economia solidária.

Além de escasso, o dinheiro existente na região escoa rapidamente. Fazia parte da estratégia do Programa Oportunidade Solidária a criação de um "choque de demanda" na região a partir da injeção de dinheiro através das bolsas dos programas redistributivos. Essa injeção de dinheiro aconteceu efetivamente, visto que os beneficiários recebiam a bolsa, mas não se traduziu em um choque de demanda na região que pudesse absorver a produção dos empreendimentos de economia solidária nascentes no local.

A explicação para este fato encontra-se na dinâmica da circulação de renda e mercadorias na região metropolitana de São Paulo. Existe aí uma relação de



<sup>4</sup>Nome do Distrito: População residente em favelas (Campo Limpo: 22.133; Capão Redondo: 37.357; Jardim Ângela: 34.875; Jardim São Luiz: 46.905 e Vila Andrade: 24.742)

http://portal.prefeitura.sp.gov.br/subprefeituras/spcl/dados/hitorico/0001

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Todas as informações foram retiradas do site da prefeitura de São Paulo

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Lefebvre, Henry - O Pensamento Marxista e a Cidade, Ed. Ulisséia, Póvoa de Varzim, s/d, p.160

troca desigual entre a periferia e o centro da cidade. A periferia oferece, por meio de seus moradores, serviços de baixo valor agregado e especialização, e consome produtos acabados, geralmente de grandes redes varejistas que abrem suas filiais no local. A parcela da renda que se destina a este consumo "escapa" do local, originando a "sangria dos meios de pagamento", em que o dinheiro injetado na região escoa rapidamente para o centro, sem aquecer a economia local nem gerar oportunidades de trabalho.

Feito esse diagnóstico, abrem-se duas possibilidades: a incubação de empreendimentos voltados para o mercado externo à região ou a criação de condições para que os empreendimentos incubados consigam viabilizar-se a partir da produção para o mercado interno. A metodologia desenvolvida pela ITCP-USP concentrou-se na segunda alternativa, por possibilitar a realização de transformações mais profundas na região trabalhada, mas sem deixar de lado as oportunidades de venda para fora que, de qualquer forma, serão maiores à medida que os empreendimentos possam passar por um processo de consolidação.

Pensamos que seria fundamental, no âmbito da Rede Solidária da Zona Sul, e para além dela, traçar estratégias que pudessem constituir-se em auxiliares no processo de incubação de empreendimentos produtivos, e que adquirissem também relevância própria, atuando sobre um ou mais segmentos do movimento de realização do capital e sobre o processo de sociabilização e sensibilização para a economia solidária dos moradores da região. Estas estratégias permitem a efetivação de uma rede de relações associativas entre os grupos e outros atores da localidade, que ocupam e (re)constroem os espaços da comunidade.

Das primeiras estratégias a serem implementadas, podese destacar aqui o clube de trocas, com o uso de *circulante local*, apresentando o objetivo estratégico de incentivar e privilegiar o consumo e a venda dentro da região, proporcionando o florescimento de um dinamismo interno, a partir da emissão monetária em uma região economicamente deprimida.<sup>8</sup>

A emissão desta moeda local, a que denominaram Futuro, vem, desde o início, possibilitando aos moradores da região o desenvolvimento de sua criatividade e capacidade produtiva, pois, como é uma moeda abundante e não escassa, eles encontram maior facilidade de escoamento de seus produtos. Além disso, como esse é um mercado cooperativo e não competitivo, ele propicia o trabalho coletivo, uma vez que a presença de produtos semelhantes vem levando os seus produtores a conversar e associar-se, primeiramente trocando informações sobre técnicas produtivas e fornecedores e, posteriormente, encontrando condições para o trabalho coletivo. No

mais, como todas as decisões referentes à moeda Futuro e ao funcionamento do mercado no qual circula são tomadas em assembléias democráticas, os produtores que participam do clube de trocas já se habituaram ao ambiente autogestionário.

Frente a nossas primeiras experiências com o clube de trocas, pareceu-nos que seria possível propor a criação de um "mercado" protegido para os empreendimentos que vínhamos incubando, até que tivessem condições de fazer frente ao mercado competitivo das empresas capitalistas. Pareceu-nos que um clube de trocas, em início de funcionamento, ofereceria a situação ideal para desenvolver aquelas condições. Isto porque além de uma oferta reduzida de produtos e serviços, devido à pequena divulgação da proposta, a demanda por eles é grande, porque as necessidades, não mais reprimidas pela escassez monetária graças à circulação da moeda social, podem ser satisfeitas com maior facilidade.

Dentro deste mercado, os grupos incubados realmente encontraram facilidades para escoar sua produção, mas também encontraram uma grande limitação: com a moeda social adquirida os grupos não conseguiam comprar matéria-prima no mercado convencional para continuar sua produção e manter a participação no clube.

Esta e outras dificuldades foram discutidas nas reuniões da Rede Solidária da Zona Sul, que já havia criado uma comissão específica para tratar do clube de trocas. As discussões desta comissão caminharam no sentido de propor a introdução de matéria-prima no clube de trocas, não através de doação, mas com oferecimento de microcrédito. Essa metodologia foi denominada mercado-escola, constituindo-se em uma tecnologia social que propõe a integração entre três tecnologias sociais pré-existentes, a incubação de empreendimentos de economia solidária, a moeda social e o microcrédito. Para realizar a cessão deste microcrédito de forma autogestionada, pensou-se na criação de um banco de trocas solidárias, um banco comunitário gerido pelos próprios tomadores do empréstimo. É necessário, de início, um financiamento em reais que possibilite, aos grupos tomadores do empréstimo, a compra de matéria-



<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> A expressão refere-se à troca desigual entre centro e periferia na economia global, como no caso do escoamento de reais do Brasil para pagamento da dívida externa. Neste texto a relação proposta é entre centro e periferia no âmbito da metrópole.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Os clubes de troca constituem meio bem conhecido de auxílio, no desenvolvimento produtivo de localidades sem capacidade de adquirir produtos, ou de vender a sua produção, dada e escassez de moeda. Associado à criação de uma moeda social, vem dando resposta a alguns problemas de regiões muito pobres.

prima e equipamento para sua produção. O empréstimo inicial é pago de forma parcelada pelos empreendimentos, que podem fazê-lo utilizando-se de moeda social adquirida no clube de trocas. Posteriormente ao primeiro empréstimo, no período de um ano, o Banco de Trocas Solidárias (BTS) continuará disponibilizando a compra de matéria-prima por meio da moeda social.

Espera-se que, dessa maneira e, em um ano, o empreendimento consiga, ao menos, garantir o giro do ciclo producão-comercialização-consumo-produção, promovendo a melhoria contínua da qualidade do produto, de modo que, ao fim deste ciclo esteja apto a vender no mercado convencional. Além disso, como os empreendimentos incubados pertencem ao clube e lá oferecem a sua produção, é possível garantir produtos de qualidade para a troca. Espera-se também que, acabando o fornecimento de matéria-prima, o empreendimento continue participando do clube, pois tem interesse na compra dos demais produtos ali oferecidos. Esta tecnologia social foi aplicada pela primeira vez em 2005. com recursos da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo para a capitalização do Banco de Trocas Solidárias. Com o sucesso da prática, buscamos sua expansão através da reaplicação da tecnologia social com o pedido de um financiamento à Rede de Tecnologia Social (RTS). No entanto, esta reaplicação foi seriamente comprometida pelo corte realizado nos recursos a serem aplicados no BTS, impedindo a efetivação do microcrédito, crucial para o funcionamento da metodologia. Somente agora é que temos a expectativa de mais recursos para a efetivação do microcrédito. Mas O município de São Paulo ocupa uma área de 1.059 km2, dividida em 31 subprefeituras e 96 distritos municipais. A cidade conta com, aproximadamente, 11 milhões de habitantes (estimativa de 2005), concentrando mais de 50% da população da região metropolitana de São Paulo e pouco mais de 6% da população do Brasil o período de incubação do empreendimento, anterior ao crédito, vem sendo utilizado na formação para os grupos, para que se apropriem da metodologia e se familiarizem com o funcionamento do clube de trocas, contribuindo para que todos os envolvidos possam participar efetivamente na tomada de decisões a serem realizadas pelo BTS.

Complementarmente ao clube de trocas, o clube de compras vem funcionando como estratégia de redução da "sangria dos meios de pagamentos", através da associação para a redução dos custos dos alimentos trazidos de fora, e também dos insumos dos empreendimentos acompanhados.

Para pôr em movimento esta estratégia, foi realizada uma pesquisa sobre o consumo local, em parceria com a associação de moradores de um conjunto habitacional.

Paralelamente, foram mapeados produtores e revendedores no atacado, enfatizando os principais itens do orçamento das famílias onde o questionário foi aplicado.

Temos encontrado dificuldades para conseguir a redução do custo, principalmente devido ao subsídio que é dado aos alimentos da cesta básica e, para solucioná-las, está se realizando um grande trabalho de mapeamento de produtores, especialmente na região periurbana de Parelheiros, extremo sul da cidade de São Paulo, região próxima àquelas nas quais o projeto se desenvolve, na tentativa de trazer os produtores para oferecerem seus produtos diretamente aos consumidores no clube de trocas. Não obstante as dificuldades, uma experiência de clube mantém-se em funcionamento, ainda com o subsídio do transporte e de doações, o que vem permitindo a sistematização dos registros e a formação de uma equipe para realização de trabalhos como a separação de alimentos em embalagens menores.

Além dessas estratégias de articulação econômica, estamos efetivando movimentos para o enraizamento da economia solidária no local, partindo do princípio de que o processo de incubação da Rede Solidária da Zona Sul deve culminar com a construção de sua autonomia, capacitando-a a exercer o papel de articulação e fomento da economia solidária na região, bem como dar apoio à autonomia dos empreendimentos que a ela se associem.

Para tanto, a existência de um espaço físico na região é essencial. Há muito desejado, só conseguimos obtê-lo em 2005, tornando efetiva a presença da ITCP na região. Ele dá mais legitimidade ao nosso trabalho, enraíza a economia solidária. E, bem no sentido apontado por Lefbvre, os trabalhadores se apropriam do espaco, investem nele sua energia afetiva e passam a valorizá-lo, enquanto espaço físico, é evidente, mas sobretudo como espaco humano produzido por eles mesmos, contendo realizações, ambições e amizade. Mas, nesse lugar comum a todos, o corrente conteúdo individual e solitário das realizações, que leva à competição própria da sociedade capitalista, tende a desaparecer. Ele é, desde o começo, coletivo e assim se apresenta aos trabalhadores, como um avanço na compreensão prática da democracia, efeito tangível da criação de um espaço de igualdade e de livre discussão.

O Centro de Referência serve para acolher as atividades

	Diretamente	Indiretamente
Grupos Produtivos	50	200
Clube de Compras	100	400
Clube de Trocas	20	80
Rede Solidária	15	*500
Curso de ALES	30	*700

#### Atuação da ITCP-USP na Zona Sul, em números

\* Nos dois casos foram considerados como atingidos indiretamente os participantes das entidades que fazem parte das associações representadas.

215

\*\* Algumas das pessoas estão contadas duas vezes por estarem presentes em mais de um espaco

da Rede e, ao mesmo tempo, para levar a economia solidária aos trabalhadores da região. A falta de um espaço para realização de formações, eventos, reuniões, e mesmo para produção, sempre foi uma das grandes dificuldades encontradas no nosso trabalho. O projeto RTS permitiu a consolidação do Centro de Referência em Economia Solidária da Zona Sul dando recursos para mobiliar e equipar o espaço e até mesmo para constituir uma (ainda) pequena biblioteca. Atualmente, ampliando o seu potencial político, ele já vem sendo utilizado como espaço público e democrático, para a realização de reuniões de outras entidades e redes setoriais locais.

Total\*\*

A existência do Centro de Referência (CR)<sup>9</sup>, onde dois grupos exercem a sua atividade produtiva, vem potencializando sobremaneira a articulação dos grupos e da própria Rede, pois eles vêm podendo encontrar-se cotidianamente. Um bom exemplo foi a decisão tomada pela Rede de realizar um evento denominado "Macarronada Solidária", quando conseguiram um fundo para a participação dos grupos em feiras, cuja regra de utilização foi acordada na própria reunião.

Uma grande conquista foi a realização de uma reunião de planejamento da Rede Solidária da Zona Sul sem a presença da ITCP-USP, a pedido dos próprios grupos e associações, e a partir do reconhecimento deles mesmos de que encontram dificuldades em levar propostas próprias e reconhecer suas necessidades, discordando dos formadores da ITCP. Nessa reunião puderam perceber as dificuldades que a ITCP-USP enfrenta no trabalho de organizar reuniões, de mediar conflitos no grupo e lidar com a falta de compromisso de alguns atores.

Exemplo da apropriação do CR pela Rede Solidária é o fato de estarem organizando uma festa para arrecadar fundos e realizar a reforma do espaço, em forma de mutirão, com a contribuição de todos, para torná-lo de fato um espaço

de cuja construção participaram e no qual se reconhecem.

1880

Por fim, a rede tomou parte ativa no planejamento do curso de agentes locais de economia solidária (ALES) e da elaboração e organização do seminário sobre desenvolvimento local, para fazer o lançamento do curso no Campo Limpo. Os membros da Rede se encarregaram da divulgação e convidaram representantes do poder público local para falar sobre as políticas públicas para a geração de trabalho na região, já vislumbrando intersecções com a incubadora. Um dos mais interessantes aspectos desse seminário foi o envolvimento com a escola pública local, o Centro de Educação Unificado (CEU), construído na gestão de Marta Suplicy, que cedeu seu espaço para a realização do seminário.

A possibilidade de remuneração destes agentes locais, parte do projeto RTS, será um grande passo para consolidar ainda mais as ações dos moradores na região. Esses agentes locais serão escolhidos pela Rede e prestarão contas a ela após a conclusão do curso, que tem duração de três meses e vem contando com a presença de professores da USP e de outras universidades. Os temas, escolhidos em reunião da Rede e da ITCP, abrangem educação popular, cultura solidária, economia solidária, desenvolvimento local, políticas públicas, sustentabilidade ambiental, sustentabilidade econômica e elaboração de projetos.

O curso está sendo frequentado por trinta moradores da



<sup>9</sup>A ITCP e outras entidades, juntamente com secretarias da prefeitura, estão empenhadas na criação de mais dois centros de referência: no Butantã e em Parelheiros.

Zona Sul, dentre educadores, líderes comunitários e jovens envolvidos com projetos sociais. Destes, cinco serão escolhidos para receberem remuneração freqüentando um segundo módulo do curso, que consta de metodologias de incubação, quer de grupos produtivos quer de estratégias para disseminação da economia solidária. A participação é intensa nas discussões, na leitura dos textos e na avaliação que o grupo faz das diferentes aulas.

Dentre as muitas observações que se podem fazer a partir da experiência da incubação em rede, algumas se impõem de imediato: as redes constituem importante espaço de formação política para as pessoas que dela participam. Isso reflete diretamente no empreendimento, pois com os debates na reunião de incubação, aqueles que representam o grupo na Rede aprendem a tornar claras e defender suas opiniões, além de se sentirem fortalecidos para, quando necessário, questionar atitudes da liderança do empreendimento quando esta não se mostra democrática. Dessa forma, a liberdade que possibilita a troca de informações para trazerem à discussão pontos de vista divergentes, assegura a qualidade democrática dos empreendimentos e do espaço da Rede. Aprende-se praticando o que é autogestão.

Além disso, essa metodologia vem apresentando outros

resultados concretos, tanto na consolidação econômica dos grupos quanto no desenvolvimento de uma articulação política organizada pró-economia solidária, surgindo da base, pautando o poder público local e se organizando para participação nos fóruns municipal e estadual de São Paulo, espaço no qual já conseguiu a vitória de obter uma representante da rede enquanto agente de desenvolvimento no Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES), da Secretaria Nacional de Economia Solidária / Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE).

A simples presença do Centro de Referência e da Rede, espaço concreto e simbólico 10, tem atraído novas demandas, de prefeituras e ONGs, que vêm apresentar seus projetos e solicitar parceria com ITCP/USP. Acreditamos que isto significa a disseminação das idéias da economia solidária em um espaço urbano, de população densa, e carregado de contradições, a partir de um pequeno grupo de alunos da Universidade de São Paulo que, vivendo com convicção as idéias da economia solidária e as idéias de Paulo Freire sobre educação, encontrou nos habitantes daqueles bairros, tão maltratados, os firmes companheiros necessários para a difícil tarefa da emancipação.



<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> " o espaço social distingue-se das formas vazias pelo próprio fato de sua cumplicidade com a estrutura social. Eis porque, com o desenvolvimento das forças produtivas e a extensão da divisão do trabalho, o espaço é manipulado para aprofundar as diferenças de classes. Esta mesma evolução acarreta um movimento aparentemente paradoxal: o espaço que une e separa os homens." Santos, Milton Ob.cit, p.21



COOPEREI, cooperativa incubada pela Unisinos

# A necessidade de um enfoque tecnológico na economia solidária: fábricas recuperadas e cooperativas populares na América Latina

Henrique T. Novaes\*
Milena P. Serafim\*\*



<sup>\*</sup> Doutorando em Política Científica e Tecnológica Unicamp. hetanov@yahoo.com.br

<sup>\*\*</sup> Mestranda em Política Científica e Tecnológica Unicamp. milena@ige.unicamp.br



## Introdução

Neste artigo, procuramos sistematizar algumas das contribuições do Grupo de Análise de Política de Inovação (GAPI) da Unicamp. Partimos do pressuposto de que a questão da tecnologia ainda não ganhou o espaço que merece nos profundos debates que estão ocorrendo todos os dias no campo da economia solidária (ES).

Para contextualizar o problema, o artigo faz um panorama das mudanças e permanências nas fábricas recuperadas (FRs) na América Latina. Em menor medida, retrata também a questão tecnológica nas cooperativas populares (CPs).

Um esclarecimento se faz necessário. Há diferenças entre as FRs e as CPs que têm a ver com a ausência de uma memória industrial por parte dos trabalhadores das CPs, a maior instabilidade das CPs se comparada com as FRs e a maior complexidade das FRs, tendo em vista o número de trabalhadores envolvidos. No entanto, mesmo reconhecendo estas diferenças, o artigo retrata os pontos recorrentes no debate sobre a tecnologia nas FRs e CPs.

Por outro lado, ainda dentro das linhas de pesquisa do GAPI, mostraremos alguns dos resultados de nossas pesquisas sobre as políticas públicas para a promoção do cooperativismo em quatro países da América Latina (Argentina, Brasil, Venezuela e Uruguai). A conclusão parcial a que chegamos nos leva a crer que há muito mais continuidades na descontinuidade das FRs e CPs do que o oposto e uma baixa interação entre a política científica e tecnológica (PCT) e a política pública para a inclusão social. Isso se reflete na falta de enfoque tecnológico nos empreendimentos de ES.

Antes de abordar estes itens, com o objetivo de fundamentar a argumentação, acreditamos que seria necessário retratar o surgimento do movimento de ES em

contraposição à forma convencional de produção, consumo e distribuição de riqueza, e colocar o problema do enfoque tecnológico para depois detalhar aquelas questões. Encerramos o artigo com algumas considerações finais e propostas de mudanças.

## Conformação do movimento de Economia Solidária

O mundo foi palco, nos anos 1980, de uma generalizada crise sócio-econômica que deu origem a inúmeras estratégias por parte do capital para a recomposição da sua taxa de lucro. Na América Latina, o aumento do endividamento externo, acompanhado pela segunda crise do petróleo, conformou neste período fortes mudanças na estrutura sócio-política, que redundaram em elevada concentração de renda, esgarçamento do tecido social e no reforco da exclusão social.

Na década de 1990, vivemos outra estagnação econômica, processos de abertura comercial e a aplicação das políticas arquitetadas pelo Consenso de Washington e consentidas pela nova correlação de forças de centrodireita que deu origem a estes processos. A América Latina foi desindustrializada e desnacionalizada, tornando-se uma colônia moderna.

É também na década de 1990, em troca do *apoio* internacional para a confecção destas políticas e da estabilização monetária, que a América Latina recebe grandes fluxos de capital financeiro de curto prazo (Dos Santos, 2000).

As respostas dadas a esta crise pelos Estados latinoamericanos foi chamada pelos cientistas sociais de modelo neoliberal. Uma solução apontada pelo neoliberalismo para a crise fiscal foi a redução gradativa da atuação do Estado em certas funções. Entre outras, é nessa época que o Estado *produtor* de bens e serviços é taxado de *ineficiente*. Alguns autores latino-americanos resumiram esta questão na seguinte expressão: estado mínimo para os trabalhadores e estado máximo para o capital.

A adoção de políticas de ajustes estruturais pela América Latina, na década de 1990, aprofundou o desmantelamento da estrutura salarial e trabalhista e a perda de direitos sociais e da proteção social adquirida (Dupas, 1999; Svampa, 2003), conformando assim um aumento do desemprego, do subemprego e, em linhas gerais, da exclusão social e da dependência (Dos Santos, 2000).

No Brasil, a já citada abertura comercial e a valorização cambial iniciada com o Plano Real, resultaram no barateamento dos produtos importados, na queda da inflação, nos processos de reestruturação produtiva (Leite, 2003) das empresas e na desestruturação produtiva (Oliveira, 1994) da indústria brasileira. No plano político, o Brasil experimentou a chamada *transição transada*. Saímos de uma ditadura militar e aprofundamos nossa plutocracia.

Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar -PNAD/ IBGE (IPEA, 2007), o Brasil, de 1995 a 2003, presenciou o crescimento acentuado do desemprego, que saltou de 6,2% para 10%. A informalidade cresceu. A taxa de trabalhadores sem carteira assinada (incluindo aqui os que trabalham por conta própria) chegou a 47,2% em 2002. A renda média real dos trabalhadores brasileiros caiu 21,88%, entre 1996 e 2002 (IPEA, 2007). Como o Brasil, o restante da América Latina também sofreu o crescimento das mazelas sociais. Neste contexto de avanco da barbárie social, surgiram e vêm surgindo na América Latina inúmeras formas de resistência da classe trabalhadora frente ao desemprego e ao subemprego. Em outras palavras, em contraposição à exclusão dos trabalhadores do mercado de trabalho, à forma de produção e consumo voltada para a reprodução ampliada do capital e para a precarização do trabalho, surgiu o movimento de Economia Solidária (ES). Ela é uma "resposta ao processo de crise de reestruturação do capitalismo" (Bocayuva, 2006, p. 24). A vertente mais à esquerda da ES busca, com base no associativismo e no cooperativismo que aponta para o autogoverno pelos produtores associados, construir uma nova forma de produção e consumo, pautada na autogestão, na valorização e emancipação do ser humano.

A definição do que é a ES ainda é motivo de muitos debates calorosos. Como não poderemos travar este debate aqui, diríamos, com base na vertente mais à esquerda da ES, que esta é o resultado da retomada das lutas históricas dos trabalhadores pela sobrevivência diante do avanco da barbárie capitalista, num contexto

altamente defensivo, caracterizado por inúmeras derrotas dos trabalhadores. Cruz (2006) retrata o surgimento desta *novidade* na história da América Latina e afirma que:

"(...) o surgimento de milhares de iniciativas econômicas de tipo associativo cooperativas, associações, empresas recuperadas, instituições comunitárias de crédito, clubes de trocas etc. no Cone Sul da América Latina, a partir dos anos 90, representa a emergência de um fenômeno econômico e social que, embora guarde estreitas relações com experiência anteriores, tem características específicas, que resultaram das transformações ocorridas nas últimas décadas, tanto da economia quanto da sociedade latino-americana" (CRUZ, 2006, p.1).

É ele também um dos autores que procuram definir o que é ES:

"o conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes" (Cruz, 2006, p.69).

É evidente que Cruz (2006) observou em suas pesquisas de campo que os empreendimentos da ES não são *puros*, *perfeitos*, onde todos estes indicadores se realizam em sua plenitude. Isso nos leva a crer que as características por ele destacadas são uma espécie de *vir a ser*, e demandam um processo de transformação de longo prazo. É justamente por isso que não acreditamos serem as CPs e FRs *autênticas*.<sup>1</sup>

Dentre as transformações ocorridas nas últimas décadas, Quijano (2002) e Cruz (2006) acentuariam até mesmo o surgimento de uma nuvem anti-capitalista na América Latina. Apesar da emergência destes ventos não só anti-neoliberais, mas principalmente anti-capitalistas, é preciso reconhecer que o cooperativismo se tornou funcional ao capitalismo neoliberal, ao se tornar um negócio da China para empresas interessadas em burlar a legislação trabalhista (Tiriba, 2002). Até mesmo as cooperativas e associações que têm uma maior margem de determinação da repartição do excedente são



<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Também não são autênticas porque estão imersas no modo de produção capitalista que de uma forma ou outra lhes contamina.

funcionais a esta nova fase da acumulação de capital, que intensificou de forma avassaladora o processo de trabalho nas corporações e também levou à hiper-exploração das pequenas e médias empresas, incluso aqui as cooperativas e associações de trabalhadores (Novaes e Dagnino, 2007). Não é preciso dizer que o cooperativismo *precarizador* é visto com bons olhos pelas grandes corporações, porém combatido por muitas das vertentes da economia solidária, o que leva Tiriba (2002) a colocar a pergunta: é este o cooperativismo que queremos?

# A necessidade de um enfoque tecnológico

A construção do autogoverno pelos produtores associados prescinde de um enfoque tecnológico. No nosso entendimento, se as políticas de promoção do cooperativismo não contiverem, como um dos seus pressupostos essenciais, uma nova base cognitivatecnológica que permitirá a emancipação das CPs, das FRs, etc., elas serão limitadas. Nesse sentido, para melhor compreensão deste argumento, apresentaremos nesta seção alguns argumentos sobre a necessidade de um enfoque tecnológico para a ES.

Ao nosso ver, o marxismo do século XX deixou muito a desejar ao acreditar que as forcas produtivas poderiam ser apropriadas pelos trabalhadores e por eles usadas para outros fins. Trata-se de um debate teórico difícil de ser travado, mas que foi razoavelmente abordado pelo GAPI, no livro de Renato Dagnino (2007) e na dissertação de mestrado de um dos autores deste artigo (Novaes, 2005). Para nós, trata-se da necessidade de um olhar mais profundo, que identifique a necessidade de se levar a cabo, ao menos no que se refere às forcas produtivas, uma total reestruturação dos meios e da organização da produção. Dagnino (2007), incorporando mais uma dimensão a esta questão, ressalta a inadequação do conhecimento incluso aqui aquele gerado na universidade latino-americana - e a necessária ruptura na forma de fazer pesquisa tecnocientífica, o que nos indicaria a necessidade de reprojetamento das forcas produtivas como um todo.

No que se refere à relação entre o modo de produção, tecnologia e o conhecimento utilizado, poderíamos citar a militante e pesquisadora Vandana Shiva (2001), que parece concordar com Dagnino. Na apresentação do livro dela, Oliveira e Lacey afirmam: "Shiva é uma crítica radical dos modelos tecnológicos dominantes na agricultura e do conhecimento que os informa" (Oliveira e Lacey, 2001, p.17). Para estes pesquisadores, as quatro violências por ela denunciadas - violência contra os supostos

beneficiários do conhecimento (lavradores pobres e suas famílias), propriedade intelectual (monopólio do conhecimento), pilhagem do conhecimento e pilhagem da natureza -, são:

"decorrência não de formas particulares de utilização desse conhecimento, mas de sua própria natureza. O conhecimento reducionista serve necessariamente aos interesses da agricultura capital-intensiva e mesmo em condições socioeconômicas favoráveis não pode contribuir para projetos favoráveis à justiça social." (Oliveira e Lacey, 2001, p.17).

Acreditamos que a ciência e a tecnologia (C&T) capitalistas, muito longe de permitir a emancipação histórica da classe trabalhadora, são um instrumento do capital para fortalecer seu sistema de dominação (Novaes; Dagnino, 2004). Até aqui, há um relativo consenso. No entanto, as correntes teóricas em que nos espelhamos afirmam que as forças produtivas engendradas no capitalismo inibiriam sua *reapropriação*, trazendo para o debate de uma possível transição socialista a necessidade de uma radical reestruturação ou reprojetamento - das mesmas (Mészáros, 2002; Dagnino, 2007, Feenberg, 2002; Novaes, 2005).

Com o intuito de promover um debate até agora inexistente no âmbito da ES, Dagnino (2007) e Novaes (2005) revisitaram os estudos realizados por autores em grande parte marxistas que buscam mostrar o caráter de fetiche que apresenta a tecnologia no capitalismo, o conflito em torno da técnica e seu indeterminismo, as características trans-históricas das forças produtivas (Mészáros, 2002), os entraves engendrados pelas forças produtivas capitalistas numa eventual transição ao socialismo e a impossibilidade de se promulgar a autogestão mesmo com a tomada do poder ou a expropriação dos expropriadores.

Vale ressaltar que esta revisão bibliográfica foi necessária porque não encontramos um estudo que já tivesse sistematizado este arcabouço teórico e, também, porque a ES vem ignorando o que denominamos visão crítica das forças produtivas, como se reinasse um consenso neste campo de estudos, ou como se a visão do marxismo ortodoxo fosse a única existente (Novaes, 2005; Novaes e Dagnino, 2004).

Neste sentido, as considerações aqui expostas nestes trabalhos estão inseridas numa proposta de crítica à compreensão de que C&T são isentas de valores e seguem um caminho próprio, independente da sociedade na qual foi gerada. Uma das bases cognitivas é a contribuição de pesquisadores do campo dos Estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade - ESCTS, cujo objetivo:

"(...) é a apresentação da C&T não como um processo ou

atividade autônoma, que segue uma lógica interna em seu funcionamento ótimo, mas como um processo inerentemente social, em que elementos não técnicos (valores morais, convicções religiosas, interesses profissionais e pressões econômicas) desempenham um papel decisivo na sua gênese e consolidação" (Cerezo, 2002, p.1).

Mas de que forma os problemas levantados pelo marxismo aparecem nas unidades produtivas? Para responder esta questão, buscamos verificar em que medida a posse ou o arrendamento dos meios de produção pelos trabalhadores de FRs e CPs levou a processos de adequação sócio-técnica (AST) nos planos de software, orgware e hardware (Dagnino et al., 2004).

Para encaminhar uma resposta tanto ao problema da observação das FRs e CPs quanto à necessidade de novas formas de atuação dos assessores dos empreendimentos da ES, surgiu a proposta da AST. Ela é uma resposta, ainda que provisória, à necessidade de um marco analítico conceitual para a ES. Acreditamos que a proposta da AST pode servir como *ponte* ainda em construção, e por isso precária, entre a realidade que vigora nos empreendimentos e a utopia desejada, tanto pelos trabalhadores quanto pelos assessores da ES.

Para introduzir a proposta de AST, convém precisar que ela pode ser entendida com o concurso do instrumental de análise proporcionado pelo construtivismo social da tecnologia. Segundo esse enfoque, construção sóciotécnica é o processo mediante o qual artefatos tecnológicos vão tendo suas características definidas através de uma negociação entre grupos sociais relevantes, com preferências e interesses diferentes, no qual critérios de natureza distinta, inclusive técnicos, vão sendo empregados ao longo de um período de flexibilidade interpretativa até chegar a uma situação de estabilização e fechamento (Bijker, 1995).

Nesse sentido, a AST pode ser entendida como um processo *inverso* ao da construção, em que um artefato tecnológico sofreria um processo de adequação aos interesses políticos de grupos sociais relevantes distintos daqueles que o originaram. Definido como um processo, e não como um resultado (uma tecnologia desincorporada ou incorporada em algum artefato) a ser obtido tal como concebia o movimento de tecnologia apropriada (TA), a AST substitui a idealização típica do laboratório pela prática concreta dos movimentos sociais. O conceito de AST permite abarcar uma multiplicidade de situações, o que denominamos *modalidades* de AST.

Por outra via de entendimento, a AST pode ser concebida por semelhança ao processo - denominado por alguns de processo de aprendizado e por outros de tropicalização extensivamente abordado na literatura latino-americana (e posteriormente, mundial) sobre economia da tecnologia desde os anos de 1960, de adaptação da tecnologia proveniente dos países centrais às nossas condições técnico-econômicas (preço relativo dos fatores capital e trabalho; disponibilidade de matérias-primas, peças de reposição e mão-de-obra qualificada; tamanho, capacidade aquisitiva, nível de exigência dos mercados; condições edafo-climáticas, etc).

A AST pode, então, ser entendida como um processo que busca promover uma adequação do conhecimento científico e tecnológico (esteja ele já incorporado em equipamentos, insumos e formas de organização da produção, ou ainda sob a forma intangível e mesmo tácita), não apenas aos requisitos e finalidades de caráter técnico-econômico, como até agora tem sido o usual, mas ao conjunto de aspectos de natureza sócio-econômica e ambiental que constituem a relação entre ciência, tecnologia e sociedade (CTS).

No contexto da preocupação com os empreendimentos com características autogestionárias que interessam a este trabalho, o processo de AST teria por objetivo adequar a tecnologia convencional (e, inclusive, conceber alternativas), aplicando critérios suplementares aos técnico-econômicos usuais em processos de produção e circulação de bens e serviços em circuitos não formais, situados em áreas rurais e urbanas (como as redes de economia solidária), visando otimizar suas implicações.<sup>2</sup>

Operacionalizamos a crítica já realizada por outros autores, como Winner (1985) e Feenberg (2002) à assepsia política da formulação dos pesquisadores da construção social da tecnologia, propondo uma particularização (ou generalização) do conceito de grupos sociais relevantes. Como se sabe, esse conceito foi cunhado no âmbito das observações feitas por aqueles pesquisadores acerca dos processos de construção social de artefatos como a bicicleta, a baquelita, o refrigerador, etc. A generalização que propomos parte de uma provocação bem-humorada contida na pergunta que fizemos a um pesquisador inglês ligado à corrente da construção social da tecnologia: será que esses atores sociais relevantes não tomavam uísque no mesmo clube? Ou seja, será que os atores que influenciaram esses processos não tinham alguma coisa em comum? Será que não pertenciam ao mesmo segmento da sociedade? Será que não existe uma alta correlação entre influenciar decisivamente os processos de construção social da tecnologia e pertencer à classe social que é proprietária dos meios de produção?<sup>3</sup>



<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Para saber mais sobre a proposta de AST, ver Dagnino, Brandão e Novaes (2004) e Novaes (2005).

Ou, em outras palavras, será que o que sabemos acerca do fato de que o conhecimento é incorporado ao processo de produção no âmbito das fábricas para aumentar o lucro dos integrantes dessa classe social não pode ser combinado com o resultado das observações feitas por aqueles pesquisadores para desvendar o caráter de classe dos processos de construção sócio-técnica?

Se a resposta a essas perguntas nos permitir concluir que a construção sócio-técnica possui um conteúdo de classe, e que é ele que garante sua adequação à reprodução do capital, a proposta da AST apareceria como um movimento contra-hegemônico composto de dois momentos.4 O primeiro, de desconstrução do artefato, orientada por um esforco sistemático, e baseada num conjunto pré-concebido de critérios e procedimentos, com o propósito de descontaminá-lo dos valores e interesses que deram suporte a sua construção.<sup>5</sup> E o segundo, quando a operação desse conjunto indicasse um estágio compatível com o início do momento de reconstrução. Isto é, indicasse a possibilidade de adequar ou reprojetar - a tecnologia aos valores do novo estilo de desenvolvimento e aos interesses dos atores sociais com ele comprometidos. No seu aspecto normativo, o conceito de AST representa a necessidade de uma alternativa mais eficaz para a solução dos problemas sociais relacionados à tecnologia, e pode ser entendido como um vetor para a adocão de políticas públicas que abordem a relação CTS num sentido mais coerente com a nossa realidade.

# Um panorama das fábricas recuperadas e das cooperativas populares e os processos de adequação sócio-técnica realizados

Com a crise dos anos 1990 e esta nova nuvem anticapitalista esbocada no item anterior, surgiram muitos casos de fábricas que foram abandonadas pelos antigos donos, ocupadas, tomadas ou arrendadas pelos trabalhadores. Apesar de algumas contradições, os trabalhadores passaram a decidir coletivamente os rumos da empresa. Fortes mudanças culturais nas fábricas, com o objetivo de humanizar o espaço de trabalho, foram implementadas (Novaes, 2005). No caso brasileiro há cerca de 180 FRs; no argentino, 160; e, no uruguaio, 15.6 Passados mais de 27 anos do surgimento dos primeiros casos, e dez anos da maioria dos casos, pode-se fazer um balanco das FRs e das CPs, mapeando seus limites e possibilidades diante do sociometabolismo do capital (Mészáros, 2002). Ao realizar este balanço, partindo da crítica marxista das forças produtivas, Dagnino e Novaes (2005) propuseram uma abordagem e uma proposta

denominada AST, conforme vimos na secão anterior.

Podemos levantar três hipóteses sobre os motivos que levam os trabalhadores a não desconstruir o processo de trabalho vigente na FRs. Poderíamos especular que os trabalhadores deixam de acreditar no mecanismo da assembléia quando percebem que se trata de algo figurativo, sem poder de mudança, apesar do parlamentarismo das cooperativas. Outra possibilidade, mais provável, advém da naturalização do processo de trabalho e a ausência do conhecimento técnico necessário para transformá-lo. Para muitos trabalhadores, o processo de trabalho é compreendido como sendo o único possível, não havendo possibilidade e necessidade de mudá-lo. Ou mais que isso, eles não detêm o conhecimento que está materializado na figura dos especialistas, dependendo dos mesmos tanto quanto antes da falência.

Uma hipótese menos provável afirmaria que o uso das assembléias e dos mecanismos de decisão (em assuntos referentes ou não ao processo de trabalho) requer treino e tempo, uma vez que os trabalhadores são adestrados para atuar numa divisão do trabalho heterogestionária. Um fato curioso que se tornou recorrente nas primeiras FRs tem a ver com a ausência de leis e normas logo após o arrendamento da massa falida. Algo parecido também pode ser visto nas CPs. Muitos cooperados e associados passaram a interpretar a cooperativa como sendo um local *onde se pode tudo*, onde *posso fazer o que quero na hora que quero*, etc. Esse fato nos lembra o conto *A Igreja do Diabo*, de Machado de Assis. Nele, o autor diz que o diabo resolveu criar uma igreja onde tudo era permitido. Com o passar do tempo, as pessoas sentiram falta das



<sup>3</sup> Novamente podemos recorrer a O´Donnell (1981) para lembrar que a posse dos recursos que permitem influenciar a tomada de decisão relativa aos processos que interferem com os interesses dos atores que dela partícipam está altamente correlacionada. Isto é, é plausível que a posse de recursos diferentes advindos de uma superioridade, real ou suposta, de tipo econômico, étnico, de gênero, etc que conformam elites ou, mais especificamente, classes economicamente diferenciadas, tenha influenciado o processo de construcão sócio-técnica.

<sup>4</sup> Não é por acaso que o que aqui indicamos acerca das operações e dos momentos de desconstrução e reconstrução se assemelha ao que dissemos ao expor a idéia de um novo marco analítico-conceitual ou "planilha de cálculo".

<sup>5</sup> A esse respeito, ver Feenberg (2002) acerca dos conceitos de Descontextualização, Sistematização, Reducionismo e Mediação, e de Autonomização, Ligação Profissional, Posicionamento e Iniciativa correspondentes, respectivamente aos movimentos de Instrumentalização Primária e Secundária que ele propõe.

<sup>6</sup> Diferentemente, da Revolução Espanhola (1936-1939), por exemplo, a partir da qual inúmeras fábricas foram coletivizadas, os casos por nós estudados não se inserem num contexto revolucionário e se restringem a poucas fábricas

leis, porque sentiam a necessidade de transgredi-las. Na falta de normas criadas através de decisões coletivas, não com o objetivo de evitar a transgressão, mas sim para firmar regras de conduta, os cooperados interpretarão o cooperativismo como *vácuo de leis*, tal como relatam os estudos de Holzmann (2001) e Novaes (2005).

Cabe acentuar também que muitos trabalhadores das FRs e CPs visitadas relatam que houve um florescimento da criatividade. Afirmam também que hoje trabalham com maior *tranqüilidade*. Apesar disso, ainda se verifica uma imensa quantidade de trabalho alienante, repetitivo e desprovido de conteúdo.

Uma comparação entre a FR argentina Los Constituyentes e a FR uruguaia co-gestionária Funsa (produção de pneus e luvas) ilustra a relação que se estabelece entre os trabalhadores e os engenheiros. Se, em Los Constituyentes, a fábrica funciona muito bem sem os engenheiros, na fábrica Funsa, os trabalhadores disseram que é impossível tocar a produção sem os mesmos, os quais, muitas vezes, são contratados como consultores. Na FR Los Constituyentes, os operários afirmam a todo momento que conseguem e conseguirão levar o projeto autogestionário adiante porque acumularam elevado grau de conhecimento. Dizem que não precisam mais de engenheiros e capatazes, pois a sua única função era controlar o trabalho na fábrica (Novaes, 2005a). Isso nos leva a pensar novamente que Braverman (1987) estava correto ao dizer que não há cooperativismo sem uma real emancipação dos trabalhadores em relação aos engenheiros e especialistas.

Sobre a tecnologia hardware, mesmo verificando que existem mudanças no que se refere à manutenção, reparação, pequenas adaptações do maquinário, são poucas as críticas à tecnologia convencional. Tanto as entidades de apoio dos governos latino-americanos, quanto a academia e os trabalhadores, parecem subestimar o problema que temos em mente: a necessidade de reprojeção das forças produtivas, neste caso, a reprojeção tecnológica.

A proposta de adquirir máquinas e equipamentos a fundo perdido, tal como vem sendo estimulada pela Fundação Banco do Brasil, num primeiro momento, é muito sedutora. No entanto, podemos deduzir através de um olhar mais profundo que a proposta de *atualização* tecnológica traz consigo três pressupostos que, ao nosso ver, devem ser analisados com maior cuidado: a) o de que a última tecnologia é sempre a melhor; b) já existe tecnologia disponível, basta utilizá-la e c) esta tecnologia disponível serve tanto para os propósitos de empresas convencionais quanto para empreendimentos com características *autogestionárias* (Novaes, 2005).

Os trabalhadores de FRs e os pesquisadores da ES se expressam de três formas distintas. Quando a fábrica

possui a melhor tecnologia do momento, afirmam que não existe nenhum problema tecnológico. Quando a fábrica foi sucateada ou as máquinas estão desgastadas, afirmam que precisam adquirir as máquinas mais novas proporcionadas pelo *mercado*. Se estão impossibilitados de *adquirir a última safra tecnológica*, afirmam que precisam comprar máquinas usadas, porém bem conservadas.

Para nós, a visão de que a tecnologia avança, sendo a última tecnologia sempre a melhor, está impregnada nas mentes dos trabalhadores de FRs, dos trabalhadores de empresas convencionais e até mesmo no pensamento marxista. Não se percebe o caráter *relacional* da tecnologia, ou se quisermos, seu fetiche (Novaes; Dagnino, 2004).

Um fato marcante deve ser esboçado neste artigo. Além das FRs e CPs serem exploradas pelos empreendimentos heterogestionários, tudo leva a crer que em algumas (ou muitas?) cooperativas a própria classe trabalhadora está (além de se *auto-explorar*) explorando outros trabalhadores pela via da contratação (Novaes e Dagnino, 2007). Conforme ressaltamos em nossa dissertação de mestrado (Novaes, 2005), o número de contratados na Cones, uma cooperativa do interior de São Paulo, subiu de 8 para 100 num intervalo de 2 anos. Maurício Faria (2005) encontrou numa cooperativa do Rio Grande do Sul 150 cooperados e 800 trabalhadores contratados (Faria, 2005).<sup>7</sup>

Em Los Constituyentes, as diferenças entre os poucos contratados e os cooperados eram muito pequenas. Trata-se de algo que pode ser generalizado para as FRs argentinas, diferenciando-as das brasileiras? A nosso ver, trata-se de um bom tema de pesquisa. Poderemos estar subestimando o imperativo da comercialização sobre a produção, que tende a fazer com que as cooperativas se degenerem no capitalismo (Luxemburgo, 1974), mas nos inquieta o fato de algumas FRs não explorarem trabalhadores via contratação, enquanto outras FRs



Os argumentos utilizados por esta FR são: impedir a entrada de líderes negativos e o direito por terem criado a mesma, participando do processo inicial (Faria, 2005). No artigo "De tsunami a marola: uma breve história das Fábricas Recuperadas latino-americanas", verificamos que está havendo uma degeneração das mesmas. Ao mesmo tempo, observamos que há possibilidades de transcendência da auto-alienação (Mészáros, 2002) dos trabalhadores destas cooperativas e associações. Afirmamos que houve um arrefecimento das lutas das FRs, em função de diversos motivos: a) impossibilidades de contaminar outras fábricas num contexto onde as mesmas não fecham, b) lutas internas nos movimentos, que levaram a diversos desmembramentos, etc, c) contexto de crise avassaladora, que coloca a classe trabalhadora como um todo na defensiva, d) a crise teórica da esquerda, dentre outros. Nele, também fizemos um esboço de crítica marxista aos limites e possibilidades das FRs diante do sociometabolismo do capital

recorrem a este mecanismo de forma avassaladora. Uma boa hipótese de pesquisa seria aquela que afirmaria que as cooperativas não escapam à tendência do capitalismo depois de 1973, caracterizada por intensificação do trabalho dos que *ficam* nas corporações transnacionais e hiper-exploração dos trabalhadores de fábricas terceirizadas. Se é assim, seria muito ingênuo acreditar que as cooperativas e associações de trabalhadores poderiam permanecer *blindadas*, se diferenciando desta tendência.<sup>8</sup>

#### As políticas públicas para a promoção do cooperativismo na América Latina: contenção social e baixa interação com a política científica e tecnológica

Ao analisar e contrastar as políticas públicas para a promoção de cooperativismo na Venezuela, Argentina, Brasil e Uruguai, verificamos que há uma diferença qualitativa entre as propostas dos governos de Chávez, Kirchner, Lula e Tabaré Vasquez, no que se refere à política pública cooperativista (Novaes e Lima Filho, 2006).

Enquanto a proposta de Chávez está inserida numa visão de desenvolvimento endógeno, e recentemente, de socialismo do século XXI, nas propostas do Brasil, Argentina e Uruguai, apesar das especificidades de cada um, predomina a visão de contenção social ao desemprego em massa (Novaes e Lima Filho, 2006). Essa diferença conforma nossa primeira hipótese sobre a dificuldade da ES em entender a necessidade do enfoque tecnológico.

Como sabemos, o cooperativismo pode se encaixar em distintos projetos de sociedade, que vão, nos dias de hoje, de um espectro liberal-empresarial onde o cooperativismo tem se tornado um negócio da China (Tiriba, 2002) ao precarizar e burlar os direitos trabalhistas, como já nos referimos, passando por uma proposta intermediária de desenvolvimento endógeno e no outro extremo, o cooperativismo é um tema muito caro aos socialistas e anarquistas, onde o mesmo desempenharia um papel fundamental na transição socialista.

Nesse sentido, a filosofia, ou seja, o que está por trás das políticas públicas de cooperativismo é amortecer as pressões sociais, e não um modelo alternativo de desenvolvimento. A política para a promoção do cooperativismo nos três países é vista apenas como um trampolim para o emprego formal, ou como algo passageiro, diante da crise do desemprego.

A outra hipótese que trabalhamos, e aqui parece que é um fator comum a todos estes países, tem a ver com a neutralidade da C&T e se materializaria na idéia de que a baixa ou nula interação entre a política de geração de

trabalho e renda (PGTR) com a PCT dificulta a sustentabilidade de políticas emancipatórias. Nosso entendimento, como já foi posto, é de que se a política de promoção do cooperativismo não contiver, como um dos seus componentes ou pressupostos essenciais, uma nova base cognitivo-tecnológica, ela será limitada e pouco eficaz.

Os fazedores de política pública e os cooperados, devido à crença na ciência neutra e no determinismo tecnológico, têm dificuldade de *entender* a necessidade do enfoque tecnológico nas cooperativas, refletindo na baixa interação entre a PCT e a PGTR.

Dentre as conclusões (ainda que) parciais, a baixa interação entre as políticas, aliada ao fato de que os países não buscam um modelo de desenvolvimento alternativo por meio do cooperativismo, reafirmamos a falta de enfoque tecnológico. No caso venezuelano, a segunda hipótese (imbricação entre a PCT e a PGTR) será estudada em profundidade pelos autores.

Acreditamos na possibilidade de que a recém criada Rede de Tecnologia Social (RTS) venha a funcionar como uma instância de integração de movimentos como o das redes de economia solidária (RES), e o das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPs), etc.

Isso porque ela poderia vir a fortalecer a crescente consciência que vêm alcançando esses movimentos acerca da necessidade de contar com alternativas à tecnologia convencional, capazes de proporcionar sustentabilidade sócio-econômica aos empreendimentos com características autogestionárias e, em conseqüência, alavancar a expansão da ES.

De fato, independentemente do apoio que recebam de políticas públicas de geração de trabalho e renda, esses empreendimentos não podem prescindir de tecnologia (hardware, orgware e software) alternativa à tecnologia convencional para viabilizar as duas rotas de expansão que a elas se apresentam: a criação de vínculos de compra e venda de bens e serviços para produção e consumo com outras RES, e a progressão na cadeia produtiva integrando atividades à jusante, à montante e transversalmente rumo à constituição de arranjos produtivos (Dagnino et al., 2004).

Diversas iniciativas estão brotando de forma mais ou



<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Apesar desta tendência ao aumento da contratação de nãocooperados, alguns grupos no seio dos movimentos de FRs estão tentando criar políticas que impeçam a segregação entre cooperados e contratados.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Em Novaes e Lima Filho (2006), afirmamos que esta visão não é a das secretarias que promovem o cooperativismo, mas a visão que acaba predominando no governo como um todo mais precisamente, nos ministérios que dão a tônica ao governo.

menos espontânea na sociedade latino-americana (Novaes, 2006). Dentre elas, destacaríamos um número crescente de pesquisadores engajados na construção de relações mais estreitas com os movimentos sociais. Somente para citar um exemplo, uma reportagem da Revista Fapesp intitulada "Carroça Cidadã" mostra que a Faculdade Politécnica da USP tem um programa chamado "Poli-Cidadã", que estimula alunos da graduação a realizar pesquisas de interesse social (Revista Fapesp, 2007). A nós, só cabe a pergunta: quantos projetos tais como este poderiam florescer caso a PCT fosse orientada para a satisfação das demandas do povo latino-americano?

#### Considerações finais

Apesar de verificarmos a possibilidade de criação de descontinuidades na continuidade, ou de reprojeção tecnoorganizacional e de emergência de novas formas de repartição do excedente na ES, nossas pesquisas nos mostram que há muito mais continuidades na descontinuidade do que o oposto nos empreendimentos da ES. A dificuldade das FRs e CPs em entender a necessidade do enfoque tecnológico como essencial para sua emancipação vai ao encontro da filosofia que está por trás das políticas públicas para a promoção do cooperativismo e da baixa interação entre a PCT e política de cooperativismo.

No entanto, temos que fazer algumas ponderações que têm a ver com o contexto no qual as mesmas surgiram, extremamente defensivo. No caso das empresas que surgiram de massa falida, é preciso reconhecer que nossa investigação baseou-se no estudo de fábricas que foram recuperadas pelos trabalhadores há menos de 10 anos, diante de um contexto de crise avassaladora caracterizado pela perda de direitos trabalhistas, o que nos leva a crer que seria muito pretensiosa a constatação de mudanças significativas.

Ademais, os trabalhadores não fazem a história como querem, mas como podem, segundo as possibilidades de sua época histórica. É o próprio Marx que afirma, numa célebre frase, que os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua vontade livre; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas circunstâncias com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

Enquanto isso, a Venezuela parece sinalizar uma outra tendência, que insere as fábricas co-gestionadas (fábricas abandonadas ou *improdutivas que* estão sendo estatizadas) e as cooperativas populares num cenário favorável ao seu desenvolvimento (Novaes e Lima Filho, 2006) e à

amenização da *deterioração* a que as mesmas estão sujeitas no modo de produção capitalista.

#### Referências Bibliográficas

BIJKER, W. E. **Of Bicycles, Bakelites, and Bulbs. Toward a Theory of Sociotechnical Change**. Massachusetts: MIT Press, 1995.

BOCAYUVA, P.C. (2006) A nova centralidade do trabalho e o precariado: a economia solidária frente ao processo de crise e reestruturação do capitalismo. In Política Públicas de Economia Solidária por um outro desenvolvimento (org.). Recife: Editora Universitária da UFPE; p. 19-56.

CEREZO, J. L. **Ciência, Tecnologia e Sociedade**. In: SANTOS, L. et al. (Org.) Ciência, Tecnologia e Sociedade: o desafio da interação. Londrina: lapar, 2002.

CRUZ, A. A diferença na igualdade. A dinâmica econômica da economia solidária em quatro cidades do mercosul. Tese de Doutorado. Campinas, Instituto de Economia, Unicamp, 2006a.

CRUZ, A. Políticas Públicas para a Economia Solidária: fronteira entre política social e política para o desenvolvimento local. Revista Sociedade em Debate, nº 33. Pelotas: Educat, 2006b. pp. 117-139.

DAGNINO, R. Um Debate sobre a Tecnociência: neutralidade da ciência e determinismo tecnológico. Campinas: Livro Inédito, Editora da Unicamp, no prelo, 2007.

DAGNINO, R.; NOVAES, H. T. A Adequação Sócio-Técnica na Agenda das Políticas Públicas. II Colóquio Internacional Cátedra Unesco-Unisinos - V Encontro de Estudos sobre o mundo do trabalho. São Leopoldo, Resumos Ampliados, 2005.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F.C.; NOVAES, H.T. **Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social**. In: LASSANCE Jr. et al. Tecnologia Social uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundação Banco do Brasil, 2004, p.15 a 64.

DOS SANTOS, T. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DUPAS, G. **Economia Global e Exclusão Social**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FAJN, G.et al. **Fábricas y empresas recuperadas protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad**. Buenos Aires: Ediciones del Insituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2003.

FARIA, Maurício S. de. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital**. Tese de doutorado. Florianópolis, UFSC, Sociologia Política, 2005.

FEENBERG, A. **Transforming technology.** Oxford: Oxford University Press, 2002.

GAIGER, L. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. Disponível em

<a href="http://www.ecosol.org.br"><a href="http://www.ecosol.org.br">http://www.ecosol.org.br</a>> Acesso em 10 de mar. de 2002.

HOLZMANN, L. **Operários sem patrão. Gestão cooperativa e dilemas da democracia**. São Carlos: Editora da UFSCar, 2001.

IBGE (2007). Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio. Síntese de Indicadores 2005, Brasília, Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/default.shtm

IPEA (2007). Radar Social 2005 Trabalho. Texto IPE, Brasília, Ed. 2005. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/default.jsp

LEITE, M. **Trabalho e Sociedade em transformação. Mudanças produtivas e atores sociais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou Revolução?** São Paulo, Ed. Expressão Popular, 1999.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844.** Lisboa: Avante, 1994.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

NOVAES, H.T. Para além da apropriação dos meios de produção? O processo de Adequação Sócio-Técnica em Fábricas Recuperadas. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas, 2005. Pode ser obtida em:

http://libdigi.unicamp.br/document/?code = vtls0003753

NOVAES, H. T. Quando os pesquisadores se tornam úteis: lições preliminares da relação Universidade-Fábricas Recuperadas na Argentina e Brasil. In: XIV Jornada de Jovens Pesquisadores da AUGM, 2006, Campinas, 2006.

NOVAES, H. T. **De Tsunami a marola: uma breve história das Fábricas Recuperadas na América Latina**. 2007. Pode ser obtida em:

www.fbes.org.br/index.php?option=com\_docman&task = doc download&gid=485

NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. **O Fetiche da Tecnologia.** Revista Organizações & Democracia, Marília, v. 5, n. 2, p. 189-210, dez. 2004.

NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. **A tripla exploração das Fábricas Recuperadas Latino-Americanas**. In: XII Encontro Nacional de Economia Política, São Paulo, USP, junho de 2007.

NOVAES, H. T. LIMA FILHO, P. A. A filosofia da política cooperativista na Venezuela de Hugo Chávez: lições

**preliminares.** 2006b. Maringá, Revista Espaço Acadêmico nº 64, Set/2006, ISSN 1519.6186 Pode ser obtida em: www.espacoacademico.com.br

NOVAES, H. T.; SERAFIM, M. P.; DAGNINO, R. A filosofia da política pública para a promoção do cooperativismo na Argentina (2003-2007): Lições preliminares. Texto para discussão em www.ige.unicamp.br/gapi, 2007.

ODA, N.T. **Gestão e Trabalho em cooperativas de produção: dilemas e alternativas à participação**. 2001. Dissertação (Mestrado). Escola Politécnica, USP, São Paulo, 2001.

O'DONNELL, G. **Anotações para uma teoria de Estado**. São Paulo, Lua Nova nº 4, 1981.

OLIVEIRA, M. A. de. **Debate**. In: FERRETTI, C. et al. (Orgs.) Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar, Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, M. B. de. ; LACEY, H. **Prefácio**. In: SHIVA, V. Biopirataria: a Pilhagem da Natureza e do Conhecimento. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

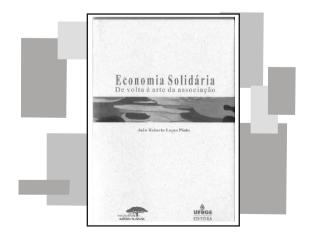
QUIJANO, A. **Sistemas alternativos de produção?** In: SANTOS, B.S. (org.) Produzir para viver os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

REVISTA FAPESP. **Carroça Cidadã**. Junho de 2007, n. 136, p.62.

SHIVA, V. **Biopirataria: a Pilhagem da Natureza e do Conhecimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

VIEITEZ, C.; DAL RI, N. Trabalho associado. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WINNER, L. Social Constructivism: Opening the Black Box and Finding It Empty. Science as Culture, Vol. 3, part 3, no. 16, pp. 427-452, 1993.



**Economia Solidária:** de Volta à Arte da Associação



Grupo de artesanato das Cooperativas Habitacionais de São Leopoldo, incubadas pela Unisinos

### Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários - UNISINOS

Alcido Arnhold\* Lucas Henrique da Luz\*\* Vera Regina Schmitz\*\*\*



<sup>\*</sup> MS em História Latino-Americana, professor na Unisinos. alcido@unisinos.br

 $<sup>\</sup>ensuremath{^{**}}$  MS em Ciências Sociais Aplicadas, professor na Unisinos. Ihluz@unisinos.br

<sup>\*\*\*</sup> MS em Comunicação, professora na Unisinos, verasc@unisinos.br

#### O Mundo do Trabalho(?) e a Economia Solidária (ES) - Uma breve introdução

As transformações do mundo do trabalho hoje vivenciadas, provocadas pelo sistema hegemônico e suas mudanças cada vez mais rápidas e intensas, pelas mudancas do capitalismo, trazem impactos irreversíveis para a sociedade: desemprego, precarização, flexibilização e desregulamentação do trabalho. Manifestam-se por diferentes estratégias: diminuição dos contratos de trabalho por tempo indeterminado, substituídos por trabalho temporário; trabalho falsamente autônomo; subcontratação; trabalho a domicílio, feminização da forca de trabalho, entre outros, visando a "[...] sujeitar os ritmos da reprodução social aos ritmos da produção" (SANTOS, 2002, p. 254), além da neutralização política dos trabalhadores envolvidos. Soma-se a isso a imaterialização do trabalho, que ocorre de forma cada vez mais acentuada.

O trabalho como fonte de realização para as pessoas parece cada vez mais distante, uma vez que nem mais garantir uma renda mínima, capaz de dar sobrevivência às pessoas, ele consegue. Diante desta realidade, surgem alternativas, dentre as quais destaca-se a economia solidária e seus atores. Refletir sobre o contexto atual do mundo do trabalho, a forma e modo de participação da economia solidária dentro dele, é fundamental para que se possam construir alternativas realmente viáveis. capazes de devolver à sociedade relações mais equitativas e solidárias. A universidade, por meio de ações práticas (como as incubadoras de cooperativas populares e grupos da economia solidária) aliadas à construção do saber, tornam-se espacos privilegiados para esta discussão. O projeto Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos UNISINOS, é um destes espaços, cuja experiência atual será relatada neste artigo.

#### O trabalho: algumas reflexões

Definir a palavra trabalho é tarefa extremamente difícil e talvez, jamais completa. Pode-se partir de um simples dicionário, no qual ela é definida como "atividade que gera uma ou mais utilidades e que também possui custos, tendo por característica o envolvimento de atividades físicas e mentais do indivíduo, aplicadas às coisas, visando dela obter uma utilidade para si ou para outrem" (MAIA, 1980). Já um dicionário de sociologia traz a palavra trabalho como sendo, do baixo latim, tripalium: instrumento de tortura. Na verdade, esta definição pode ser completada de várias formas, uma vez que trabalho compreende sempre uma definicão do homem e do seu lugar no mundo.

Mais do que a forma como se define trabalho, é importante perceber o quanto ele significa para as pessoas. Todos nascem trabalhadores e precisam do trabalho para se realizar. Sua complexificação foi levada de tal forma que acabou dando a ele uma função muito mais econômica do que social. Porém, mesmo que autores como Claus Offe mostrem que a sociedade do trabalho está em crise, à medida que o trabalho remunerado formal perdeu sua qualidade subjetiva de centro organizador das atividades humanas, da autoestima e das referências sociais, assim como das orientações morais, tornando-se impróprio para a fundamentação da identidade (ANTUNES, 2003), o trabalho ainda é tido pela humanidade como relevante fonte de referência.

A fase vivida atualmente é uma fase de transição, na qual o trabalho é tido como a capacidade de criar, inovar, de interagir em redes mundiais, de ser empreendedor, de criar novas relacões, de serum agente transformador local conectado com um mundo cada vez mais global. Ou seja, como apontam Lazzarato & Negri (2001) e reafirmam depois em parceria com Hardt & Negri (2006), o que existe atualmente é muito mais um trabalho imaterial, no qual a pessoa envolve a sua vida nas relações de trabalho e não apenas a sua forca produtiva, como era no passado. Envolve a vida com pouco ou nenhum vínculo que possa lhe garantir algo ou lhe dar uma recompensa, seja ela imediata ou futura, como veremos mais adiante. Desta forma, exigem-se indivíduos cada vez mais preparados, providos de técnicas e conhecimentos profissionais sim, mas, muito mais do que isso, providos de competências comportamentais como pró-atividade, permanente capacidade de adaptação, flexibilidade, dentre outros requisitos. Exigência esta que ocorre uma vez que são estas as competências capazes de gerar para as organizações vantagens competitivas, num cenário onde impera o capitalismo cognitivo (SENETT, 2006).

Mas nem toda a sociedade e nem todos os indivíduos estão ou guerem estar preparados para isso. E mais, muitos não possuem os instrumentos e recursos, materiais ou não, para isto. Portanto, logo se percebe que a função social do trabalho está cada vez mais difícil de se concretizar no cenário atual. Na realidade, o trabalho (material ou imaterial) como fonte de realização está sendo privilégio de poucos. Presencia-se uma sociedade em que muitas pessoas não possuem trabalho, outras têm maneiras informais de sobreviver e, ainda, muitos trabalhadores assalariados formais estão muito ou totalmente insatisfeitos com suas ocupações. Somado a esta fase, está um agravante de que o mundo globalizado é extremamente capitalista, forjado sob um paradigma hegemônico, que insiste em transformar e reduzir todas as relações a relações mercantis, regidas pela racionalidade econômica. Os processos de trabalho do capitalismo cognitivo tentam racionalizar economicamente a subjetividade dos trabalhadores e toda a imaterialidade da criação humana.

Sabe-se que o homem precisa de vínculos afetivos para se realizar, para buscar sua automotivação. A motivação da vida humana está diretamente ligada à afetividade. O trabalho, pela sua função social, precisaria e poderia ser um espaço que garantisse a construção de laços afetivos entre as pessoas, que permitisse aos sujeitos o exercício da sua subjetividade, sua criatividade e autonomia e o estabelecimento de vínculos com as demais pessoas e instituições. Vínculos esses não apenas formais e econômicos, mas também morais, culturais, sociais, afetivos etc. Para que isto se desse, o trabalho não poderia ser somente material ou imaterial e, nem mesmo, ser submetido à racionalidade anteriormente descrita.

Desta forma, o trabalho acaba por se desqualificar e se

reduzir naturalmente. Quanto mais o trabalho for dividido, racionalizado e mercantilizado, mais aumenta a tendência de que as tarefas sejam simplificadas e seu aprendizado facilitado, exigindo pouca elaboração subjetiva e maior mecanização no pensar e agir, desqualificando quem as executa e, ainda, permitindo que "qualquer" indivíduo as realize com poucos dias ou horas de treinamento, o que mantém uma certa dominação dos donos do capital sobre os trabalhadores. O trabalho continua sendo a fonte pela qual o ser humano vai tentar buscar sua realização, formatar sua identidade, mas, diante de tamanha racionalização, divisão e especialização, ele acaba por não ter suas expectativas correspondidas. Trabalhar acaba sendo algo extremamente macante, cansativo e penoso. Portanto, não surpreende o aumento do número de pessoas com problemas de depressão, doencas mentais e físicas, bastante relacionadas com o trabalho.

Não bastasse tudo o que foi colocado até aqui, o mercado de trabalho, seguindo a lógica da economia capitalista, é extremamente excludente e efêmero. O mundo globalizado é um mundo extremamente capitalista, que insiste em transformar e reduzir todas as relações a simples trocas mercantis, impregnando nas pessoas uma lógica utilitarista, hiper-competitiva e busca acelerar e multiplicar as mudanças no trabalho. Na prática, nota-se que tais transformações trazem algumas conseqüências, sendo uma delas a exclusão¹ de muitas pessoas do mercado de trabalho e, conseqüentemente, do direito à cidadania.

Para os defensores da total liberdade do mercado, as milhares de empresas que vão à falência são consideradas ineficientes e, portanto, não devem mesmo sobreviver (SINGER apud GONZÁLEZ, 2000). Mas o que fazer com os cidadãos, trabalhadores dessas empresas? O resultado que se tem é uma imensa legião de excluídos.

Voltando na história, veremos que no século XIX a utilização de novas ferramentas e máquinas durante a Revolução Industrial conduziu ao êxodo rural, embora tenha criado milhares de postos de emprego na indústria que ali nascia. Já a Segunda Revolução Industrial, somada à utilização da eletricidade, aumentou ainda mais o desemprego, agravado agora pela diminuição drástica do emprego industrial devido à informatização, automação



<sup>1</sup> Quando usamos a palavra exclusão, a entendemos como "constituída por um processo cumulativo de vulnerabilidades econômicas, sociais, políticas, culturais e simbólicas, que promovem a marginalização e a ruptura dos laços sociais", conforme define RODRIGUES, Eduardo V. de Almeida. O Estado-Providência e os processos de exclusão-social. In: Sociologia Revista da Faculdade de Letras, Universidade do Porto, I Série, Vol X, p. 5. In: www.letras.up.pt/ds/eduarod.htm.

e às reestruturações organizacionais.

Grandes grupos de desempregados foram e são formados, fazendo parte deles os trabalhadores que viram mudar os paradigmas, que viram o surgimento de novas formas de trabalho, de novas relações e de novos perfis. Porém, tudo de forma muito acelerada. Esses trabalhadores, que não são o objeto de estudo desse trabalho, por razões diversas, não conseguiram acompanhar as mudanças e acabaram excluídos. Essa exclusão faz com que apareçam pessoas que não vivem, apenas sobrevivem.

Ainda hoje são exigidas mutacões e adaptacões com bastante frequência. Para haver uma alteração significativa das relações e condições de trabalho, demora anos. Já as transformações exigidas pela globalização, pelo mercado, são imediatas (GONZÁLES, 2000). E essas transformações se deram sem nenhum tipo de proteção para as pessoas, principalmente nos mercados econômicos dos países subdesenvolvidos. O que ocorreu na verdade é que, diante da crise econômica, quando não havia mais espaco para altos índices de crescimento e quando os avancos tecnológicos obtidos não geraram lucros e valores capazes de atender a sede do capitalismo neoliberal, ele resolveu buscar no mercado de trabalho o aumento da equação de seus lucros, colocando a desregulamentação<sup>2</sup> e flexibilização<sup>3</sup> desse mercado como a receita que solucionaria o problema do desemprego. Assim, foram eliminados os mecanismos de seguridade social e cidadania, alcançados em duras lutas, nos últimos

Ou seja, como em outros paradigmas da sociedade, o trabalho também acaba sendo caracterizado como um espaco de experiências efêmeras. Um espaco em que hoje o indivíduo está em uma empresa, daqui a meio ano está em outra, e assim por diante. Mais do que isso, pela manhã ele trabalha em uma organização, pela tarde em outra e, quicá, na próxima semana não estará trabalhando em nenhuma delas, e sim buscando novas organizações para as quais poderá prestar serviços. Identidade, apego, vínculos afetivos, dentre outros sentimentos, são exigidos destes indivíduos para com seus trabalhos, ao mesmo tempo em que se tira deles qualquer tipo de certeza da "recompensa futura". Sim, o que os indivíduos fizeram por determinada organização até ontem pode não valer nada amanhã. Até mesmo a aposentadoria está ameaçada. Lidar com questões como essas não são escolhas dos trabalhadores. Mas, sim, são exigências que lhes são apresentadas.

Essas repentinas exigências, somadas às transformações organizacionais e tecnológicas ocorridas nas empresas e ao desemprego em massa, só podiam fazer da insegurança uma variável presente na vida de qualquer pessoa. Todos se sentem inseguros: os cidadãos que estão entrando no mercado de trabalho, os aposentados que continuam

trabalhando, os trabalhadores em geral e suas famílias.

Outro problema é que o desempregado está demorando muito mais tempo para sair dessa condição e obter um emprego. Em 1990, na região metropolitana de São Paulo, o tempo de procura por emprego era de 15 semanas. No mês de abril de 1999, esse tempo aumentou para 42 semanas. (KRAICHETE, 2000)

Mais ainda, o desemprego não é percebido como desequilíbrio macroeconômico, mas sim como um problema de natureza apenas individual, na qual a principal causa do desemprego é a desqualificação tecnológica e/ou cultural diante de um mercado "globalizado". Mas as pesquisas mostram que não há uma obrigatória relação entre o nível de qualificação da força de trabalho e os índices de emprego. (POCHMANN, 1998). Os pobres, desempregados e excluídos acabam se auto-acusando daquilo de que são vítimas. (FORRESTER, 1997).

Diante dos fatos apresentados, é necessário e urgente que surjam alternativas capazes de suprir o indivíduo de sua necessidade de trabalho, como gerador de renda e como fonte de uma vida digna, que possam se contrapor à lógica atual que, por inúmeras vezes, parece a única possível, mas não é. Igualmente, são urgentes as alternativas que possam (re)pensar o reducionismo do trabalho à questão econômica e pensar o trabalho a serviço da vida humana e da vida do planeta e não o contrário, tornando-o espaço de expressão das diferentes subjetividades dos indivíduos. Neste sentido, é necessário buscar tecnologias sociais capazes de fomentar alternativas a situação posta hoje. É neste contexto que se apresenta a economia solidária.

### Economia Solidária (ES) como alternativa

As transformações do mundo do trabalho e as suas conseqüências fazem proliferar novas formas de organização da sociedade, como forma de reagir ao desemprego estrutural e à exclusão. Trata-se da expansão dos núcleos e redes de economia solidária, desenvolvidos em diferentes partes do mundo em periferias urbanas ou



<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Entendemos desregulamentação como o conjunto de medidas que buscam esvaziar a capacidade de intervenção do Estado na economia, no mercado, retirando possíveis obstáculos que possam existir a autoregulação do mercado.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Flexibilização é tida pelos seus defensores como sinônimo de desregulamentação, como algo positivo, que torna as relações menos burocratizadas, o que geraria mais trabalho e emprego. Porém, conforme GOEMANN (2003), a realidade dos anos 1990 mostram que não há relação direta entre flexibilização e geração de mais empregos.

áreas rurais, oportunizando um espaco para o trabalho emancipado e a prática de vivências solidárias e cooperativas com dinâmicas socioeconômicas próprias. Essas dinâmicas passam, necessariamente, pela instauração de uma nova cultura de solidariedade e cuidado pela vida, que objetiva o fortalecimento de comunidades, por meio de processos autogestionários. A reinvenção da economia solidária, nas suas novas formas de organização solidária e voltando à prática do autêntico cooperativismo, emerge como possível resposta a esta crise. Paul Singer⁴ e outros estudiosos⁵ dessa temática afirmam algumas condições para a economia solidária, nesse processo de construção de um novo caminho de organização da sociedade. Se a economia solidária for apenas uma resposta às contradições do capitalismo no campo econômico, ela poderá se desacelerar, e não passará de uma forma complementar à economia capitalista, ou então vista como um paliativo às condições atuais de pobreza crescente. Ela pode ser uma alternativa se não for apenas uma reacão às contradições do modo dominante de produção.

"[....] a economia solidária apresenta-se como um campo em construção de alternativas econômicas ao modelo dominante, alicerçadas em um discurso crítico transformador e em práticas solidárias e autogestionárias, muito próximas dos movimentos sociais" (ICAZA, 2004, p. 22).

A partir do eixo trabalho, os empreendimentos solidários podem ajudar a pensar e construir uma outra economia, não ficando apenas em iniciativas marginais. Trata-se de uma economia alternativa que contemple todas as dimensões da vida, não apenas a econômica. É fundamental recriar a economia como produção não somente de riquezas mercantis, mas de bens e serviços necessários à vida e realização das pessoas. Além de uma nova compreensão da economia, a economia solidária não pode ser construída sem a dimensão da sustentabilidade, que exige uma revisão cultural que implique novas relações entre os humanos, os demais seres e o cosmos.

Diante da completa mercantilização do trabalho, categoria tão importante à existência humana, da sua transformação em fonte de sofrimento e de vida indigna em muitos casos, somando ainda um contingente enorme de pessoas que não têm acesso a nenhum espaço de geração de renda, ficando desprovidos de formas de garantir sua subsistência, é normal e positivo que surjam novas alternativas de pensar as organizações e o mercado como um todo.

Iniciativas do que se denomina economia solidária devem quebrar os paradigmas mercantis que dominam as relações da sociedade atual, dando importância para outros tipos de eficiência, além da econômica, para medir o sucesso das instituições. Tarefa complexa, mas que precisa ser refletida, pensada, planejada e executada, uma vez que a economia solidária configurase como um modo diferente de pensar o mundo, uma esperança para os excluídos voltarem a se incluir por sua própria conta, mas numa perspectiva coletiva. Ou seja, é uma missão árdua na qual a academia, representada pelas universidades, tem fundamental importância.

#### A experiência do projeto Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários Tecnosociais - UNISINOS

Em relação à economia solidária, o desafio consiste em desenvolver modelos e tecnologias sociais capazes de integrar as seguintes dimensões: econômicas, sociais, ambientais, tecnológicas e culturais. Trata-se de criar condições possíveis de se desenvolver uma sustentabilidade humana e ambiental, enfrentando, de forma criativa, o ambiente de "crise epocal". O projeto Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários tem como objetivo fomentar o crescimento de empreendimentos solidários, já formalizados ou não, identificando e desenvolvendo modelos e tecnologias de intervenção que levem em conta a complexidade da problemática do mundo do trabalho e das dimensões ecossociais, contribuindo efetivamente para difundir uma cultura de solidariedade.

Desde 1976, a UNISINOS destacou-se por atuar na área do cooperativismo, por meio do Instituto Multifuncional CEDOPE. No ano de 2001, foi criado o Instituto Humanitas Unisinos - IHU, que abarcou os projetos existentes no antigo CEDOPE e, por algum tempo, deu o incentivo e respaldo necessários para a continuidade e reflexão sobre os mesmos. Atualmente, o Tecnosociais está ligado ao eixo Trabalho, da Diretoria de Ação Social e Filantropia da Universidade e integrado aos programas do IHU, onde fisicamente se localiza.

Neste sentido, retomando e valorizando a experiência acumulada na área do associativismo e cooperativismo ao longo das últimas décadas, o projeto prevê a ação com empreendimentos solidários, bem como a busca de



<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 120.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Luiz Coraggio, Jean-Louis Laville em conferências proferidas no 1º Colóquio Internacional Trabalho e sociedade solidária e IV Encontro de Estudos sobre o Mundo do Trabalho, UNISINOS, São Leopoldo, 1-3 jul. 2003

novas metodologias, estimulando o desenvolvimento de pesquisas e produção de conhecimento, contribuindo assim para o desenvolvimento da região. Tem como base a necessidade de avançar na construção e consolidação de tecnologias sociais<sup>6</sup> propriamente ditas, que sejam coerentes com as condições em que funcionam os empreendimentos econômicos solidários<sup>7</sup>. Entre eles, são cada vez mais numerosos os pequenos grupos com dinâmicas socioeconômicas próprias. Aumenta a necessidade de intensificar os laços associativos entre grupos que crescem em periferias urbanas ou áreas rurais e que mais carecem de um acompanhamento efetivo.

O projeto é um espaço de geração de tecnologias sociais que articulam o ensino, a pesquisa e a extensão, buscando envolver professores e estudantes das diversas Unidades de Ensino da Universidade. Além de contribuir para a formação de agentes multiplicadores da economia solidária, o desenvolvimento do projeto passa pelo apoio à organização e consolidação de associações e cooperativas urbanas, empresas autogestionárias, redes de comercialização e consumo solidário, além de Fóruns de Economia Solidária. Dessa forma, a produção e divulgação de conhecimento está associada à contribuição objetiva na construção de processos de desenvolvimento regional sustentáveis e solidários.

Na sua perspectiva transdisciplinar, torna-se fundamental não apenas a contribuição de diversas áreas técnicas e científicas mas, sobretudo, a discussão conjunta das mesmas para a construção de novos paradigmas produtivos, econômicos, sociais, culturais e espirituais, que sustentem a nova racionalidade econômica e social. Esse é o desafio dos empreendimentos solidários. Sendo assim, o projeto se esforça para disponibilizar um núcleo básico interdisciplinar formado por um quadro docente, discente e técnico, buscando produzir conhecimentos e socializá-los junto à comunidade, na construção de empreendimentos solidários viáveis e sustentáveis.

Quanto à metodologia de atuação do projeto junto aos grupos e empreendimentos incubados, o Tecnosociais assume como princípio metodológico a participação ativa, a organização e gestão autônomas, a prática democrática, respeitosa e de valorização dos saberes dos(as) participantes na relação com o conhecimento acadêmico. A dinâmica de funcionamento do projeto orienta-se pelos seguintes pontos:

a) atendimento às demandas, cujo direcionamento é realizado mediante reflexão e análise das necessidades e pedidos de grupos potenciais ou iniciais, pelo incentivo direto à organização de empreendimentos que buscam apoio. Isso, na prática, se dá por duas vias: a partir das demandas que surgem da participação em instâncias regionais de articulação da economia solidária (fóruns municipais e/ou regionais, redes etc.) e a partir de

demandas específicas que são analisadas pela equipe de coordenação.

- b) elaboração de projetos estratégicos, que facultam avançar na construção de tecnologias sociais específicas, na perspectiva de cadeias produtivas, redes de produção e consumo, processos de inclusão (da precariedade social ao empreendedorismo coletivo), formação e capacitação para áreas específicas e outros.
- c) realização de atividades regulares de estudo e sistematização. Ou seja, além do acompanhamento semanal dos empreendimentos, são desenvolvidas atividades de formação: seminários internos e externos, cursos de extensão e outras formas de aprofundamento das práticas e temáticas envolvidas.

Uma vez concretizada a demanda, são realizados encontros entre os envolvidos (equipe do projeto e membros dos grupos e empreendimentos demandantes), para que possam se (re)conhecer. A partir deste momento, com a concretização da incubagem, passa-se a construir um horizonte comum entre as partes, por meio do que Habermas<sup>8</sup> denominou de ética dialógica. A eticidade passa a ser fundamental para que as ações sejam, de ora diante, efetivamente propostas e construídas junto com os grupos e empreendimentos incubados, permitindo o protagonismo destes no processo como um todo.

Neste horizonte comum, passível de diálogo, constrói-se o diagnóstico do grupo e o plano de ação, que é posteriormente executado. Diferentes e diversificadas atividades são desenvolvidas, abrangendo desde reflexões sobre o mundo do trabalho, sobre o trabalho coletivo, a economia solidária, o cooperativismo e questões relativas à gestão, comunicação, comercialização, contabilidade e legalidade dos grupos e empreendimentos, dentre outras.

Esta construção dialógica auxilia constantemente no repensar das atitudes individualistas e egoístas das pessoas, fruto do paradigma social e econômico



<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Como metodologia de incubagem, tecnologias sociais se relacionam a metodologias e instrumentos que levam em conta o contexto socioeconômico e cultural; colocam-se criativamente na perspectiva de superação do tecnicismo, com base numa ética da solidariedade (vida digna, justiça social com participação co-responsável, democrática e autônoma das pessoas envolvidas), em vista de um desenvolvimento solidário e sustentável, na dimensão humana e ambiental.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Designamos empreendimentos solidários todas às formas de trabalho solidário, com base na autogestão, que resultem em atividades econômicas de produção de bens, serviços, comercialização, consumo, independente da forma jurídica.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Ver Habermas apud Oliveira, Roberto Cardoso. In: Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico. Revista Estudos Avançados, v. 40, Ano 2000, Brasília/DF.

hegemônico. Este é outro aspecto relevante, uma vez que as pessoas precisam se (auto)repensar no grupo, como cidadãs, reformulando algumas e/ou a maioria das suas atitudes perante o coletivo a que pertence e a sociedade como um todo.

Assim, seguindo princípios metodológicos básicos consoantes à UNISINOS e construindo com cada grupo a metodologia de ação que julgam mais pertinente, mantendo o máximo de eticidade na relação, o Projeto Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários tem se esforçado para contribuir na construção de uma sociedade mais justa, solidária e sustentável.

É importante salientar que o Projeto Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários conta com a parceria da Fundação Banco do Brasil, da Rede Unitrabalho, da ONG Avesol – Associação do Voluntariado e da Solidariedade, da Prefeitura Municipal de São Leopoldo/RS, do Fórum de Economia Solidária de São Leopoldo e Vale do Rio dos Sinos (dos quais participa desde 2002), do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, dentre outros.

- O projeto acompanha, sistematicamente, treze empreendimentos (entre grupos informais, associações e cooperativas) de áreas diversas, situados em São Leopoldo e Porto Alegre. Entre eles, destacam-se:
- Associação dos Trabalhadores Urbanos de Recicláveis Orgânicos e Inorgânicos (Aturoi), que concentra suas atividades na coleta e triagem de resíduos recicláveis. O grupo foi criado em 2001 como um núcleo do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) da região metropolitana de Porto Alegre, denominado Núcleo Vitória. Sua transformação em associação ocorreu em 14 de julho de 2005, com um total de 15 associados.
- Cooperativa de Produção Cristo Rei Ltda (Cooperei), que originou-se do processo falimentar da empresa Carlos Augusto Meier S.A. Alumínio Econômico, em 2001. Surgiu da união de seus ex-funcionários, que vislumbraram a possibilidade de dar continuidade às tarefas produtivas numa perspectiva diferente, com propriedade e gestão coletivas. Atualmente, a cooperativa conta com 32 associados e produz utensílios domésticos e industriais em alumínio (panelas, chaleiras, formas, baixelas, entre outros).
- Associação Leopoldense de Artesanato (ALA), que é formada por quatorze artesãos, os quais constituíram um grupo e hoje realizam exposições na cidade. Seus produtos são variados. Entre eles estão o artesanato em tricô, crochê, madeira, papel, jornal, bijuterias e a confecção de roupa customizada. O grupo procura estar sempre integrado às feiras da região, para levar seu trabalho às comunidades vizinhas.
- A Cooperativa Habitacional Bom Fim Ltda.

- (Cooperbonfim), que é composta por 380 cooperados, sendo 67 deles moradores no loteamento Bom Fim. A cooperativa foi fundada em 1999, após a mobilização de 30 famílias que ocuparam uma área de terra no bairro Rio dos Sinos, em São Leopoldo. O local, regularizado em 2001, hoje é o loteamento Bom Fim. No final de 2005 e início de 2006, foi elaborado um perfil dos cooperados, que objetivou observar as necessidades, potencialidades, interesses profissionais, situação socioeconômica e familiar do seu quadro social, estruturando estes grupos também para a geração de trabalho e renda, como artesanato e o início de uma padaria comunitária.
- Cooperativa Habitacional dos Moradores da Vila Progresso Ltda (Cooperprogresso), composta por 320 cooperados, sendo 225 moradores no loteamento Progresso. A cooperativa nasceu no final de 1998, depois que 197 famílias ocuparam uma área no município de São Leopoldo. Com essa fundação, foi possível negociar a regularização da área e dividir os lotes. A cooperativa tem grupos de geração de trabalho e renda nas áreas de reciclagem de resíduos sólidos, corte e costura artesanal e construção civil. Também no ano de 2005 foi elaborado um perfil dos cooperados.
- Cooperativa Habitacional Coohap Ltda (Coohap), com loteamento no Bairro Santos Dumont, zona norte de São Leopoldo. O grupo conta atualmente com 750 sócios. Nasceu do movimento de um grupo de mulheres, que haviam fundado a Cooperativa Habitacional Coobasa, no bairro Santo Afonso, em Novo Hamburgo. Após negociações frustradas com o prefeito de então, optou por comprar uma área de terras em São Leopoldo, no bairro Santos Dumont, hoje o loteamento Coohap. Junto à Coohap, funciona uma cooperativa de trabalho, a Cooperservice, que produz tijolos e, atualmente, está em estudo a construção de uma fábrica de aberturas (portas e janelas) para moradias, com o objetivo de garantir produtos a baixo custo para a construção das casas.
- Cooperativa de Trabalho e Produção do Estado do Rio Grande do Sul Ltda (Cootraergs), que, fundada há mais de cinco anos, se localiza no bairro Feitoria, em São Leopoldo/RS. É composta por 60 associados, em sua maioria mulheres chefes de família, que buscam a geração de trabalho e renda por meio dos princípios da economia solidária e do cooperativismo. Atualmente, a cooperativa direciona-se para a prestação de serviços de limpeza e, para um segundo momento, busca se estruturar para atender demandas provenientes do ramo da alimentação.
- O grupo Arte Mulher, de Porto Alegre, que definiu o ramo do vestuário como seu principal produto, fez qualificação e capacitação na área afim e adquiriu maquinário. Hoje, este pré-empreendimento formado

por 3 pessoas já produz, comercializa e mantém o processo de planejamento e busca de alternativas de venda que garantam maior sustentabilidade ao empreendimento.

- Grupo formado por seis jovens egressos do Consórcio Social da Juventude, vinculados à ONG Projeto Guadalupe, de São Leopoldo, que possuem formação e vêm atuando na área de serigrafia. O grupo iniciou em 2006 e já está inserido no mercado, produzindo adesivos, camisetas, cartões de visitas etc.
- Grupo formado por 20 jovens voltados à área da comunicação, organização de eventos, fotografia, impressos, vinculados à ONG Trilha Cidadã, também executora do Consórcio Social da Juventude, em São Leopoldo. Este grupo também surgiu em 2006.
- Grupo de Mulheres da Vila Brás, de São Leopoldo, formado por 15 mulheres que já tinham o hábito de se reunir para atividades de lazer e artesanato. No ano de 2006, decidiram iniciar um empreendimento para geração de renda, desenvolvendo produtos em crochê, tricot, fuxico, bijouterias etc.
- Grupo de Corte e Costura das Habitacionais, formado por 6 mulheres e que originou-se no ano de 2006 entre associadas das cooperativas Bom Fim e Progresso. Realizaram capacitação em corte, costura e modelagem e já estão produzindo roupas para comercialização.
- Grupo de Artesanato das Habitacionais, de São Leopoldo, teve origem no final de 2006, e hoje desenvolve artesanato em jornal, reciclados, biscouit e alimentação (forno comunitário). É formado por 11 mulheres.
- Grupo Coopearte, de Porto Alegre, formado por 7 mulheres, incubado em julho de 2006. Desenvolve artesanato, destacando-se trabalhos em couro.

O projeto e seus incubados trabalham na perspectiva de um novo paradigma produtivo, gerador de desenvolvimento integral e sustentável. Um dos grandes desafios constitui-se em desenvolver modelos e tecnologias sociais, capazes de integrar as dimensões econômicas, sociais, ambientais, tecnológicas e culturais que ajude a construir uma sociedade mais justa e solidária, com oportunidades para todos e todas.

Respeitando a linha metodológica proposta pelo Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários, tem-se realizado o acompanhamento sistemático dos grupos e empreendimentos acima citados, buscando um desenvolvimento que lhes permita a autogestão e a sustentabilidade.

#### Algumas considerações finais

A trajetória, ainda que relativamente curta, do projeto Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários, permite apontar algumas questões desafiadoras. O fato de o projeto se realizar numa perspectiva de diálogo e participação de todos os envolvidos nos empreendimentos, especialmente no que diz respeito à capacitação para a organização, a administração, o planejamento e execução do trabalho coletivo, através de oficinas, seminários, cursos etc., sobre os princípios fundamentais da economia solidária (tais como ajuda mútua e educação para a cooperação), torna este trabalho estratégico para a viabilização dos empreendimentos. Porém, é necessário que os agentes externos apoiadores dos empreendimentos atuem de forma contínua e sistemática para tornar os empreendimentos capazes de chegar à autonomia de gestão. E esta deve ser uma tarefa permanente nos empreendimentos, pois na maioria das pessoas participantes verifica-se um elevado grau de carências para assumir seus espacos e papéis nos empreendimentos, seja na relação com os agentes externos com os quais atuam, como o poder público, o mercado, ONGs, universidades e outros, seja no contexto interno dos empreendimentos.

Entretanto, mesmo com as dificuldades culturais e estruturais constatadas, alguns resultados importantes devem ser destacados. Verifica-se uma mudança dos membros dos grupos, de uma situação de desvalorização social para a percepção de suas capacidades como trabalhadores. E, num outro aspecto, percebem a importância do trabalho que desenvolvem como indivíduos e, principalmente, como coletivos. Percebese, também, um incipiente despertar para a necessidade de capacitação dos membros do grupo, a fim de desempenhar uma gestão mais profissionalizada e capaz de equilibrar os aspectos sociais e econômicos dos empreendimentos.

A caminhada do projeto também vem acontecendo em outras instâncias que não apenas a dos empreendimentos, na articulação em redes, organizando e motivando Fóruns de Economia Solidária e participando de debates e iniciativas junto ao poder público municipal. Estas atividades são relevantes porque contribuem para a formulação de políticas públicasque promovam o papel fundamental da economia solidária. Para além da contribuição aos empreendimentos, ajudando a pensar uma economia diferente, está a atuação do projeto no sentido de ser um espaço permanente de reflexão junto à academia, no qual participam professores, técnicos e estudantes, buscando entrelaçar saberes populares e acadêmicos visando contribuir para um desenvolvimento sustentável.

#### Referências Bibliográficas

ALBORNOZ, S. 2004. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 104 p. (Colecão Primeiros Passos, 171).

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez. 2003.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

BIROU, Alain. **Vocabulaire Pratique des Sciences Sociales.** Paris: Les Editions Ouvières, 1966.

CAILLÈ, Alain; e GODBOUT, Jacques T. **O Espírito da dádiva.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Unesp, 1997.

FRIEDMANN, Georges. **O trabalho em migalhas:** especialização e lazeres. São Paulo: Perspectiva, 1983. GODBOUT, Jacques T; CAILLÈ, Alain. **O espírito da dádiva.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. GONZÁLEZ, Paul (Org). **Empresa social e Globalização**. São Paulo: Yangraf, 2000.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão:** guerra e democracia na era do Império. Record: São Paulo, 2005. ICAZA, Ana Mercedes Sarria. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do sul. In: GAIGER, Luiz Inácio Germany. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

KRAYCHETE, Gabriel, COSTA, Beatriz e LARA, Francisco (Org). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE UCSAL, 2000.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MAIA, Raul (et all). **Programa auxiliar de pesquisa estudantil.** São Paulo: Artestilo Compositora Gráfica Ltda, 1980.

POCHMANN, Márcio. **A inserção ocupacional e o emprego dos jovens.** São Paulo: Abet, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

TESCH, Walter. **Cooperativismo de Trabalho: alternativa ao desemprego**. São Paulo: Laser Press, 1995.



#### Projeto Tecnologias Sociais /Unisinos

http://www.unisinos.br/projetos sociais/empreendimentos solidarios/





I Encontro do Fórum e Rede de Empreendedore(as) de Economia Popular e Solidária do Sul do Pará

# Tecnologia social e organização do trabalho associado ou cooperativo

Pedro Cláudio Cunca Bocayuva\*

<sup>\*</sup> Diretor da Fase e Coordenador Geral do Projeto de Acompanhamento da Rede de Tecnologia Social

"A forma capitalista estrita parece ser menos capaz de dar uma resposta satisfatória [à crise do regime salarial e a forma emprego em decorrência da crise de valorização do capital e o padrão de competição com as formas desiguais de divisão social do trabalho pela acumulação flexível] a essa questão. Experiências cooperativas e autogestionárias multiplicam-se justamente por deficiências do próprio dinamismo econômico atual e parecem ser opções criativas e legítimas ao estado de coisas. Resta saber qual o limite possível de sua expansão e difusão, dado que participam do ente máximo do capitalismo: o mercado" José Ricardo Tauile¹

#### Apresentação

Nesse texto, com base no reconhecimento dos avanços promovidos pela experiência das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas (ITCPs)², procuramos indicar dimensões da reflexão teórica da metodologia desenvolvida nesses ambientes de aprendizagem, ensino, pesquisa e extensão, aproximando o enfoque das **tecnologias sociais** com as possibilidades de construir uma nova **tecnologia de organização do trabalho** associado (cooperativo e autogestionário). A rearticulação da mobilização produtiva com base nas potencialidades de organização autônoma do trabalho, através de empreendimentos coletivos, se desenha como forma de resistência e experiência emergente face aos condicionantes econômicos, sociais e tecnológicos das políticas neoliberais e da reestruturação capitalista.

A Rede de Tecnologia Social optou por reconhecer a prioridade de alguns recortes para o apoio e implementação de projetos que pudessem impactar as políticas públicas. A economia solidária, com enfoque de desenvolvimento local e organização de atividades produtivas baseadas em cooperativismo e autogestão³, foi destacada como um dos eixos estratégicos para a construção de tecnologias sociais, cuja reaplicação e difusão podem construir experiências de superação de desigualdades pela chamada "inserção produtiva".

A opção pela economia solidária exige mais do que uma adequação sócio-técnica dos diferentes conhecimentos, processos e produtos voltados para a produção de bens e serviços. No Brasil, o projeto de uma outra economia, considerado sob o ângulo de novas formas de propriedade social e cooperativa como um segmento econômico, ou da

construção de "enclaves" de um novo modo de produção associado, se inscreve no fortalecimento de experiências de empreendimentos e redes coletivas de base popular, que são apoiadas pelo trabalho de formação e conhecimento aplicado. As várias facetas da legalização, gestão, processo, produto, design, marketing, comercialização, financiamento, elaboração de planos e projetos e aquisição de saberes e meios de produção devem ser voltados para esse cooperativismo de novo tipo.

#### Incubadoras de base tecnológica

O processo político-educativo das classes populares para a autonomia produtiva atualmente encontra apoio em um corpo técnico-científico engajado na construção crítica de novas trajetórias tecnológicas.<sup>4</sup> As novas

<sup>1</sup> Vide pg258 in TAUILE, José Ricardo. Para (re)construir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

<sup>2</sup> Vide Bocayuva, Pedro Cláudio Cunca. O projeto político pedagógico e a cooperativa popular. Revista Proposta, número 111. Rio de Janeiro: Fase, janeiro/março de 2007.

<sup>3</sup> Para uma primeira leitura da experiência com empresas sob controle dos trabalhadores com a ótica ético-normativa e política da autogestão vide Ibase e Anteag. Autogestão em avaliação. São Paulo: ANTEAG Edicões. 2003.

<sup>4</sup>Para Andrew Feenberg "a pesquisa parece mostrar que a moderna racionalidade tecnológica exibe deficiências fundamentais ao lidar com o trabalho, o gênero e a natureza. Essas deficiências relacionam-se sistematicamente com a natureza de nossa ordem social. Determinam a maneira pela qual pensamos sobre a ação técnica e recursos do projeto técnico. Torna-se necessária, portanto, uma crítica social dessas deficiências gerais.", FEENBERG, Andrew. Marcuse ou habernas: duas críticas da tecnologia" encontrado em



tecnologias de organização, produto e produção cooperativa são elaboradas partindo da construção de ambientes de incubação tecnológica, que servem de alavanca, suporte e conhecimento implicado junto aos grupos populares que se encontram sob os mais diversos contextos de desigualdade. Nas universidades, está sendo construído um referencial público de formação integral para uma nova organização do trabalho autônomo, voltado para as classes populares na perspectiva de uma nova centralidade do trabalho.

Se o debate sobre as políticas de desenvolvimento e geração de trabalho e renda é direcionado pelo cooperativismo popular autogestionário, pode afetar os contextos de poder cultural, econômico e político, que são ordenados pelas relações sociais dominantes apoiadas em instituições, padrões de gestão, formas de propriedade, princípios distributivos, modos de aprendizagem e trajetórias tecnológicas de processo e produto. Mais do que uma reengenharia social e um novo orgware<sup>5</sup> de produção e consumo, o movimento do trabalho associado nos põe diante de um campo de inovação e transformação, que traduz situações de conflito e demandas provenientes dos "circuitos inferiores" da economia, por parte da classe que vive da venda da sua força de trabalho, isto é, dos precarizados, dos desempregados e dos destituídos.<sup>7</sup>

### Novos dispositivos sócio-tecnológicos e organizacionais

O marco institucional e legal das políticas do trabalho, o regime de propriedade, os padrões de comando/controle/disciplina e gestão, as tecnologias de processo e produto, os modos de articulação econômica (produção, consumo e distribuição), as políticas públicas, os contextos (posição, situação e conflito), as cadeias produtivas e os territórios, são atravessados por uma disputa sobre o futuro do trabalho. O grupo autônomo de trabalhadoras e trabalhadores, com suas associações e cooperativas (de produção, comercialização e financiamento) se define como objeto de uma transformação derivada de uma nova práxis de luta pela cidadania produtiva, que se articula com transformações no sistema de ações e no sistema de objetos, nos fluxos e nos fixos, no saber e no poder.<sup>8</sup>

A era atual é de predomínio do universo tecnológico por dispositivos e processos que reproduzem trajetórias de desenvolvimento e divisão desigual da riqueza e do trabalho, sob a forma de padrões hegemônicos que impulsionam a acumulação ilimitada de capital. É também a era em que as forças objetivas e subjetivas da

economia global se combinam com formas sóciotécnicas, com dinâmicas produtivas de privatização, hierarquização e monopolização pela lógica das redes e fluxos verticais. Nesse contexto, a reflexão sobre os modos de autonomização e resistência tem muitas faces e exige uma teorização que rearticule o campo das ações coletivas como exigência de construção de contrahegemonia, contra-finalidades e alternativas. Isto coloca em questão a naturalização coisificante das relações de produção e das forças produtivas que articulam formas de saber e fazer reprodutoras de mecanismos de poder sobre a sociedade e, em particular, nas formas de gestão da produção e na organização da exploração das relações de trabalho pelo capitalismo.<sup>9</sup>

As noções de "capital humano" e "capital social", tão em voga, sofrem uma funcionalização e ideologização da empregabilidade e do empreendedorismo individualista, que é promovido pela ideologia dominante como substituto para os mecanismos de mobilidade social em cenários de crise. Para os pobres, restam políticas minimalistas que complementam as tecnologias de controle e poder social que reproduzem as desigualdades. Dar uma resposta a esses mecanismos, que tornam o social um objeto e transformam as coisas



www.rohan.sdsu.edu/faculty/feenberg/marhabportu.html. O autor acrescenta os elementos de conflito, reflexividade e desvio próprios ao processo de construção das técnicas, o que abre uma via importante de reconstrução crítica de trajetórias. Essa articulação entre mudança construtiva e racionalidade técnica parece estar sendo realizada no âmbito concreto do que vem sendo chamado de metodologia de incubação. As implicações de uma teoria crítica da ciência e da tecnologia são estratégicas para uma teoria da ação autogestionária como eixo orientador do cooperativismo popular.

- <sup>5</sup> A noção de orgware aparece aplicada como: dimensão do ambiente institucional e dos elementos organizativos, legislativos e a estrutura de poder de uma rede social ou técnica; dimensão organizativa que assegura uma melhor performance de um sistema automático e de tratamento de informações; conjunto de regras de administração e uso de hardware e software.
- <sup>6</sup> Para uma definição de circuito inferior vide SANTOS, Milton. O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp. 2004.
- <sup>7</sup> A atualização do conceito de classe trabalhadora na contemporaneidade artícula a definição clássica da força de trabalho com suas posições na estrutura social, com todas as suas clivagens. Vide ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas SP: Editora da Universidade de Campinas, 9ª edição, 2003.
- <sup>8</sup> Para uma teoria da relação espaço/tempo na contemporaneidade, vide SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Editora Huicitec, 1997.
- <sup>9</sup> Para uma crítica da organização capitalista da produção na perspectiva do movimento operário, vide CORNELIUS, Castoriadis. A experiência do movimento operário. São Paulo: Editora Brasiliense. 1985.



em seres animados que dominam os contextos tecnificados, exige uma relação prática e teórica, partindo do resgate e do desenvolvimento de uma teoria da ação autogestionária. Nesse trabalho, destacamos alguns componentes gerais e aproximações conceituais de recortes e dimensões das práticas capazes de apoiar essa crítica a partir da inflexão entre a mobilização e a experiência social dos "de baixo" e o meio tecnológico construído e imposto, com destaque para o papel social e técnico dos processos organizativos para fortalecer a autonomia e a cooperação do trabalho vivo das classes subalternizadas pela estrutura do capital nas condições da semi-periferia brasileira.

### Ação coletiva/situacional, democracia e relações de produção

A perspectiva emancipatória guiada pela autogestão é o fundamento estratégico que se constrói pelas mediações ativas, institucionais/organizativas, educativas e produtivas do cooperativismo popular, pela via dos empreendimentos solidários coletivos. No plano político, depende da acumulação de forças e da criação socialhistórica de resistências, que partem de formas de organização do trabalho vivo - fonte de toda a riqueza. Desta forma, consegue se objetivar como conjunto de efeitos da práxis de sujeitos coletivos orientados para a cidadania produtiva. O sujeito produtivo do cooperativismo apresenta-se no terreno imediato de sua atividade como organizador direto do processo de trabalho, o que implica uma superação das formas dominantes na estrutura das relações de produção e das forcas produtivas. No cooperativismo popular, a face institucional e técnica se conforma pela inseparabilidade do processo de gestão e organização democrática direta pelo trabalhador social que se manifesta no terreno da economia do trabalho, cuja afirmação depende dos avancos no espaço social, em geral, e na forma democrática, de maneira específica.

A economia solidária impulsiona novas formas de organização social, que ampliam espaços de participação popular e caminham no horizonte da democracia direta. Esse processo contém, na afirmação da democracia entre produtores e na superação das divisões sociais e técnicas do trabalho, parte de uma crítica à economia política do capital. Essa relação entre economia e política, que se afirma no terreno da atividade produtiva direta, exige reflexões críticas ao binômio gestão/organização. É nessa esfera que se configura a estrutura política de decisão, materializada nas relações e processos que envolvem os meios e os conhecimentos técnicos objetivados, assim

como sua subjetivação em saberes e práticas instituídos pelas formas culturais e pelos dispositivos e aparatos que se relacionam com o meio técnico-científico existente.

A construção de práticas, saberes, dispositivos e instituições de caráter cooperativo e autogestionário passa pela desnaturalização dos efeitos do domínio objetivo e subjetivo dos meios, da organização e dos conhecimentos que afetam os processos de produção. Esses dispositivos encontram-se, fundamentalmente, submetidos ao controle da lógica da acumulação no regime capitalista de valorização, que universaliza e atualiza a penetração das formas privadas, monopolistas e mercantis, exercendo domínio sobre a produção e a reprodução social.

As subjetividades coletivas<sup>12</sup> que nascem das desigualdades e da escassez precisam traduzir e respaldar a sua tomada de consciência. Para ela, contribuem as conquistas da teoria crítica e as diferentes formas adotadas para a sistematização de suas experiências e apropriações na criação, adequação e transformação de meios, instrumentos e métodos. Desta forma, podem gerar efeitos sobre a construção dos processos imediatos, técnico-produtivos, técnico-organizativos, técnico-jurídicos e técnico-financeiros.

As formas de implementação dos complexos de elementos direta e indiretamente implicados no funcionamento de redes e de cooperativas populares se tornam um referencial estratégico. Estes elementos inserem-se tanto no plano dos instrumentos, artefatos, produtos e máquinas, que materializam as condições do processo de produção, quanto nos usos e formas de gestão que implicam a organização do processo.13 A produção em sentido estrito e as forças produtivas manejadas no plano micro-econômico se relacionam com as formas de articulação, subjetivação e objetivação em disputa no plano social dessas dimensões, que definem a organização da produção dentro de uma totalidade mais ampla e nos seus recortes específicos, que são sobredeterminados pelas práticas dominantes passíveis de questionamento.



- A questão da construção de um projeto político que articula autogoverno e autogestão como projeto político de classe foi esboçada no clássico de GORZ, André. Reforma e Revolução. Lisboa: Edirãos 70, 1975
- Ao lado da noção de sujeitos coletivos, amplamente utilizada por Carlos Nelson Coutinho em seus vários trabalhos com base em Antonio Gramsci, utilizamos aquí a noção de subjetividade coletiva, para o que recomendamos DOMINGUES, José Mauricio. Interpretando a Modernidade: imaginários e instituições. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2002.
- A importância do processo de separação entre comando e decisão na articulação do controle e comando direto do processo de trabalho combina administração, gestão/gerência com as opções de



### A teoria crítica da ciência e da tecnologia

A construção da tecnologia social, na totalidade da formação econômico-social, depende de superar a visão do determinismo tecnológico e da neutralidade do saber e domínio prático. Seguindo os referenciais do campo de estudos denominado Ciência, Tecnologia e Sociedade<sup>14</sup>, o movimento pela tecnologia social articula o plano de ação dos cientistas/pesquisadores com o estudo da implementação e usos das técnicas no âmbito produtivo e na vida cotidiana. Este movimento implica a superação das formas de razão instrumental impostas pela lógica capitalista. O saber fazer que nasce dos usos e das demandas dos produtores e da cidadania afeta as trajetórias e opções no desenvolvimento dos sistemas de objetos e nos diversos modos de organização e funcionamento das relações entre os homens e seus instrumentos e meios de produção. Busca, desse modo, superar a alienação relativa aos processos produtivo e reprodutivo no seu conjunto.

A economia solidária encara os processos derivados do modo de produção capitalista como produtores de uma finalidade externa aos interesses coletivos, que procura se eternizar e legitimar sob a forma de paradigmas cognitivos que visam uma desigualdade fabricada através da racionalização dos processos e produtos pelas formas alienadas de divisão do trabalho social e desenvolvimento econômico desigual. Sob o modo de produção capitalista, os procedimentos de administração, gerência, operação, contratação, distribuição e decisão se dão pelas formas despóticas de comando, segregação, desqualificação e controle sobre o trabalho vivo. A objetivação dos processos de trabalho no regime de acumulação é orientada por tecnologias de organização e por sistemas de objetos/instrumentos/ferramentas/meios, como uma imposição de trajetórias únicas, instrumentalizadas e racionalizadas conforme o cálculo economicista de criação do valor abstrato.1

A subordinação promovida pelo saber/fazer aplicado do capital articula-se como reificação das ações e fetichismo face aos processos que aparecem comandados, do ponto de vista interno, pela subordinação/comando e, do ponto de vista externo, pela subsunção formal. A ascendência do capital sobre o processo de trabalho, como processo de produção, se dá de maneira mais intensa pela subsunção real (sua forma sócio-técnica acabada)<sup>16</sup>, quando o conjunto dos produtos e processos aparece como efeito do poder direto do capital. O predomínio sobre o processo produtivo faz com que o produto do trabalho apareça como obra do comando externo do trabalho, como expressão e qualidade do capital, como trabalho alienado.

Esta lógica se estende por toda a dinâmica da distribuição e da circulação. O efeito do processo de alienação se materializa como divisão de trabalho e como poder de atribuição de lugares, na dialética da qualificação e desqualificação, na distribuição da territorialização e da desterritorialização.

Na contemporaneidade, esse processo leva à constituição de uma articulação de poder entre uma "psicoesfera" indutora de comportamentos (subjetivação) e de uma "tecnoesfera" de complexos maquínicos (materialidade), que se objetivam nos mecanismos de reprodução do comando sobre fluxos verticais das redes de empresas transnacionais. Por isso, a crítica à divisão do trabalho se relaciona com a crítica direta aos modos e aos meios, às práticas e aos saberes que se inscrevem como "naturais" e "eternos" nos critérios estabelecidos pelo comando do capital. A teoria marxista da alienação é uma componente chave de uma teoria crítica aos dispositivos da divisão social e técnica do trabalho, cuja finalidade é presidida pela lógica do capital, pela espoliação direta, instituída através dos dispositivos tecnoburocráticos e legitimada pelas opções preferenciais em matéria de política científica.



investimento tecnológico. Do lay-out à logística, o comando capitalista mobiliza dispositivos comunicacionais e informacionais e procura impor suas regras de distribuição de lugares/postos. O processo de transformação do trabalho a partir do capitalismo monopolista com a formação da gerência científica foi analisado por BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 3ed., 1987. Na ótica de Braverman, conforme exposto no capítulo 9, "Maquinaria", desse livro extraordinário: "As máquinas podem ser definidas, classificadas e estudadas em sua evolução de acordo com qualquer critério que se deseje; força motriz, complexidade, utilização de princípios físicos, etc. Mas se é obrigado, ao início, a escolher entre dois modos de pensar diferentes. O primeiro é o ponto de vista do engenheiro, que enxerga a máquina sobretudo em suas ligações internas e tende a definir a máquina em relação a si mesma, como um fato técnico. O outro é o enfoque social, que vê a tecnologia em suas conexões com a humanidade e define a máquina em relação com o trabalho humano, e como um artefato social.'

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Essas noções de K.Marx, subsunção formal e subsunção real, são definidas e analisadas por ROMERO, Daniel. Marx e a Técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863. São Paulo: Editora Expressão Popular 2005.



<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Para os estudos de ciência, tecnologia e sociedade vide CTS+1: Revista Iberoamericana de Ciência, Tecnologia, Sociedade e Inovação em http://www.oei.es/revistatsi/

<sup>15 &</sup>quot;A tecnologia, como modo de produção, como a totalidade dos instrumentos, dispositivos e invenções que caracterizam a era da máquina, é assim, ao mesmo tempo, uma forma de organizar e perpetuar (ou modificar) as relações sociais, uma manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento dominantes, um instrumento de controle e dominação" pg 73 de MARCUSE, HEBERT. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna in Tecnologia, guerra e Fascismo. São Paulo: UNESP editora, 1999.

#### Tecnologias e poder

As formas de imperialismo econômico, político e cultural definem os padrões e trajetórias dominantes como discursos ideológicos e científicos e como práticas culturais.

Os processos de poder do capital sobre as formações econômico-sociais correm paralelos, articulando-se por separações construídas entre economia, política e cultura. As divisões e segregações são ordenadas pelo cálculo do empreendimento capitalista, como processo de racionalização que se sustenta apoiado no sistema monetário, no poderio militar, no poder sobre a informação e a comunicação. A produção e a reprodução social conformam-se em meio a uma estrutura cotidiana de um mundo vivido como sendo ordenado pelos artefatos e instrumentos maquínicos, manejados pela lógica gerencial e o processo decisório fundado na abstração (valor de troca/moeda).

Não é pequena, nesse processo ampliado de divisão social do trabalho, a parte que cabe ao manejo do poder científico e tecnológico na organização dos sistemas de objetos e dos sistemas de ação que conformam as redes e os espaços, os fluxos e os fixos que garantem a reprodução social funcional à lógica da produção e do consumo cujo espetáculo atravessa o cotidiano.

A globalização, como forma atual da mundialização, se define como aceleração e difusão do poder sob a forma de redes que redefinem o espaço. Ao mesmo tempo, é uma ideologia do sistema mundo capitalista em transição, que se movimenta entre a crise de valorização e a reestruturação permanente. Os lugares e as regiões vão se definido pelos contornos do meio técnico-científico e informacional, que atravessa a vida coletiva desencadeando os conflitos e resistências cotidianas, em função das suas formas de implementação do desenvolvimento desigual, necessárias para que o ethos individualista e competitivo cumpra a sua função de criação histórica das relações capitalistas de produção. 17

Os padrões institucionais e os paradigmas hegemônicos que definem as estratégias dos modos de fabricação de nosso social-metabolismo são a expressão concentrada de uma das formas possíveis de organizar as atividades que definem o processo civilizatório. Todo processo social significa um tipo de relação entre produção material e imaterial, entre a subjetividade e a objetividade, entre a cultura e a tecnologia, entre a política e a economia. A análise social e histórica das tecnologias se torna um campo de disputa tanto no sentido amplo da técnica como instituição e organização social, quanto da técnica como modo de fabricar e conjunto de instrumentos, artefatos e produtos <sup>18</sup>

As formas de saber e fazer se relacionam e se autonomizam conforme as distâncias e modalidades do percurso organizacional de divisão social do trabalho e conforme as potências produtivas materiais e suas condições e modalidades simbólicas, jurídicas e imateriais. Falar de tecnologia no sentido amplo é falar de relações de organização do poder humano de gerar suas instituições, falar de tecnologia no sentido estrito é falar dos processos e produtos, dos saberes e das suas aplicações para obtenção de determinados fins, que podem ser vistos na dupla acepção de objetos e sentidos que se entrelaçam conforme os parâmetros de avaliação e julgamento que o pensamento humano lhes confere.

Na contemporaneidade, essa avaliação leva ao paroxismo a ligação entre o discurso da ciência e a gramática da guerra, medida pela eficácia da profusão de objetos e sistemas materiais. Os objetos e signos nascem dos contextos da hiper ou pós-industrialização através da potência dos sistemas produtivos materiais e imagéticos, dos seus sistemas de máquinas, das suas redes de empresas, das suas tecnologias de informação e comunicação, com seus modos e estilos de vida. Objetos e idéias são fabricados na esteira da montagem de mundo sócio-tecnificado, cujos excessos pressionam e constroem novas polarizações e necessidades.<sup>19</sup>

O debate sobre a autogestão e a tecnologia social se articula como resposta no plano da organização social e da montagem de dispositivos, meios e instrumentos de cooperação produtiva, que visam a produção de socialmetabolismo alternativo ao do capital.<sup>20</sup> A noção de tecnologia social é construída como expressão prática que articula forças sociais, institucionais, intelectuais e morais dispostas a modificar os modos de fabricação do mundo segundo a desigualdade ampliada. Coloca a resolução dos problemas individuais e coletivos no

<sup>17</sup> O meio técnico-científico informacional está magnificamente descrito na pequena grande obra de, SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Huicitec, 3 ed. 1997.

18 "Mas de forma ao mesmo tempo menos espetacular e muito mais geral, isso é verdade para toda sociedade conhecida: de todas as "técnicas". a mais importante é a própria organização social, o mais poderoso aparelho já criado pelo homem é a rede das relações sociais" Pg248 Técnica in CASTORIADIS, Cornelius. As Encruzilhadas do Labirinto/1. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

<sup>19</sup> A tentativa de interpretar as novas "máquinas de expressão" e a inteligência coletiva por uma teoria da neonomadologia se encontra em LAZZARATO, Maurizio. As Revoluções do Capitalismo. Río de laneiro: Civilização Brasileira. 2006.

A noção de social-metabolismo, que amplia a categoria de reprodução social dando-lhe contornos de criação social histórica nas práticas sociais na totalidade das formações históricas, foi tomada de MÉSZAROS, Istvan. Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo Editorial e Editora da LINICAMP. 2002



centro da produção de conhecimentos, impondo mudanças nas prioridades estabelecidas no âmbito do Estado e nas opções da universidade e dos centros de pesquisa. Situada no tempo e no espaço dos conflitos oriundos da necessidade e da escassez e na magnitude de meios disponíveis para gerar mercadorias, a tecnologia social é a forma atual de um esboço de crítica aos modos de aplicação e funcionamento da ciência e das suas formas de concretização no terreno da produção e do consumo.

A tecnologia social remete aos processos de escolha e aos dispositivos que definem as políticas de ensino, pesquisa e extensão, assim como a uma crítica e superação dos modos de implementação de processos e produtos presididos pela suposta escolha racional do capital e dos agentes privados. Mas o coração desse embate não remete aos modos de divisão social dos atributos, saberes, meios e ferramentas com suas delimitações que qualificam ou desqualificam as posições sociais das classes, grupos e pessoas? A forma de organização do trabalho não seria também ela uma tecnologia de poder que se relaciona com a materialidade objetivada e a subjetivação de meios, processos e produtos que definem as relações básicas de autonomia e heteronomia frente ao comando das forças produtivas técnicas? As formas tecnológicas exigem papéis e comportamentos sociais que, como racionalizações de linguagem e práticas, têm dimensão social e cultural, cujo funcionamento articula a tecnoesfera com a psicoesfera que definem as características dos modos de produção e reprodução econômico-social próprios da natureza construída e transformada que é o mundo vivido.

Uma mudanca no modelo de desenvolvimento, uma superação ativa das modalidades capitalistas de desenvolvimento, dos seus regimes de acumulação e modos institucionais de regular a produção e se apropriar do excedente depende de uma transição com ruptura do paradigma organizativo do trabalho. Isto envolve as relações sociais e técnicas de produção como divisão social permanente e desigual, que desqualifica a força social produtiva que pode nascer do trabalho autônomo associado. Sobre esse potencial de autonomia que nasce desde a base dos circuitos inferiores da economia urbana, do espaço de conflito pela posse da terra e do "chão da fábrica", constitui-se o projeto de construção do empreendimento cooperativo. Estamos diante da possibilidade que nasce da crise da forma salarial e dos processos de precarização do trabalho, cuja manifestação na forma de um conflito no registro das relações sociais de produção abre para uma dimensão de resistência e luta

Na nova conjuntura de lutas do trabalho, emerge como alternativa a perspectiva de um fortalecimento do cooperativismo das classes populares e trabalhadoras na via da autogestão. No cooperativismo popular, temos o

aspecto singular de uma forma organizacional e o plural de uma forma jurídica e institucional que projeta uma perspectiva de difusão para a totalidade do tecido econômico-social. Trata-se de uma aposta que se apóia na crítica da tecnologia/divisão capitalista do trabalho, articulada com a luta no plano da mobilização coletiva das classes trabalhadoras pela construção de uma nova dinâmica produtiva solidária, que se conforma tendo por célula básica a cooperativa reconstruída conforme as progressões, conquistas e avanços das lutas sociais pela rearticulação entre economia e política na via da autogestão.

Como realizar as bases desse processo sem significar regressão nas condições materiais de existência ou a tentativa de uma outra forma de dominação em nome da emancipação? Como realizar esse projeto sem degenerar em uma nova forma de subordinação do trabalho ao capital?

#### Autogestão e cooperativismo

O tema da autogestão atravessa instituições e organizações como conjunto de princípios relacionados ao autogoverno e a horizontalização das relações, opondo-se à hierarquia, à divisão, às separações, aos estamentos, às castas, às classes e outras formas de dominação de natureza burocrática. Por outro lado, a autogestão se orienta pela perspectiva da produção de comportamentos, práticas, normas e ações que são traduzidas em realidades específicas, particularmente nos processos ligados ao ato de governar, ao processo de decisão e comando das ações dos grupos, movimentos, empresas e instituições sociais de todo tipo, como as escolas.<sup>21</sup>

A cooperativa se relaciona com os processos de socialização e emancipação face aos sistemas de relações de trabalho e produção com os respectivos modos de gestão das forças produtivas. O seu impacto maior ou menor, em termos de transformação do modo privado mercantil capitalista de gestão e de apropriação da riqueza, se relaciona com o grau de avanço e transformação nas relações de poder. E implica a mudança das relações ligadas ao controle e ao comando abordadas pela teorização e pela prática orientada na perspectiva da autogestão. Na formação de coletivos<sup>22</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> Na forma do "grupo em fusão" temos um papel central da necessidade nascida da percepção coletiva que se realiza no âmbito da



Para o conceito de autogestão na tradição marxista vide BESSUSAN Gerard e LABICA, Georges. Dictionnaire Critique du Marxisme. Paris:

voltados para maneiras de tomar iniciativas práticas e realizar ações sociais, políticas, econômicas e culturais, o tema da organização produtiva sob a forma cooperativa implica avanços nas dinâmicas autogestionárias.

A autogestão se dá em processos que são específicos em matéria de meios e relações internas e externas de divisão e distribuição dos resultados, de sistemas de decisão e de regras de democracia e participação direta, que são juridica e politicamente sobredeterminados. As modalidades concretas de autogestão são interrelacionadas com a transformação e mesmo com a eliminação de superestruturas do Estado e das formas ideológicas dominantes. A teoria da ação coletiva na perspectiva da autogestão está diretamente relacionada com a superação dos contextos institucionais / organizacionais e técnicos, ou seja, das formas concretas do processo de trabalho, social e historicamente determinado. A autogestão se amplia como processo de emancipação e promoção de formas de cooperação, rompendo com as formas de apropriação privada e as formas de dominação e segregação em todas as esferas da

O modo de articulação das tendências típicas da autogestão está relacionado com as opções e relações contraditórias que atravessam o movimento de formação dos coletivos/grupos. As marcas destas relações são observadas em espaços sociais e ambientes nos quais os atores procuram expandir as formas de envolvimento radical e diretamente democráticas.

A cooperativa, como recorte e momento de concretização das opções de um grupo que se volta para a criação de um empreendimento produtivo coletivo, sofre os condicionamentos das relações de força e das formas culturais que estruturam os conflitos para a redefinição das formas jurídicas e das formas políticas de apropriação e gestão de meios e processos de caráter cooperativo. Do ponto de vista da orientação de um projeto de caráter autogestionário, a cooperativa é uma forma específica de avançar na organização de formas coletivas de trabalho e mais socializadas de propriedade e modos democráticos de gestão e decisão.

#### Tecnologia social e economia solidária

A questão da construção social da tecnologia voltada para a inserção produtiva é um desafio da contemporaneidade diante da escala dos problemas da desigualdade e da crise do regime salarial. Há um processo de ruptura com as visões do determinismo tecnológico e da ideologia da neutralidade e racionalidade da inteligência científica. Este movimento tem contribuído para colocar na ordem do dia uma nova abordagem crítica, teórica e prática da

produção de conhecimentos e da sua aplicação ao processo produtivo de forma a valorizar os empreendimentos autogestionários. Estas tendências podem ser observadas nas formulações acerca da concepção de construção de tecnologias sociais no âmbito das instituições de ensino e pesquisa e junto às redes sociais e agentes públicos.<sup>23</sup>

A noção de tecnologia social é tomada aqui como ferramenta de elaboração de um eixo analítico para uma crítica ao rumo da apropriação e desenvolvimento tecnocientífico a servico da acumulação ilimitada de capital. Na sua conexão com o debate sobre o modo de produção associado (com base nas formas do cooperativismo) interage com posições que afirmam a construção de formas transitórias para questionar os limites da forma capitalista de apropriação do trabalho. O impulso dado para o trabalho associado e o cooperativismo na perspectiva da autogestão ganha um suporte decisivo com a atuação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). Elas representam um ambiente de experimentação, apoio e reaplicação tecnológica com enfoque na sócio-sustentabilidade de empreendimentos coletivos. A mudança de enfoque na trajetória da produção tecnológica e nos padrões institucionais e organizativos do trabalho, dentro da prioridade de luta contra as desigualdades, se liga ao esforco programático do campo de iniciativas políticas e movimentos, no Estado e na sociedade, orientados pela chamada economia solidária<sup>24</sup> do trabalho ou pelo modo de produção associado.

A aposta na transformação das relações de produção a partir da expansão do cooperativismo e da autogestão implica o desenvolvimento sócio-produtivo de empresas e comunidades populares apoiadas em trajetórias inovadoras na produção científica e tecnológica.

A economia solidária se articula como projeto e política que acentua as potencialidades desse processo que busca na forma das cooperativas a conexão direta com as exigências das classes populares. No movimento de



escassez. No tema da formação do grupo, temos uma dimensão da emergência que constitui os sujeitos coletivos no processo que articula a tomada de consciência dos contextos de desigualdade. Uma teoria da ação coletiva pode ser formulada a partir de SARTRE, Jean-Paul. Critica da Razão Dialética. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.



<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> DAGNINO, Renato. A tecnologia social e seus desafios in obra coletiva, Tecnologia Social, uma estratégia para o desenvolvimento. Red de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

Agregamos "do trabalho" à economia solidária de modo a distinguna perspectiva ampla de um projeto de outra economia, com base numa nova hegemonia e na perspectiva de um novo modo de producão para uma apresentação do debate vide SINGER, Paul. Introducão a Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo 2002

economia solidária, encontramos formas de organização que abrangem desde o plano imediato do acesso aos meios de produção, à renda e ao mercado, até o plano mais amplo de cadeias produtivas e de redes de desenvolvimento local.

A reflexão sobre as tecnologias sociais se inscreve na correlação e interface entre conhecimento científico, desenvolvimento tecnológico e aplicação direta aos processos de trabalho, intensificadores e valorizadores de novas tecnologias de organização social da produção. No que se refere especificamente ao estabelecimento de inovações no campo da gestão, trata-se do desafio de desenvolver tecnologias de organização do trabalho associado e cooperativo. As ITCPs fazem parte dessa virada e inversão de trajetória como dispositivo de alavancagem de novas institucionalidades e agenciamentos com base numa abordagem sócio-técnica em duas direções: na elaboração de conhecimentos e nas formas de gestão; na sua correlação com o conteúdo material e o padrão cultural, apoiando as estratégias de construção de um novo padrão institucional e legal adequado ao processo de organização de empreendimentos cooperativos ao lado das classes trabalhadoras em condições de precariedade e informalidade crescentes.

O cooperativismo, como expressão jurídica e institucional, combina a forma empresa com a forma associação, produção e reprodução. Na articulação entre igualdade jurídica abstrata e a posse e propriedade dos meios de produção, ele assegura o domínio das decisões por meio da forma democrática de gestão. Garante ainda a apropriação e distribuição individual e coletiva dos processos de produção e de seus resultados. Como modalidade de socialização dos meios e resultados da produção de mercadorias, é um contraponto à crise da exploração direta da forma salarial no sistema de valorização abstrata da alienação do trabalho no capitalismo.

As relações de cooperação do trabalho geradas no interior do capitalismo entram em choque com os limites do regime salarial, da dependência e subordinação do trabalho social ao capital. A manifestação da tensão ou crise do sistema de relações de trabalho, para a superação pelo maquinismo e da dependência em relação ao capital, deriva do potencial de autonomização do poder imanente do trabalho vivo, como força social produtiva, na forma do corpo coletivo socializado do trabalho.

A tensão da passagem das formas manufatureiras para a grande indústria pressiona o capital a expandir seus limites espaço-temporais, pela divisão do trabalho, pela apropriação dos meios de produção e pela dinâmica de revolução constante das forças produtivas pela ciência e a tecnologia. Atualmente, os conflitos sociais do trabalho se ampliam, tanto por força da reestruturação produtiva,

quanto pela automação condicionada pelo processo cíclico da economia e pela dupla lógica de circulação do capital: a busca de redução de custos e a aplicação de capitais com a maximização do lucro financeiro.

Os dispositivos técnico-científicos, como aparatos autonomizados sobre o comando do capital, acentuam a separação e fragmentação do trabalho na sociedade, de forma a impulsionar e desqualificar o produtor direto na figura do corpo social, do trabalho social. O questionamento dessa trajetória de "destruição criativa permanente", de impulso abstrato na direção da forma monetária de expressão da riqueza, aponta para o limite dessa lógica de intensificação e flexibilidade espúria que está expressa no desenvolvimento da forma capitalista como tensão entre relações de produção e sistema das forças produtivas. No coração desse limite, está o tema da tecnologia como dispositivo da aplicação das ciências a serviço da acumulação ilimitada de capital.

O tema da tecnologia social se coloca na linha da ruptura com essa dinâmica estrutural da forma capitalista e do seu processo de valorização e acumulação, cujas tensões e desigualdades se traduzem na impossibilidade de emancipação do capital relação ao trabalho vivo. Uma teoria da desigualdade inerente ao modo de desenvolvimento das forças sociais produtivas do capital deve considerar os limites de sua expressão jurídico-institucional, cultural e ideológica, do ponto de vista dos interesses do trabalho. Isto traz à crítica do desenvolvimento das forças produtivas, conduzido pelo domínio do discurso e dos aparatos instrumentais da técno-ciência, um eixo central para a formulação de uma teoria e de uma prática da emancipação.

Nesse quadro mais amplo, a tecnologia social deve ser percebida não como uma forma menor de ajuste e adaptação ao sistema de reprodução do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, mas como uma expressão da necessidade material e do impulso subjetivo para uma crítica desse modo de produção. O trabalho associado é seu pressuposto de construção de potencialidades autogestionárias e um fator de descontinuidade cuja expressão mediada e limitada se manifesta na forma atual de luta por uma outra economia a partir do cooperativismo e do associativismo das classes populares. Mas esse embate desigual com a forma maquínica encontra apoio no processo de metabolização abstrata radicalizado pelos dispositivos das tecnologias dirigidas para a acumulação ilimitada. O controle e a financeirização, expressos na ideologia contemporânea do mercado e da eficiência empresarial, a ideologia da espetacularização, do consumo e do suporte maquínico-informacional, são incorporados ao plano do conhecimento sob o predomínio do dispositivo da ciência e da tecnologia



como fatores da produção e da reprodução social do modo de produção do capital.

A reflexão crítica sobre as forças sociais produtivas do capital, que colocam a nu os limites das relações de produção, situa o debate sobre a tecnologia no centro da disputa sobre os modos de socialização e individuação. As formas e relações sociais que produzem opacidade sobre a crise contemporânea do lugar do trabalho nos obrigam a um esforco no plano dos dispositivos de poder nascidos da tensão da passagem da manufatura à grande indústria, da tensão entre autonomia e subordinação face ao sistema de máquinas. Estes aspectos se ampliam na contemporaneidade face ao gigantismo dos aparatos fundados na apropriação que transita da revolução industrial para o padrão da acumulação flexível via revolução tecnológica, informacional e comunicacional. O peso da autonomia do trabalho se amplia quando tratamos do seu futuro na formulação crítica, teórica e prática da questão tecnológica, como resultado do enfrentamento das trajetórias dominantes em matéria de aplicação da ciência conforme os ditames das grandes corporações e do Estado.

A tecnologia social pode ser pensada nesse plano mais amplo da luta social anticapitalista ou no plano mais restrito das formas críticas, das resistências e dos enclaves de cooperação, associação e autonomia do trabalho. O recorte mais restrito da tecnologia social como conjunto de aplicações e abordagens que respondem ao contexto atual de resistências vai muito além de um modo de inserção e inclusão das classes populares, pois só pode se desenvolver impulsionado pelo aprofundamento da crítica aos modos de produção dos conhecimentos e aos modos de fabricação, transmissão e aplicação de processos, produtos e ferramentas. Os compromissos práticos da economia solidária com os temas do mercado e da inclusão social estão atravessados pela tensão entre o cooperativismo e seus limites no contexto de uma dominante neoliberal em matéria de diretrizes de economia e política, que se traduzem em minimalismo

O horizonte de um "melhorismo social" na esfera das práticas de economia popular, informal e precária, não parece conseguir ocultar a pressão para o debate da economia solidária como alternativa mais ampla e como projeto de emancipação com base na autogestão e na autonomia do trabalho vivo. As atuais metamorfoses do trabalho e as agendas dominantes da guerra e do capitalismo global, financeirizado e em rede, não escondem a dimensão da crise da acumulação ilimitada e da forma valor, que explode como crise da sociedade salarial e da proteção social. O modo de produção capitalista em reestruturação; sem mecanismos de integração produtiva e reprodutiva, penetra as diversas

esferas materiais e subjetivas das relações sociais, solapa as formas de coesão colocando em destaque os temas da "barbárie" e do desperdício.

#### Tecnologia e autogestão

O trabalho subordinado, ao ser impactado pela desproteção, precisa reagir no plano do conhecimento dos processos em curso, através da crítica ao fetichismo do mercado e das novas tecnologias. Os elementos emancipatórios e cooperativos do trabalho se colocam de forma transparente no mundo produtivo. O computador na favela e a gestão cooperativa autônoma do trabalho se desenham como fatores de resistência e sinalizadores de novos possíveis para fazer frente ao poder combinado da globalização na chave neoliberal com a reestruturação na chave da precarização.

Nas brechas geradas pela resistência cooperativa solidária dos trabalhadores em empresas autogeridas e cooperativas populares, se desenha uma disputa sobre o futuro das relações de produção. Somente a disputa por meios e fins da produção e da reprodução social por parte da classe trabalhadora permitirá escapar à nova naturalização darwinista da sua condição de alienação. O trabalho emancipatório e a autogestão podem nascer do terreno prático de um setor cooperativo da economia que alargue a perspectiva de ação dos sujeitos coletivos através de novas formas de mediação sócio-técnica e jurídica. É preciso que se reabra a práxis coletiva como condição de disputa para a socialização da riqueza e a superação dos contextos de desigualdade.

A mudança nos padrões cognitivos e abordagem das relações entre ciência e tecnologia e os modos de reprodução social orientada para uma nova dinâmica de socialização e cooperação produtiva implica uma radicalização da abordagem sócio-técnica. Através dos ambientes e estruturas de aprendizagem e reaplicação tecnológica das incubadoras, produzem-se as primeiras inversões práticas. O cooperativismo e a perspectiva autogestionária são tomados pelas ITCP's como elementos centrais nas discussões sobre o futuro do trabalho e do modo de produção, assim como nos debates sobre a renda da cidadania associando os temas da redistribuição e da justiça social.

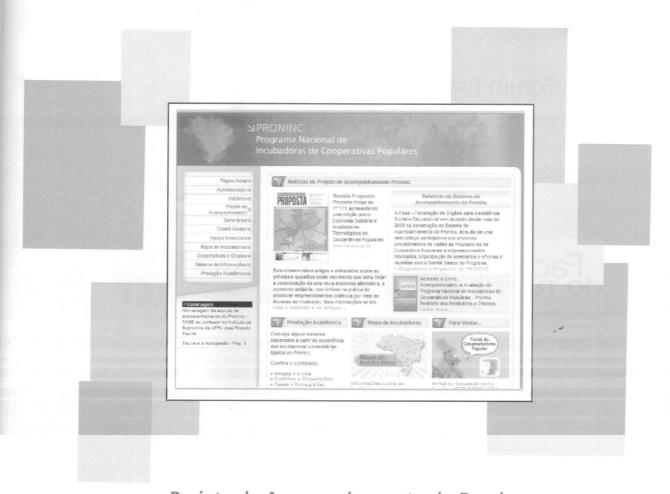
O caráter circunscrito do cooperativismo popular, nos contextos inaugurais de atuação para a tecnologia social que são marcados pela escassez, pela violência, pela informalidade e pela precariedade material e subjetiva, é o ponto de partida imposto pela agenda da prioridade nacional de luta contra a pobreza. Mas não limita a possibilidade de um movimento mais amplo de experimentação da inovação social na luta contra a



riupusia nº 112

desigualdade sustentada em projetos autogestionários que envolvam o conjunto do tecido sócio-produtivo. Esse movimento encontra força no enorme potencial aberto pela autonomia e cooperação horizontal entre os sujeitos do trabalho, particularmente numa era de tensões e conflitos atravessados pelo significante "rede" na economia.

A nova centralidade do trabalho deve estar apoiada em novas institucionalidades cuja arquitetura sistêmica e engenharia complexa se traduzem no plano da ciência implicada, da tecnologia social como enfoque para a resolução de problemas: a tecnologia social como reconstrução das trajetórias que tornem o conhecimento um direito universalizável, pela dimensão antropológica e política dos sujeitos, na qualidade de produtores apoiados na interação dos saberes e a forma científica, que deriva da democratização do conhecimento como ferramenta de transformação.



**Projeto de Acompanhamento do Proninc** http://www.acompanhamentoproninc.org.br





### Endereços FASE



#### **FASE NACIONAL**

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo 22270-070, Rio de Janeiro - RJ Tel:(021) 2536-7350 Fax:(021) 2536-7379

#### FASE-RIO

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo 22270-070, Rio de Janeiro - RJ Tel:(021) 2536-7371 Fax:(021) 2536-7379

#### FASE-ESPÍRITO SANTO

Rua Graciano Neves, 377/2º pav. 29015-330, Vitória-ES Tel: (027) 3322-6330 Fax: (027) 3223-7436

#### **FASE-PERNAMBUCO**

Rua Viscondessa do Livramento, 168 Derbi 52010-060, Recife-PE Tel/Fax: (081) 3221-5478

#### FASE-AMAZÔNIA

Rua Bernal do Couto, 1329, Umarizal 66055-080, Belém - PA Tel: (091) 4005-3773 Fax: (091) 4005-3750

#### **FASE-MATO GROSSO**

Rua 06 Qd.03, casa 18, Monte Verde 78200-000 Cáceres - MT Caixa Postal 10 Tel: (065) 3223 4615 Fax: (065) 3223 7130

#### **FASE-BAHIA**

Rua Rio Branco, 93, Califórnia 45600-000 Itabuna - BA Tel: (073) 3613-9129 Fax: (073) 3613-9076

## PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da Fase



Proposta nº.112 - Abr/Jun 2007

#### Conselho Editorial

Ana Clara Torres Ribeiro Grazia de Grazia Haroldo Baptista de Abreu Jean-Pierre Leroy Ioão Ricardo Dornelles Jorge Eduardo Saavedra Durão Leandro Valarelli Luis César de Queiroz Ribeiro Márcia Leite Maria Emília Lisboa Pacheco Orlando Alves dos Santos Junior Paulo Gonzaga Pedro Cláudio Cunca Bocayuva Ricardo Salles Rosemary Gomes Sandra Mayrink Veiga Virginia Fontes Regina Leite Garcia

#### **Diretor Responsável** Pedro Cláudio Cunca Bocayuva

Editora Gloria Regina Amaral

Jornalista responsável Fausto Oliveira

#### Organização do Nº 111 Ana Paula de Moura Varanda

Ana Paula de Moura Varanda Pedro Cláudio Cunca Bocayuva

#### Revisão e Copydesk

Fausto Oliveira Gloria Regina Amaral

Projeto gráfico / Diagramação Maurílio Soares

> Fotos Acervo FASE

#### Informações e Vendas

Tel. (021) 2536 7350 Fax: (021) 2536 7379 E-mail: comunicacao@fase.org.br www.fase.org.br

Todas as opiniões emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

Financiadores







